



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SUELEN LOPES DOS SANTOS

**A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E  
PATRIARCAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS(AS)  
ASSISTENTES SOCIAIS**

---

Londrina  
2023

SUELEN LOPES DOS SANTOS

**A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E  
PATRIARCAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS(AS)  
ASSISTENTES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientador: Profa. Dra. Cássia Maria Carloto

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S944a Santos, Suelen Lopes dos.

A abordagem das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) assistentes sociais / Suelen Lopes dos Santos. - Londrina, 2023.  
135 páginas.

Orientador: Cássia Maria Carloto.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Gênero - Tese. 2. Patriarcado - Tese. 3. Divisão sexual do trabalho - Tese. 4. Serviço social e exercício profissional - Tese. I. Carloto, Cássia Maria. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

SUELEN LOPES DOS SANTOS

**A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E  
PATRIARCAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS(AS)  
ASSISTENTES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Cássia Maria Carloto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Claudia Neves da Silva  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Londrina, 16 de março de 2023

## AGRADECIMENTOS

A todos(as) que cruzaram minha trajetória e permitiram novos olhares, aberturas, momentos de escuta, momentos de partilha, novas experiências, construções e desconstruções, aos que traçaram comigo possibilidades!

A maioria do processo foi caracterizado por momentos de solidão, pela conjuntura advinda da pandemia, marcada por tantas perdas. Contudo, a concretização desta pesquisa só foi possível pois foi compartilhada. Compartilhada por telas que nos separavam, mas, ao mesmo tempo, nos aproximavam, ora ampliando, ora reduzindo distâncias, um momento de ambiguidades, mas marcado pela tentativa de manter esperança. Esperança essa que foi tomando forma com a vacina e as reaberturas graduais.

A todos(as) que foram suporte nessa trajetória, proporcionaram alívio, aquietaram as dúvidas, compartilharam inquietações e trouxeram esperança à vida. Meus agradecimentos aos que estiveram comigo e que nomeio aqui.

À minha orientadora, Cássia, pela orientação contínua, por me direcionar, por me fazer acreditar que era possível, pelo entendimento e abertura, por me inspirar e impulsionar nessa trajetória que é a pesquisa. Minha admiração por você que é genuína! Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, que contribuiu para meu processo de aprendizagem e para a construção desta pesquisa. Em especial, à Olegna e Wagner, pelo acolhimento proporcionado. A Ariovaldo pelas inquietações despertadas e por me entusiasmar em busca de respostas.

Mais uma vez, um agradecimento à Cássia, pelas incontáveis reflexões e aprendizados dados a mim enquanto aluna especial do mestrado. Cursar a disciplina Gênero, desigualdade e políticas sociais me aproximou da temática e viabilizou a construção do meu projeto de pesquisa. Obrigada!

Aos(as) assistentes sociais que aceitaram participar desta pesquisa, pela partilha realizada, pelas reflexões proporcionadas, por transmitirem um olhar acolhedor e uma escuta qualificada às(aos) que cruzam seus caminhos, principalmente, às mulheres, público majoritário da política de assistência social.

Às membras da banca que contribuíram para as reflexões, alterações e melhorias, pela dedicação e empenho nesse trabalho!

A minha família, minha mãe Marilda, meu pai Hélio e meu irmão Hélio Henrique, pelo suporte e cerne dessa caminhada. Não seria possível sem vocês! Meu amor, admiração, gratidão e afeto por vocês são profundos! Obrigada por permitirem que me tornasse o que sou!

Aos colegas de turma, Jaqueline, Esdras, Karima e Oscar que proporcionaram momentos de discussão, diálogo, trocas, risadas, choros e compartilharam das angústias que, por vezes, nos afligiram. Aprendi muito com vocês!

Às(os) amigas(os) que contribuíram ao longo desse processo, perto ou longe, o apoio dado por vocês os(as) tornam participantes do que foi construído até aqui. Minha gratidão a todos(as) vocês: Allana, Andreia, Raiane, Reinier, Maria, Maristela, por dividirem comigo essa caminhada que é a vida!

À CAPES que, em meio aos retrocessos, corte de gastos e desmonte da política de educação superior no Brasil, possibilitou a realização desta pesquisa, com dedicação exclusiva por meio da bolsa concedida.

Às mulheres que me inspiraram e inspiram a lutar por um mundo melhor! Nossa luta é conjunta!

*Imagine como seríamos mais felizes, o quão livres seríamos para sermos nós mesmos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero.*

Chimamanda Ngozi Adichie

SANTOS, Suelen Lopes dos. **A abordagem das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) assistentes sociais**. 2023. 135 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

O Serviço Social é visto como uma “profissão feminina”, o que nos leva a compreender o locus essencial que gênero tem na definição dessa profissão, não por ter um número maior de mulheres em sua constituição, mas por haver uma designação social dos atributos considerados femininos. A proposta deste trabalho é analisar como as relações de gênero e patriarcais são abordadas no exercício profissional dos(as) assistentes sociais. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica e documental sobre temas como a categoria gênero e patriarcado, as relações de dominação-exploração e estruturas de poder, gênero e serviço social. A pesquisa de campo foi desenvolvida com os(as) assistentes sociais que atuam na política pública de Assistência Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Londrina (PR). Os(as) entrevistados(as) ressaltaram a importância do debate das desigualdades de gênero, pois ele está em consonância com o Código de Ética do(a) Assistente Social e, com o projeto ético-político, faz-se presente no cotidiano de intervenção (demandas apresentadas e público usuário atendido), além da própria constituição da categoria profissional. Observamos o quanto é preciso aprofundar essa discussão desde a formação profissional à prática do enfrentamento das desigualdades de gênero, classe e raça/etnia colocadas para a política de assistência social, uma vez que o debate e o planejamento de ações ainda são incipientes.

**Palavras-chave:** gênero; patriarcado; desigualdades de gênero; divisão sexual do trabalho; exercício profissional; serviço social.

SANTOS, Suelen Lopes dos. **The approach to gender and patriarchal relations in the professional exercise social workers.** 2023. 135 p. Master's thesis (Master's degree in Social Work and Social Policy) – University of Londrina, Londrina, 2023.

### **ABSTRACT**

Social Work is seen as a "female profession", which leads us to understand the essential locus that gender has in defining this profession, not because it has a greater number of women in its constitution, but because there is a social designation of attributes considered feminine. The purpose of this work is to analyze how gender and patriarchal relations are approached in the professional exercise of social workers. Therefore, we carried out a bibliographical and documental review on themes such as the gender and patriarchy category, the relations of domination-exploitation and structures of power, gender and social service. The field research is being developed with the social workers who work in the Social Assistance public policy at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the city of Londrina – PR. The interviewees highlighted the importance of the debate on gender inequalities, as it is in line with the Social Worker's Code of Ethics, with the ethical-political project, it is present in the daily intervention (demands presented and user public served), in addition to the constitution of the professional category. We observed how much it is necessary to deepen this discussion, from professional training to the practice of confronting gender, class and race/ethnic inequalities posed for social assistance policy, since the debate and planning of actions are still incipient.

**Keywords:** gender; patriarchy; gender inequalities; sexual division of work; professional exercise; social work.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Síntese da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais .....	70
<b>Quadro 02</b> – Idade dos(as) entrevistados(as) .....	73
<b>Quadro 03</b> – Escolaridade dos(as) entrevistados(as) .....	73
<b>Quadro 04</b> – Ano de formação dos(as) entrevistados(as) .....	74
<b>Quadro 05</b> – Tempo de atuação enquanto assistente social .....	74
<b>Quadro 06</b> – Tempo de atuação na Secretaria Municipal de Assistência Social .....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>ABESS</b>	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CAM</b>	Centro de Referência e Atendimento à Mulher
<b>CBCISS</b>	Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais
<b>CEAS</b>	Centro de Estudos e Ação Social
<b>CEDEPSS</b>	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>ENPESS</b>	Encontro Nacional de Pesquisadoras [es] em Serviço Social
<b>ESSN</b>	Escola de Serviço Social do Estado de Niterói
<b>ESSPE</b>	Escola de Serviço Social em Pernambuco
<b>FCM</b>	Família Chefiada por Mulheres
<b>GTPS</b>	Grupos Temáticos de Pesquisa
<b>IRSAS</b>	Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>PAIF</b>	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria
<b>SMAS</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>SMPM</b>	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>SUDENE</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina

**UFPE**

Universidade Federal de Pernambuco

**VDFM**

Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS MULHERES NO SISTEMA CAPITALISTA PATRIARCAL E RACISTA.....</b>	<b>17</b>
2.1	OS ELEMENTOS DE PODER E NATUREZA.....	20
2.2	A ORDEM PATRIARCAL .....	22
2.3	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	32
2.4	A “QUESTÃO SOCIAL” E AS RELAÇÕES DE GÊNERO .....	38
<b>3</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E A SUA CONSTITUIÇÃO ENQUANTO PROFISSÃO FEMININA: DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS DIAS ATUAIS .....</b>	<b>40</b>
3.1	GÊNESE, INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS PRIMEIRAS ESCOLAS .....	40
3.2	O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL E A PRESENÇA MASSIVA DE MULHERES .....	44
3.3	A INFLUÊNCIA NORTE AMERICANA NO SERVIÇO SOCIAL E A AMPLIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: NOVAS UNIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O PROTAGONISMO FEMININO .....	47
3.4	MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DA PROFISSÃO, PROJETO ÉTICO- POLÍTICO E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO: NOVAS PERSPECTIVAS À FORMAÇÃO E AO TRABALHO PROFISSIONAL.....	53
3.5	A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A CATEGORIA GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O PATRIARCADO .....	58
3.6	A CATEGORIA GÊNERO, RAÇA E ETNIA NAS NORMATIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL .....	60
<b>4</b>	<b>OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS E A ABORDAGEM DE GÊNERO NOS CRAS DE LONDRINA.....</b>	<b>67</b>
4.1	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ATUAÇÃO DOS CRAS.....	67
4.1.1	Análise das Entrevistas .....	73
4.1.2	Perfil dos(as) Entrevistados(as) .....	73
4.1.3	A Abordagem de Gênero .....	75

4.1.3.1	Formação Acadêmica .....	75
4.1.3.1.1	<i>A importância do debate</i> .....	77
4.1.3.1.2	<i>Como o debate deveria estar na formação acadêmica e no currículo</i> .....	79
4.1.4	As Desigualdades de Gênero no Cotidiano Profissional .....	82
4.1.4.1	Como se dá o atendimento (demandas, questões e dificuldades do público usuário) .....	96
4.1.4.2	O debate e seus desafios no âmbito da política de assistência social em Londrina.....	103
4.2	O PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA ENFRENTAR AS DEMANDAS E O TRABALHO INTERSETORIAL .....	105
4.2.1	Como se dão as Relações no Âmbito Profissional (Demandas, Questões e Dificuldades) .....	107
4.2.2	Os Desafios e Perspectivas .....	113
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>124</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>131</b>
	<b>Apêndice A</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	<b>131</b>
	<b>Apêndice B</b> – Roteiro para entrevista semi-estruturada.....	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O despertar pelo interesse desta discussão deu-se a partir da participação em eventos que discutiram gênero, divisão sexual do trabalho e o exercício profissional do(a) assistente social, bem como cursar a disciplina “Gênero, Desigualdade e Políticas Sociais”, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Cássia Maria Carloto e ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, enquanto aluna especial do mestrado, o que contribuiu para uma aproximação da temática e elaboração do projeto de pesquisa.

Nesse percurso, refletir sobre o Serviço Social enquanto uma profissão majoritariamente feminina, cujo maior público atendido são mulheres, tornou-se uma inquietação que motivou analisar como as relações de gênero e patriarcais são abordadas no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, uma vez que essas relações dão forma à identidade da profissão.

Como objetivos específicos, determinamos: contextualizar, a partir de revisão bibliográfica, a presença das mulheres e as marcas do gênero no desenvolvimento da profissão; abordar como a categoria gênero se apresenta nas normatizações do Serviço Social; debater a importância da abordagem de gênero na formação e no trabalho desenvolvido pelos(as) assistentes sociais; e analisar como se dá a abordagem de gênero no cotidiano de trabalho dos e das assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Londrina (PR).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPE) da Universidade Estadual de Londrina, por meio do parecer 4.910255, via Plataforma Brasil. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue para todos(as) os(as) entrevistados(as), que o assinaram e concordaram com as prerrogativas existentes.

A corrente teórica adotada é a teoria crítica enquanto uma referência e inspiração metodológica para as correntes feministas que desenvolveram e desenvolvem teorias feministas no âmbito do materialismo histórico. Consideramos que os feminismos materialistas são referências essenciais para interpretar a realidade social e histórica, apreendendo criticamente o mundo para, dessa forma, transformá-lo.

A metodologia para a coleta de dados empíricos foi a qualitativa, caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características apresentadas entrevistados(as). Metodologia que, por meio da análise da realidade, é possível de ser interpretada e aprofundada quanto aos seus significados (COSTA, 2015).

Para que conseguíssemos responder ao problema e atingir os objetivos propostos, o caminho percorrido pela pesquisa seguiu os seguintes passos: revisão bibliográfica e pesquisa de campo.

Para que houvesse tal compreensão, os recursos qualitativos foram aliados à fonte de informações secundárias por meio do levantamento bibliográfico, realizado em fontes como livros, artigos, sites, dissertações e teses que contemplassem o objeto de estudo. Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material já elaborado possibilitou a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia acontecer em uma pesquisa feita diretamente (GIL, 2008).

A amostragem da pesquisa de campo deu-se por acessibilidade ou conveniência, da qual a pesquisadora selecionou os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de algum modo, representar o universo da pesquisa (GIL, 2008).

À vista disso, os sujeitos da pesquisa de campo foram os(as) assistentes sociais que atuam na política pública de Assistência Social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Londrina (PR). Definimos o CRAS para realizar a pesquisa de campo por ser considerado como a porta de acesso para a rede de proteção da assistência social e estruturado nos territórios, o que permite grande inserção de famílias à essa rede de proteção. Os serviços da Proteção Social Básica (PSB) organizam-se em torno do CRAS e têm como objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, propostos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O município de Londrina possui dez Centros de Referência de Assistência Social, são eles: CRAS Centro A; Centro B; CRAS Norte A; Norte B; CRAS Oeste A; Oeste B; CRAS Sul A; Sul B; CRAS Leste e CRAS Rural.

Nesse sentido, foi feita a abordagem “bola de neve”, em que um sujeito considerado informante-chave, com o qual a pesquisadora possuía acesso, indicou um(a) profissional do CRAS para realizar a entrevista. Este(a) profissional sugeriu outros profissionais de sua rede e assim sucessivamente. Com isso, o quadro de amostragem cresceu a cada entrevista, totalizando dez sujeitos entrevistados, um de cada CRAS, abrangendo todas as regiões do município.

O instrumento escolhido foi a entrevista semiestruturada, que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, possibilitando a quem entrevista um maior controle do que se pretende saber sobre o campo e, simultaneamente, abre espaço para a uma reflexão livre e espontânea do(a) entrevistado(a) sobre os tópicos assinalados (MINAYO; COSTA, 2018).

Para o tratamento dos dados qualitativos obtidos, empregamos a técnica de análise de conteúdo. Conforme justificado por Minayo (1993), essa análise proporciona a compreensão dos significados atribuídos aos sujeitos, havendo, portanto, uma interpretação profunda das falas e dos discursos, possibilitando relacionar estruturas semânticas (significantes) com as estruturas sociológicas (significados), articulando-as com as variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de mensagem.

Para expor as análises dos dados obtidos por meio da pesquisa, dividimos o texto em três capítulos, a partir das reflexões construídas com base nos aportes teóricos para, posteriormente, nos aproximarmos do ponto central desta pesquisa.

O primeiro capítulo versa sobre a categoria gênero: dominação e exploração das mulheres no sistema capitalista patriarcal e racista. Neste capítulo, discutimos gênero enquanto resultado da interação entre natureza, cultura e poder, como um processo social e histórico, a ordem patriarcal, seus elementos constituintes, seu caráter histórico e o nó (classe, raça, gênero) que dinamiza as relações sociais de exploração e dominação no sistema capitalista.

O segundo capítulo traz reflexões do Serviço Social e sua constituição enquanto profissão feminina: das primeiras escolas de formação profissional aos dias atuais. Nele, abordamos, de forma breve, o desenvolvimento das escolas de Serviço Social no Brasil e a presença das mulheres na constituição dessa profissão. Ressaltamos as expressões da “questão social” como “matéria-prima” do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e destacamos o processo de gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil.

No terceiro capítulo, analisamos os dados obtidos por meio da pesquisa de campo com os(as) assistentes sociais e a abordagem de gênero nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Londrina (PR). Inicialmente, refletimos sobre o Sistema Nacional de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e o referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculados ao CRAS. Em seguida, abordamos o resultado da pesquisa a partir das entrevistas, junto às e aos assistentes sociais. A discussão com os(as) profissionais deu-se a partir dos eixos: a) o debate sobre as desigualdades de gênero na formação acadêmica e b) as desigualdades de gênero no cotidiano profissional.

Por fim, colocamos as impressões que tivemos na construção desta pesquisa, e como ela pode contribuir para as reflexões sobre a abordagem das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) assistentes sociais.

## **2 DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS MULHERES NO SISTEMA CAPITALISTA PATRIARCAL E RACISTA**

Compreender os sistemas de dominação e exploração das mulheres possibilita desvendar o que permeia o que é tido como feminino, suas estruturas de opressão, suas características pretensamente “naturais” e, por fim, entender que o Serviço Social não é uma profissão de essência feminina, mas que sua procura por esse público é atravessada pela ideologia patriarcal e sexista.

Neste capítulo, discutiremos gênero enquanto resultado da interação entre natureza, cultura e poder, como um processo social e histórico, bem como a ordem patriarcal, seus elementos constituintes, seu caráter histórico e o nó (classe, raça, gênero) que dinamiza as relações sociais de exploração e dominação no sistema capitalista.

Os estudos de gênero surgem dentro do movimento feminista, especialmente sob a influência das feministas acadêmicas no fim do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980. Em comum, esses estudos têm a perspectiva de compreender e analisar o masculino e o feminino como construção social marcada historicamente. Buscam, desse modo, desconstruir a naturalização do que é ser homem-masculino e mulher-feminino na sociedade e compreender os processos que engendram essa construção.

A noção de gênero enquanto categoria de análise envolve aspectos políticos e teóricos no estudo das relações sociais. O viés político compreende a descrição, causas e transformações dessas relações, enquanto o viés teórico busca o entendimento das relações de dominação, exploração e as estruturas de poder que unificam o nó, descrito por Saffioti (2004) por gênero, raça/etnia e classe social.

Nesse sentido, iniciamos a discussão a partir da percepção de Izquierdo (1990), que entende o sistema sexo/gênero como referência sobre a forma como se organiza a sociedade, as expectativas desta sobre os indivíduos e a desigual distribuição de poder. Os espaços sociais ocupados, bem como as proibições em torno do sexo, se alicerçam numa pretensa base biológica e na divisão sexual do trabalho.

Ainda para Izquierdo (1990), cada indivíduo, independentemente do sexo, está situado em uma posição determinada entre o polo feminino e o polo masculino, enquanto resultado da interação entre natureza e cultura.

Nesse contexto, o sistema binário (masculino versus feminino) parte de uma determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos com supostas

disposições naturais. O sexo - como qualificador de humanidade e matéria corpórea - e os atos dos corpos sexuais também são experiências partilhadas por significações culturais, ou seja, “[...] Não existe corpo livre de investimentos discursivos, in natura” (BENTO, 2008, p. 37), concepção que nos leva a desnaturalizar a diferença sexual do gênero.

Aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo sexuado, é resultado das normas de gênero. Como afirmar que existe um referente natural, original para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinados o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo (BENTO, 2008, p. 35-36).

O corpo, como construção social e cultural, envolve suposições costuradas pelas idealizações dos gêneros, verdades que definem os comportamentos, os desejos e os pensamentos considerados oportunos a homens e mulheres.

Conforme afirma Louro (1996, p. 11), “há, então, uma estreita e contínua imbricação do social e do biológico, e nossa compreensão de gênero provavelmente deve supor tal imbricação”. Nesse contexto, a construção de gêneros é um processo social e histórico que envolve os corpos dos sujeitos.

A perspectiva que adotamos aqui é a mesma de Saffioti (2004, p. 108-109, grifo da autora), ao “[...] *considerar sexo e gênero uma unidade*, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida”.

Louro (1996) entende, portanto, gênero como uma construção social, logo, histórica. Podemos supor que esse conceito é plural, havendo, assim, conceitos de feminino e de masculino social e historicamente variados.

Podemos, no entanto, pensar que gênero (assim como a classe ou a raça) é mais do que uma identidade aprendida (é mais do que uma aprendizagem de papéis), sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. Pensando assim, devemos entender que essas diversas instâncias sociais são instituídas pelos gêneros e também os instituem; elas são “generificadas”. Essa perspectiva talvez se revele mais útil para nossa compreensão – e intervenção – sobre o campo de trabalho, da justiça, da ciência, da arte, etc (LOURO, 1996, p. 12).

A partir de um enfoque feminista materialista, rompe-se com a ideologia que constitui as mulheres como “grupo natural”, ideologia que perpassa os corpos e mentes e correspondem a uma ideia de natureza que lhes foi determinada. “Mulheres” são produto de uma relação social de opressão, apreender a causa ou origem dessa opressão envolve a marca imposta pelo opressor, o “mito mulher” suas manifestações materiais na consciência e corpos capturados de mulheres (WITTIG, 2019).

Portanto, é nossa tarefa histórica, e não apenas nossa, definir o que chamamos de opressão em termos materialistas, tornar evidente que as mulheres são uma classe. Isso significa dizer que a categoria “mulher” assim como a categoria “homem” são categorias políticas e econômicas e não categorias eternas. Nossa luta tem como objetivo suprimir os homens como classe, não por meio de um genocídio, mas de uma luta política. Quando a classe “homens” desaparecer, “mulheres” (a classe dentro da qual lutamos) de “mulher”, o mito. Pois “mulher” não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto “mulheres” são o produto de uma relação social (WITTIG, 2019, p. 88).

Como na maioria das sociedades se atribui maior valor às características notadas como masculinas, afirmar seu caráter social é fundamental para luta e teoria feminista, sustentando também possibilidades de transformação. Evidencia-se, com isso, a produção e naturalização do social que permeia as bases do sistema sexo/gênero (LOURO, 1996).

Dessa forma, a produção da existência tem bases biológicas que correspondem à intervenção conjunta de dois sexos (macho e fêmea), a produção social da existência implica na intervenção dos gêneros masculino e feminino. Cada um dos gêneros possui uma contribuição particular na produção e reprodução da existência (IZQUIERDO, 1990).

A realidade social é marcada por uma manifestação desigual à distribuição de responsabilidades impostas aos gêneros. Os critérios sobre os quais se determina essa distribuição são sexistas, classistas e racistas, afirma Izquierdo (1990). O modo como contribuem para a produção da existência e os espaços que ocupam são distintos para homens e mulheres, além disso, as atividades produtoras da existência estão nas esferas de sobrevivência (doméstica) e de transcendência pública, sendo a primeira o espaço do gênero feminino e a segunda, ao gênero masculino. Tal separação converte as atividades nelas desenvolvidas em alienadas, pois carecem de sentido ao não se referirem uma à outra (IZQUIERDO, 1990).

Saffioti chama a atenção para o fato de que gênero não é tão somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica.

[...] uma ideia de que se, de uma parte, *gênero não é tão-somente uma categoria analítica, mas também uma categoria-histórica, de outra, sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento*, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre a mulher. Na verdade, quando aqui se valorizam esses estudos, pensa-se em enervá-los com a *perspectiva de gênero*. A história das mulheres ganha muito com investigações deste tipo (SAFFIOTI, 2004, p. 111, grifo da autora).

Para Saffioti (1992), o conceito de gênero é relacional, como categoria analítica, ou enquanto processo social deve captar a trama de relações sociais e suas transformações historicamente sofridas, nas quais as relações de gênero têm lugar.

A criação de seres heterossexuais e com identidade de gênero dá-se por um processo social complexo, no qual “[...] os indivíduos são transformados, *através das relações de gênero*, em homens ou mulheres, cada uma destas categorias-identidades excluindo a outra” (SAFFIOTI, 1992, p. 187, grifo da autora). O sistema de sexo-gênero é constituído sócio historicamente, simbolicamente e com a interpretação das diferenças anatômicas entre os sexos.

O sistema de sexo-gênero constitui a grelha através da qual o *self* desenvolve uma identidade incorporada, uma certa forma de ser no seu corpo. O *self* torna-se um eu na medida em que realiza a apropriação, a partir do que lhe oferece a comunidade humana, de um modo de vivenciar sua identidade corporal física, social e simbolicamente. O sistema sexo-gênero é a grelha através da qual as sociedades e culturas reproduzem indivíduos corporificados (SAFFIOTI, 1992, p. 188, grifo da autora).

A organização social de gênero afeta, por consequência, os processos e as estruturas psíquicas inconscientes, ou seja, a subjetividade dos indivíduos, onde algumas capacidades e habilidades são internalizadas, reforçadas e construídas no interior da personalidade. Há, então, um esforço da sociedade para naturalizar os processos que não são aquisições meramente comportamentais, mas de caráter social, construídas e expressas através das relações de sexo-gênero, o que é detalhado no tópico a seguir.

## 2.1 OS ELEMENTOS DE PODER E A NATUREZA

Nas considerações acima, foi enfatizado como as teóricas feministas analisaram o gênero como construção social, desconstruindo uma pretensa naturalização do feminino e do masculino. Nesse processo de naturalização, como afirma Guillaumin (2014), a natureza fixa as regras sociais e pode organizar programas genéticos especiais aos socialmente dominados. Essa relação de poder pautada em uma visão utilitarista abrange aspectos materiais e mentais, ou seja, “[...] um objeto estará sempre em seu lugar e ele sempre servirá à finalidade a que se destina. É a sua ‘natureza’” (GUILLAUMIN, 2014, p. 65).

A partir desse discurso, veremos como a apropriação encontra-se nas relações de poder fundadas socialmente. Para isso, citaremos Guillaumin (2014). Para ela, a apropriação material do corpo produz a interpretação “material” das práticas. Nesse sentido, a face ideológica-discursiva é apropriada em coisas no próprio pensamento, assim como as características físicas dos que são apropriados fisicamente são justificadas pela dominação natural.

Nas relações sociais de classe de sexo, o fato de os dominados serem coisas no pensamento é explícito em um certo número de características que supostamente identificam sua especificidade. No discurso sobre a *sexualidade* das mulheres, naquele sobre a *inteligência* (a ausência ou a forma particular que a inteligência tomaria nelas), naquele sobre sua chamada *intuição*. Nesses três domínios, é particularmente nítido que somos consideradas como coisas, que nos veem exatamente como nós somos tratadas concretamente, cotidianamente, em todos os domínios da existência e a cada momento (GUILLAUMIN, 2014, p. 67, grifo da autora).

O grupo dominante consagra a uma fração da classe das mulheres apenas a função sexual. As mulheres, na prática, não dispõem de si mesmas, são diretamente objetos e ideologicamente um sexo, sem mediação e sem que possam ter decisão ou autonomia, podendo ser qualquer outro objeto de acordo com o contexto. Os homens, no entanto, não são sexo, mas possuem um, o que lhes confere uma função social de arma, como o estupro.

No que tange a inteligência, no caso das mulheres, temos uma inteligência de coisa. Essa inteligência pertence ao universo das coisas e práticas, distantes da intelectualidade e do senso de lógica, aderindo à realidade prática para atingir ao que se propõem. A intuição “feminina” classifica as mulheres como expressão da matéria pela qual são feitas, elas sabem o que sabem e não há razões para tal. Essa inteligência intuitiva é vazia de sentidos, espontânea e essencial para os dominantes tomarem por coisas a consciência dos apropriados.

As ideias e ações de um grupo ou classe são dadas como intrínsecas, independentes das relações sociais existentes e as condições concretas que lhes são determinantes. No entanto, reafirmamos o conceito de Guillaumin (2014), que o natural é uma construção social; a natureza é, portanto, legitimada ideologicamente. Às mulheres, temos uma natureza “particular”, “naturalmente específica” e não socialmente determinada. Nossos atos e existência nos são ordenados pela mãe Natureza e há uma imputação de que somos “naturais”.

Cada uma de nossas ações, cada uma das ações que empreendemos em uma relação social determinada (falar, lavar roupa, cozinhar, sonhar, ter filhos etc.), *relação de classe que nos impõem as modalidades e a forma da nossa vida, é atribuída a uma natureza que nos seria interior* e que – fora de qualquer relação – nos levaria a fazer tudo isso, pois nós seríamos “programadas para”, seríamos “feitas para isso”, porque, visivelmente, nós o “fariamos melhor” do que qualquer um (GUILLAUMIN, 2014, p. 92, grifo da autora).

Ainda para Guillaumin (2014), a imputação de naturalidade é conduzida aos apropriados e dominados. Sob essa perspectiva, se nós somos oprimidas e exploradas, isso é consequência de nossa natureza, que permite sermos socialmente oprimidas, exploradas e apropriadas. Além disso, somos dominadas porque não somos semelhantes, somos diferentes, delicadas, bonitas, intuitivas, maternais. Enfim, por sermos diferentes dos homens que, enquanto os homens,

transcendem-se, distanciam-se, transformam-se e dominam-se, a nós cabe uma prática cíclica, permanente e caprichosa.

Contudo, ao combatermos essa espontaneidade social, compreendemos as mulheres não como uma espécie natural, mas sim construídas por relações sociais concretas e passíveis de mudanças. Dessa forma, como propriedade material concreta, desenvolve-se sobre as mulheres (e contra elas), sob um discurso da Natureza respaldado na lógica da dominação, a ordem patriarcal, que será visto a seguir.

## 2.2 A ORDEM PATRIARCAL

“Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkle* (origem e comando), portanto, a autoridade do pai. Na concepção feminista, “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente, o poder é dos homens” considerado, portanto, como sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173).

Nessa lógica, para Saffioti (2004), o conceito de patriarcado é um fenômeno social de subordinação das mulheres aos homens, exercido de forma hierárquica, como um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres, pautado nas relações de poder estabelecidas. No regime patriarcal, as mulheres são objetos da satisfação sexual masculina, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e também de novas reprodutoras.

*O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política (SAFFIOTI, 2004, p. 138-139, grifo da autora).*

Em outras palavras, dominação pressupõe subordinação. O patriarcado, ao impor o domínio legitimado na capacidade de comando pelo patriarca, permite “liberdade” aos seus subordinados, homens e mulheres, como também iniciativa de agir a estas, contribuindo nesse processo, como também abalando suas bases. A contradição que perpassa as relações homem-mulher constitui a ordem patriarcal de gênero. O homem é considerado sujeito, a mulher, o outro. Embora o patriarcado seja um pacto entre os homens, na relação de dominação-

exploração, não significa que a ele as mulheres não podem opor-se, resistir, possibilitar conflitos e luta de classes no processo (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

O patriarcado, em seu caráter histórico, apresenta uma legitimidade que lhe confere sua naturalização, um reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina como fenômeno social de subordinação das mulheres aos homens, “[...] além de trazer estampada de forma muito clara a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente” (SAFFIOTI, 2004, p. 101). O caráter e consistência societal desse regime é descrito a seguir.

Patriarcado é comumente usado para mostrar como a opressão e a desigualdade de gênero não são ocorrências esporádicas ou excepcionais. Ao contrário, são questões que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no nível individual. Em suma, muitas vezes usamos o termo patriarcado para salientar que a opressão de gênero é um fenômeno não reduzível a relações interpessoais, mas antes possui um caráter e consistência societal (ARRUZZA, 2015, p. 35).

Hartmann (1979, apud SAFFIOTI, 2004, p. 104) compreende o patriarcado como um pacto masculino para garantir a opressão feminina, ou seja, as relações hierárquicas e de solidariedade entre os homens capacita essa categoria a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres. Esse regime viabiliza que os homens assegurem para si e seus dependentes os meios fundamentais para a produção diária e à reprodução da vida, nesse sentido, há uma economia doméstica que sustenta essa ordem. A máquina é também acionada por mulheres ao desempenharem a função do patriarca e ao disciplinar os filhos e crianças de acordo com as leis do pai, contribuindo para alimentar o regime (SAFFIOTI, 2004).

Na literatura, há diferentes formas de teorização do sistema patriarcal e do sistema capitalista. No entanto, partimos do mesmo princípio de Arruzza (2015), em que o sistema patriarcal dotado de uma lógica própria de relações materiais e culturais de dominação e exploração de mulheres por homens é maleável a mudanças históricas e possui uma relação de continuidade com o capitalismo.

Nessa perspectiva, é preciso compreender essa relação estrutural pautada em uma explicação teórica. Arruzza (2015) defende a “Tese Unitária” como uma teoria não reducionista ou economicista ao considerar o capitalismo como uma complexa e articulada ordem social que possibilita a produção, reprodução, transformação e renovação das relações hierárquicas e opressivas. Não há sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo, tais relações continuam a existir nesse modo de produção.

Discutimos, neste momento, as quatro características que definem a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado, enquanto formação social hegemônica, em que os estados no pós-guerra conduziram suas economias nacionais. São elas: economicismo; androcentrismo; estatismo; e *westfalianismo*.

Fraser (2009, p. 16-17) argumenta como cada uma dessas categorias teóricas entrelaçou as injustiças de gênero de maneira econômica, cultural e política, exploradas pela segunda onda do feminismo. Veremos cada uma delas a seguir.

O economicismo no capitalismo, organizado pelo Estado, envolveu a utilização do poder político público para regular (ou substituir em alguns casos) os mercados econômicos, com a pretensão de inclusão, igualdade e solidariedade entre as classes. Esses ideais foram interpretados de modo economicista e classocêntrico marginalizando dimensões locais e eixos de injustiça.

O androcentrismo concebe o cidadão de tipo ideal como um trabalhador, chefe e homem de família que detêm um salário enquanto principal ou único para o sustento econômico de sua família, e os ganhos da esposa, se houver, deveria ser suplementar. O ideário do salário família, marcado por questões de gênero, reforça a importância do trabalho assalariado e obscurece a relevância do trabalho social não-assalariado de cuidados, atenção à família e trabalho reprodutivo, ressaltando a divisão sexista do trabalho.

O estatismo dissemina um *ethos* tecnocrático e gerencial ao confiar em peritos profissionais o planejamento de políticas e sua implementação, o que compreendia os cidadãos dos serviços como clientes, consumidores e contribuintes, resultando em uma cultura despolitizada. O *westfalianismo*, por sua vez, institucionaliza os comprometeros de justiça entre os concidadãos, e é marcado pela territorialidade limitada das arenas políticas de espaços de lutas, truncando os avanços da justiça.

A cultura política do capitalismo envolve as características acima e incorpora um Estado organizado de forma androcêntrica, manifestada em um sistema imperialista mundial entre capitalismo e patriarcado, “[...] estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação” (FRASER, 2009, p. 18), o que ressalta a subordinação da mulher como sistêmica e profundamente estrutural.

A intersecção do sistema patriarcal e capitalista é discutida por diversas autoras feministas e, para entendermos essa abordagem, faz-se necessário definir o que é exploração. Sob a ótica das relações de classe, “[...] exploração é definida como um processo ou mecanismo da expropriação de um excedente produzido por uma classe produtora para benefício de outra classe” (ARRUZZA, 2015, p. 39).

Ainda para Arruzza (2015), na sociedade capitalista, existem opressão e dominação de gênero, que determinarão o modo e a escala nos quais será distribuída a carga de trabalho, resultando em uma divisão desigual, em que mulheres trabalham mais e homens, menos. Desse modo, as relações patriarcais não organizam diretamente a produção, mas realizam um papel na divisão do trabalho, e à família é designada a esfera privada de reprodução.

A teoria marxista é uma referência e inspiração metodológica para as correntes feministas que desenvolveram e desenvolvem teorias no âmbito do materialismo histórico, como as abordagens que trouxemos a partir de Arruzza e Fraser. Consideramos que os feminismos materialistas são referências essenciais para interpretar a realidade social e histórica, apreendendo criticamente o mundo para transformá-lo.

O marxismo contribui de forma significativa para o feminismo, e a dialética que os articula possibilita ao método uma apreensão da realidade a partir do movimento do real: contradição, historicidade e antagonismos são fundamentais para o feminismo marxista (ÁVILA; FERREIRA, 2020).

Aqui, adotamos essa corrente teórica, uma vez que o método materialista nos permite entender a historicidade do patriarcado e suas imbricações com o capitalismo. Pautada na análise da concretude da realidade e no movimento contraditório das relações sociais na produção e reprodução desse sistema, a perspectiva materialista baseia-se na história enquanto movimento dialético que nos leva a desnaturalização da categoria mulher como fixa ou essencialmente biológica, possibilitando-nos compreender que as relações sociais são de exploração-dominação (idem, p. 113).

Uma questão central para o feminismo materialista é justamente a desnaturalização da vida social e de maneira central das relações sociais de sexo, e por decorrência a desnaturalização do que foi hegemonicamente definido na filosofia e nas ciências sociais como um ser “mulher”, portadora de um atributo fixo e generalizante constituído de uma essência que emana da própria anatomia e da biologia (ÁVILA, 2019, p. 182).

Ávila (2019) afirma que, para o feminismo materialista, a exploração, dominação e apropriação das mulheres possuem uma base material estruturada a partir da divisão sexual do trabalho, enredada à divisão racial do trabalho e da relação corpo, produção/reprodução e sexualidade. O conceito de trabalho nos encaminha à divisão sexual deste, como elemento estruturante das relações sociais de sexo e gênero, estabelecendo o trabalho produtivo e reprodutivo como suas práticas.

Nessa abordagem, a categoria social mulheres se forma e reproduz pelas relações de classe e raça. Como afirmamos anteriormente, no processo histórico do capitalismo, patriarcado

e racismo conectam-se em uma relação dialética, o que será discutido no próximo tópico quanto à intersecção entre opressão de gênero, raça e classe, a partir da teórica Heleieth Saffioti, cuja obra está fundamentada na perspectiva materialista histórica.

A reprodução social será mais bem detalhada quando nos aproximarmos da divisão sexual do trabalho no modo de produção capitalista. Nesse momento, discutiremos acerca da intersecção entre opressão de gênero, raça e classe.

Conforme assegura Saffioti (2004), o patriarcado não corresponde apenas a uma hierarquia entre categorias de sexo, como carrega também uma contradição de interesses que perpassam o enovelado: classes sociais e racismo enquanto possibilidade de preservação do domínio masculino. O nó das três subestruturas - gênero, classe social, raça/etnia - será descrito a seguir.

Analisar as relações de gênero constituídas pelas subestruturas socialmente construídas nos leva a perceber as contradições entrelaçadas e enoveladas do nó que apresenta uma dinâmica que lhe é própria, como uma estrutura de poder que unifica tais estruturas.

Nessa perspectiva, cabe o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1999), que dá visibilidade ao cruzamento dos elementos vinculados à raça/etnia, gênero e classe. Para ela, “a interseccionalidade é a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 1999, p. 177).

A interseccionalidade trata do modo pelo qual o racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam as desigualdades que estruturam as posições de mulheres, raças/etnias e classes. Os sistemas se sobrepõem e cruzam-se, criando intersecções complexas e dinâmicas ativas de desempoderamento.

Em contrapartida, Kergoat (2010) critica o conceito de interseccionalidade, por considerá-lo uma “noção” geométrica, e desenvolve a problemática da consubstancialidade. Para a autora, a interseccionalidade pode fixar as posições da estrutura social e apagar sua complexidade; a multiplicidade de categorias pode tornar invisível alguns pontos ou, então, a multiplicidade de intersecções (geração, religião e orientação sexual) podem ser colocadas no mesmo âmbito das relações sociais estruturantes.

Ainda que ambas as autoras partam da intersecção, ou consubstancialidade, Crenshaw tem como ponto de partida conceitual a intersecção entre sexo e raça, enquanto Kergoat adota a relação entre sexo e classe, aspectos estes que trarão implicações teóricas e políticas com diferenças expressivas. No entanto, o ponto de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão (HIRATA, 2014).

Para Hirata (2014), a principal crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que essa categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe e raça) em sua complexidade e dinamicidade. Outra crítica é que a análise interseccional coloca em maior evidência o par gênero-raça, tornando menos visível a dimensão classe social.

Desse modo, a controvérsia entre as categorias refere-se ao que Hirata chama de “interseccionalidade de geometria variável” (2014, p. 66), ou seja, para Kergoat, as três relações sociais fundamentais, que são imbricadas e transversais, são gênero, classe e raça, enquanto para outros a intersecção é de geometria variável e podem incluir relações sociais de gênero, classe, raça e outras relações de sexualidade, idade e religião.

As práticas sociais apontam para a interdependência dessas categorias e para sua compreensão. Aprofundaremos, nesse momento, a utilização dos termos consubstancialidade e coextensividade defendidos por Kergoat (2010).

As relações são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Para a autora, existem alguns princípios para compreender as relações sociais. O primeiro, classificado como imperativo materialista, prevê que as relações de gênero, “raça” e classe são relações de produção, ou seja, é indispensável considerar como se dá a apropriação do trabalho de um grupo por outro, o que nos leva a voltar ao campo de disputas materiais e ideológicas das relações sociais.

O segundo é o imperativo histórico, em que as relações sociais precisam ser historicizadas, pois elas possuem uma estrutura que possibilita sua permanência e análise. O terceiro imperativo define as invariantes dos princípios de funcionamento das relações sociais. Por fim, “devemos estar atentos à maneira como os dominados reinterpretam e subvertem as categorias” (KERGOAT, 2010, p. 100), destacando que a “[...] subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva” (idem).

Portanto, as práticas sociais podem promover formas de resistência e possíveis mudanças nas relações sociais. Para isso, é imprescindível a compreensão dos conflitos existentes nas classes (sexual, social e étnica), isto é, desnaturaliza-se as construções pautadas na diferenciação das desigualdades sem perder a dimensão concreta das relações sociais (KERGOAT, 2010).

Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias de exploração, dominação e opressão, caracterizadas pelo adjetivo dinâmico das relações sociais e as invariantes nos seus princípios de funcionamento, enquanto relações de produção: gênero, “raça” e classe entrecruzam-se em um campo de disputas (materiais e ideológicas) das relações sociais.

Ao utilizar a metáfora do "espiral", Kergoat (2010) procura esclarecer sua apreensão sobre os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica. O “espiral” faz uma alusão de que a realidade não se fecha em si mesma. Logo, é preciso visualizar os entrecruzamentos e interpenetrações que formam um “nó” no âmbito da individualidade ou de um grupo. A compreensão desse “nó” implica na ideia de consubstancialidade como “*uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais*” (KERGOAT, 2010, p. 100, grifo da autora). A coextensividade irá, assim, apontar para o dinamismo das relações sociais e buscará entender como elas se produzem mutuamente.

Os conceitos de consubstancialidade e coextensividade abrangem o entrecruzamento dinâmico e complexo das relações sociais, intrinsecamente envolvidas, de modo a estruturar a totalidade do campo social, ajustando-se e lhe atribuindo marcas.

Ao teorizar sobre a “consubstancialidade” e a “coextensividade” das relações patriarcais, raciais e de classe, Danièle Kergoat (2009) demonstrou como essas estruturas são baseadas na exploração e na dominação, se interseccionam e são da mesma substância, embora distintas entre si. Por essa perspectiva, é preciso analisar as contradições do “nó” de acordo com as circunstâncias históricas e seus relevos distintos.

Retomando o nó constituído pelas contradições que fundamentam a sociedade brasileira, não podemos deixar de abordar a dimensão de raça e etnia pelo forte racismo estrutural característico do país.

O colonialismo europeu configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse período, o racismo se constituía como “ciência” da superioridade euro-cristão (branca e patriarcal), ao passo que se estruturava o modelo ariano de explicação. Esse processo desenvolveu-se em um terreno fértil de uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (século XV-século XIX), que entendia “absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos ‘selvagens’” (GONZALES, 2019, p. 343). Nota-se, pois, a naturalidade da violência etnocida europeia sobre esses povos.

Na segunda metade do século XIX, a Europa dá uma explicação racional para isso: os “costumes primitivos”, a resistência dos povos colonizados e a violência aplicada sobre essas

colônias tangerem nuances mais sofisticadas, a ponto de não parecer violência, mas “verdadeira superioridade” (idem, p. 343-344).

O racismo desempenha um papel essencial para a internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados, pois ele representa duas táticas para o mesmo objetivo: exploração/opressão. A partir daí, Gonzales (2019) pontua para o *racismo aberto* e *racismo disfarçado* (grifo da autora).

O primeiro, característico das sociedades de origem anglo-saxônica, germânica e holandesa, entende que negro é o indivíduo com antepassados negros (possui sangue negro), miscigenação é impensável (no entanto, o estupro e a exploração da mulher negra ocorrem) ao considerar a “pureza e superioridade” do homem branco. Desse modo, a consequência é a segregação dos grupos não brancos que articulam esse viés ideológico (idem, p. 344).

O segundo caracteriza as sociedades de origem latina, o racismo disfarçado ou *racismo por denegação*, permeado pelas teorias da miscigenação, assimilação e “democracia racial”. A chamada América Latina é “muito mais ameríndia e *amefricana*<sup>1</sup> do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (GONZALES, 2019, p. 344, grifo da autora).

Na América Latina, a violação colonial dos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação dela resultante dão origem à nossa identidade nacional.

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2019, p. 314).

O mito da superioridade branca é internalizado com a negação simultânea da própria raça e cultura, sua eficácia produz efeitos de estilhaçamento, fragmentação da identidade racial e o desejo de embranquecimento. O racismo latino-americano mantém negros e índios como segmentos subordinados no interior das classes devido, principalmente, à ideologia do branqueamento (GONZALES, 2019).

---

<sup>1</sup> A categoria de Amefricanidade é desenvolvida por Gonzales (2019) para designar toda uma descendência não só dos africanos que vieram nos navios negreiros, como aqueles que chegaram a América antes de Colombo. O valor metodológico dessa categoria para a autora está no resgate a unidade específica (negritude, afrocentralidade) de nossos antepassados.

Nas sociedades escravocratas, as mulheres eram vítimas de abuso sexual, maus tratos e estupro como expressões de domínio do proprietário. Os senhores possuíam uma postura de conveniência em relação às escravas: quanto ao trabalho, força e produtividade, sua opressão era similar a dos homens, ou seja, quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram compreendidas como desprovidas de gênero, mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modo particular que cabe só às mulheres, eram reduzidas tão somente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016).

No século XIX, há uma exaltação ideológica à maternidade que não se estendeu às escravas. As mulheres negras passam, então, a ser cada vez mais avaliadas por sua fertilidade enquanto instrumentos que possibilitavam a ampliação da força de trabalho escrava. Eram apenas “reprodutoras”, e não “mães”, portanto, suas crianças poderiam ser separadas como animais (DAVIS, 2016).

O racismo, em sua articulação com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra que ecoam desde a colonização, configurando nossa formação nacional atual (GONZALES, 2019). As mulheres negras concentram-se em atividades consideradas como extensão das atividades domésticas não remuneradas, desvalorizadas e menos formalizadas. Atuam junto às famílias de classe média ao proverem o cuidado em uma realidade na qual a pobreza dos seus espaços de origem, as desigualdades e o racismo desempenham aspectos substanciais (BIROLI, 2018).

Em 2020, as trabalhadoras domésticas representam, no Brasil, cerca de 6 milhões de mulheres, o que corresponde a, aproximadamente, 15% das trabalhadoras ocupadas (10% brancas e 18,6% negras), conforme dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada). O Instituto aponta que essas trabalhadoras são, geralmente, negras e pobres, com baixa escolaridade e que assumem o trabalho doméstico de famílias de classes abastadas, trabalho este delegado, por vezes, por mulheres brancas. Um melhor aprofundamento será dado no tópico a seguir, no que tange a divisão sexual do trabalho e seus cuidados.

Nesse contexto, a percepção do direito à predominância é reafirmada pelo racismo, enquanto uma crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras, pelo sexismo como crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e por meio do classismo como crença na superioridade de uma classe sobre outra (LORDE, 2019).

Portanto, a leitura da realidade social, a compreensão da sua dinamicidade e das estruturas que a organizam baseadas no nó gênero, “raça” e classe, como arenas de disputas materiais e ideológicas que se inter cruzam, é essencial para nos justapormos a essas formas de dominação que minam, principalmente, o grupo social “mulheres”.

Para Lorde (2019, p. 236), “não existe hierarquia de opressão”, ou seja, onde quer que as formas de opressão se manifestem, elas carregam em si os sistemas de poder que incluem raça, gênero e classe, permeando todo seu processo. Logo, não é possível escolher contra qual sistema lutar.

Ainda, os membros dos grupos oprimidos e coisificados têm sua vida costurada por ódio e violência. Sobre raça, classe e gênero, alguns problemas podem ser compartilhados pelas mulheres, outros não. Os atos de ódio contra elas não são discutidos como crimes contra as mulheres negras, por exemplo.

Desse modo, a incorporação do gênero no contexto de análise do racismo apresenta não só a discriminação racial contra as mulheres, como também possibilita o entendimento pelo qual o gênero configura a discriminação também dos homens. A discriminação racial é, portanto, marcada pelo gênero e demonstra como esses abusos podem ser vivenciados de formas diferentes por ambos (CRENSHAW, 1999).

Ainda para Crenshaw (1999), é preciso atentar-se ao papel da raça como meio de sua intersecção com o gênero, sendo fundamental refletir como essas e outras categorias da diferença determinam a vida diária de indivíduos. A discriminação de gênero é ampliada ou combinada com a discriminação sexual, “[...] nenhuma sociedade é imune ao racismo ou a intolerâncias correlatas; conseqüentemente, o imperativo de considerar a interação do racismo ou de outras intolerâncias com o sexismo continua sendo válida” (CRENSHAW, 1999, p. 184). Portanto, analisar a realidade compreende abarcar as estruturas de poder que se inter cruzam e dão aspecto à dinâmica que é própria do “nó”.

A partir disso, ressaltamos a importância desses debates para o Serviço Social, ao problematizar e desnaturalizar a marca feminina da profissão, com uma categoria profissional constituída por 92,9%<sup>2</sup> de mulheres e que atende, majoritariamente, mulheres.

Nesse sentido, a discussão e as aproximações sucessivas com a totalidade (fundamentada na base teórica marxista e no materialismo histórico) não podem prescindir da abordagem sobre o “nó”, a consubstancialidade que marca as relações de classe, gênero e raça/etnia no sistema patriarcal e capitalista. Dessa forma, ao nos aproximarmos das expressões

---

<sup>2</sup> Pesquisa publicada em 2022 pelo Conjunto CFESS-CRESS que aponta para o perfil dos (as) assistentes sociais recadastradas (os). Nesse universo 92,92% identifica-se com o gênero feminino, 6,97% identifica-se com o gênero masculino e 0,10% se considera entre “outras expressões de gênero”. A tendência histórica da profissão de predominância feminina mantém-se, contudo, identificam-se pequenas alterações da constituição da categoria profissional. Outro dado relevante aborda sobre a pertença étnico-racial que indica que 50,34% dos (as) profissionais se auto reconhecem de cor/raça preta/negra/parda. Na sequência estão os (as) autodeclarados (as) brancos (as) representando 46,98%, em seguida a cor amarela com 1,85% e indígenas de 0,32%, a cor/raça sem identificação correspondeu a 0,51% (CFESS, 2022).

da “questão social” enquanto objeto de intervenção do Serviço Social, caracterizado pela divisão sexual do trabalho na gênese e desenvolvimento da profissão, precisamos considerar as particularidades da categoria “mulheres” e as relações de gênero, classe, raça/etnia que compreendem a totalidade social.

O cotidiano de intervenção dos(as) assistentes sociais é permeado por questões de gênero e de desigualdades sociais. A feminização da pobreza resulta nas principais demandatárias dos serviços e políticas públicas: mulheres pobres e negras. Além disso, a desigualdade de acesso a serviços de saúde e educação; a desigualdade entre os sexos na distribuição de poder e tomada de decisões; a insuficiência de mecanismos de promoção da transversalidade de gênero nas políticas públicas; e a violência contra mulheres e crianças marcam a intervenção aos desafios do exercício profissional (LISBOA, 2010).

Diante das estruturas de poder e dominação que circunscrevem a categoria gênero, daremos prosseguimento à análise da categoria trabalho e da sua divisão sexual, ressaltando as determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital.

### 2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O objetivo deste tópico é analisar a divisão sexual do trabalho no sistema patriarcal capitalista, desvelando as determinações que contribuem para a produção/reprodução do capital e para a opressão, exploração das atividades desenvolvidas por mulheres.

A categoria trabalho, como ato e processo pelo qual os seres humanos alteram a natureza por meio das mediações que estabelecem, será discutida inicialmente para que consigamos atingir o objetivo deste tópico, que é compreender a divisão sexual do trabalho como uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho e como essa divisão segmenta, hierarquiza e naturaliza os trabalhos de homens e mulheres.

Como categoria essencial para a compreensão da atividade econômica, o trabalho torna possível a produção de bens e valores, sendo indispensável para o entendimento do próprio fenômeno humano-social. As condições materiais de existência e reprodução da sociedade obtêm-se através da interação/transformação da natureza para atender as necessidades por meio do trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Marx afirma: “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 326), ou seja, o trabalho corresponde a uma capacidade humana consciente e proposital das ações.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 327).

A reflexão proposta por Marx define o trabalho enquanto atividade exclusivamente humana, movida por uma intencionalidade prévia, uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada* e conduzida a partir do fim determinado pelo sujeito (NETTO; BRAZ, 2006, grifo do autor).

Assim, “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 328). Desse modo, a finalidade instituída configura o processo de trabalho, no qual os seres humanos utilizaram os meios necessários para transformar a natureza, empregando sua força de trabalho, o que resultará na constituição de um produto como um valor de uso adaptado às necessidades humanas.

Nesse sentido, a categoria trabalho, como atividade exercida unicamente por seres humanos, membros de uma sociedade, proporcionou ao gênero humano um salto na dinâmica da natureza, orgânica e inorgânica. Logo, homens e mulheres, enquanto seres sociais, são resultantes desse processo histórico.

No contexto descrito, as relações de produção são constituídas pelas forças produtivas de caráter técnico e social. A relação entre elas define o modo de produção enquanto desenvolvimento histórico-social com características específicas e contradições que se transformaram ao longo da história da humanidade. Nele, encontramos a estrutura (ou base) econômica da sociedade, caracterizada pela força de produção, e a superestrutura, que compreende as instâncias jurídico-políticas, ideologias e consciência social (NETTO; BRAZ, 2006).

No processo de desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção capitalista consolidou-se na passagem do século XVIII para o século XIX, configurando-se como um sistema mundial fundado na exploração do trabalho. O movimento do capital pode ser expresso pela fórmula:  $D \rightarrow M \rightarrow D'$ , em que o ponto de partida é o dinheiro e o ponto de chegada é mais dinheiro, ou seja, a partir do D (dinheiro), é possível a produção de M (mercadorias) para se obter D' (mais dinheiro) (NETTO; BRAZ, 2006).

Na circulação  $D \rightarrow M \rightarrow D'$ , os extremos têm a mesma forma econômica,

Ambos são dinheiro, portanto, não-valores de uso qualitativamente distintos, uma vez que o dinheiro é justamente a figura transformada das mercadorias, na qual estão apagados seus valores de uso específicos (MARX, 2013, p. 294).

Nesse processo, o capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores pelo seu valor de troca, pagando-lhes um salário que corresponde ao valor de sua reprodução, mas a força de trabalho possui uma qualidade específica, porque ela cria valor, e quando utilizada, produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, logo, seu valor de uso é maior que o valor de troca, pago pelo capitalista inicialmente. Esse valor excedente que o capitalista se apropria é a mais-valia e é nessa relação de exploração que se funda o capitalismo (NETTO; BRAZ, 2006).

A apropriação do tempo de trabalho é constituinte desse modo de produção. O tempo que tem valor é o empregado na produção da mercadoria, gerador de mais-valia, e a mais-valia é a base de acumulação do capital. Há, então, uma separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, existindo uma esfera reprodutiva relacionada dialeticamente com a esfera de produção, e é a partir dessas duas esferas que se estrutura a divisão social e sexual do trabalho.

A ideia de mais-valia e acumulação do capital especificou a necessidade de reprodução da força de trabalho para repetir o seu processo diariamente, inserindo o processo de reprodução geracional, ou seja, as condições de produção são também as de reprodução, em que “A reprodução do capital reproduz as condições políticas, sociais, institucionais e culturais que asseguram a desigualdade e permitem a acumulação” (BENGOA, 2018, p. 36).

A ideia de acumulação desenvolvida por Marx não considerava o trabalho realizado nos lares, principalmente por mulheres e fundamental para a reprodução da força de trabalho, como se a mesma se autorreproduzisse com o salário ao abranger apenas os bens adquiridos no mercado. Como resultado, o trabalho doméstico e de cuidados não estava incluso no conceito de mais-valia, mesmo sendo elemento medular para reprodução social (BENGOA, 2018). A separação entre trabalho produtivo e reprodutivo configura, portanto, uma das dimensões da divisão sexual do trabalho, que será detalhada a seguir.

As condições em que vivem homens e mulheres são produtos de construções sociais e não determinadas por um destino biológico de indivíduos distintos, mas consistem em dois grupos sociais engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo, ou seja, “estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, em paralelo à apreensão pelos

homens das funções de forte valor social. Os princípios organizadores dessa divisão é o *princípio da separação* (há trabalho de homens e trabalho de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (o trabalho do homem “vale” mais que do que o trabalho de mulher) (idem, grifo da autora).

Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista –, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais. Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço (KERGOAT, 2009, p. 68).

Nesse ínterim, a determinação das tarefas tem o gênero como um eixo. Para isso, naturalizam-se habilidades e pertencimentos dos sexos biológicos e sua conexão com os comportamentos de forma ilusória, “[...] a associação entre mulher e domesticidade constrói-se nessa chave” (BILORI, 2018, p. 67).

Para Biroli (2018, p. 41),

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e de subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras.

Portanto, a divisão sexual do trabalho impacta a trajetória das mulheres, proporcionando menor acesso ao tempo livre e à renda, restringindo alternativas, com menores chances que as dos homens ao acesso de espaços decisórios e debates públicos, afastando-as do sistema político. Esses fatores desestimulam a participação desse grupo na vida pública e, principalmente, política, reforçando o que historicamente está previsto: a esfera pública “compete” aos homens. A esfera privada e reprodutiva passa, então, a envolver o trabalho doméstico e de cuidados, reservada às mulheres, e isto é fundamental para o capitalismo, o que será destacado a seguir.

O trabalho doméstico e de cuidados, que está fora do espaço mercantil, conforme visto anteriormente, será invisível no imaginário social e no processo de acumulação. Portanto, a força de trabalho, reproduzida nos lares e concedida ao capital por um valor menor, expressa

uma vasta quantidade de trabalho realizado pelas mulheres e torna-se parte do processo de acumulação capitalista (BENGOA, 2018).

Por meio da consciência de opressão desse trabalho invisível exercido de forma gratuita pelas mulheres e realizado em nome da natureza, do amor e do dever maternal, o trabalho doméstico passa a ser considerado trabalho, mostrando-se vital para a sustentação do capitalismo e sua ordem patriarcal.

O núcleo do patriarcado é a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres têm sua força de trabalho apropriada e os homens beneficiam-se coletivamente desse sistema político de exploração. A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, dessa maneira, um ponto central (BILORI, 2018).

O trabalho não remunerado das mulheres, como a criação dos filhos e o cotidiano de atividades domésticas, deixa os homens livres para o engajamento no trabalho remunerado. Esse tipo de trabalho exercido gratuitamente é definido como não produtivo e realizado dentro da relação casamento. No entanto, não possui valor quando vem do trabalho da mulher em casa, mas passa a ter valor econômico fora do lar, atendendo as necessidades de outros que não o marido (idem, 2018).

Os interesses capitalistas e as formas correntes de exploração de trabalho incidem sobre a vida doméstica, a conjugalidade, a divisão cotidiana das tarefas, a possibilidade mesma de fruição no tempo por mulheres e homens. A alocação de responsabilidades na vida cotidiana, por sua vez, pode coibir ou facilitar a atuação em outras esferas da vida, entre elas do trabalho e a da política institucional (BILORI, 2018, p. 34).

Nesse contexto, Ávila (2007) afirma que o tempo para grande parte das mulheres realizarem as tarefas domésticas é o que resta da sua inserção formal ou informal no mercado de trabalho, resultando na dupla jornada, estruturante para a acumulação do capital. O trabalho doméstico é definido pela autora no trecho seguinte:

O trabalho doméstico implica tarefas de cuidado com a casa, com a preparação de alimentos e vestimentas, o autocuidado, o cuidado direto com as pessoas, sobretudo crianças e idosas que não têm condições de se autoproduzir. Mas, esse cuidado, é importante salientar, é constituído também pela relação de afetividade e aconchego. É uma prática social de trabalho, a qual envolve questões objetivas e subjetivas, e requer conhecimentos técnicos e sensibilidade humana. Essa prática social é também desenvolvida como parte da relação em família e está envolta por tensões trazidas pelas desigualdades de gênero na vida cotidiana (ÁVILA, 2007, p. 49).

As atribuições do trabalho doméstico e de cuidado, articuladas com demais fatores que permeiam a divisão sexual do trabalho, podem abrir ou restringir alternativas, por meio de

formas diferenciadas e desiguais de responsabilização, ao implicar diretamente na vida das mulheres, pois “[...] mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas” (BILORI, 2018, p. 56).

Embora a necessidade de cuidado perpassa o cotidiano dos indivíduos, suas formas e intensidade variam por nossa vulnerabilidade em determinados momentos da vida, como infância, velhice, condições físicas especiais, entre outras. Os cuidados, para além de respostas às necessidades humanas básicas, imprimem desgaste físico/emocional, são naturalizados e resolvidos no interior do lar ou via institucionalização e desempenhados pelo sexo invisível.

Partilhamos do entendimento de Biroli (2018) do cuidado como trabalho, ao exigir envolvimento, tempo e energia de quem o realiza. Há, nessa compreensão, uma precarização do trabalho do(a) cuidador(a) e uma vulnerabilidade de quem recebe o cuidado, as (des)regulações das relações de trabalho rebatem sobre as relações de cuidado, favorecendo ou dificultando essa tarefa. De modo geral, alguma atividade é “[...] realizada *em prol de outra pessoa e para a sua vantagem*” (BILORI, 2018, p. 69, grifo da autora).

Ressaltamos que o trabalho doméstico remunerado marca uma dimensão estruturante das desigualdades de gênero, atrelado às questões de raça e classe, permanecendo como uma responsabilidade exercida majoritariamente pelas mulheres e com implicações diretas em suas vidas, sobretudo das mais pobres.

Portanto, é preciso considerar as condições históricas nas quais as mulheres estão submetidas à divisão sexual do trabalho e como o sistema capitalista e patriarcal apropria-se disso para sua produção e reprodução social. Assim, compartilhamos do entendimento de Souza-Lobo (1991, p. 171):

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero e dominação.

Com essas características, a divisão sexual do trabalho, ao segmentá-lo entre homens e mulheres, os hierarquiza e torna subalterno o trabalho feminino, direcionando até mesmo o acesso/escolha das mulheres às profissões “naturalmente adequadas” a esse sexo (CISNE, 2012). A partir dessa perspectiva, problematizaremos os aspectos que determinam a feminização da profissão do(a) assistente social.

## 2.4 A “QUESTÃO SOCIAL” E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

O Serviço Social, como uma profissão majoritariamente feminina, é caracterizado por situar-se como um dos elementos da reprodução das relações de classes e da contradição existente entre elas, o que demanda uma análise que possibilite aproximar-se e conhecer concretamente tais relações sociais em uma sociedade patriarcal capitalista.

Logo, objetivamos compreender a “questão social” e as relações de gênero; a aproximação do Serviço Social com a categoria gênero, divisão sexual do trabalho e patriarcado; e também a categoria gênero, raça e etnia nas normatizações do Serviço Social. Para isso, precisamos abordar acerca dessa profissão.

A profissionalização do Serviço Social emerge na ordem monopólica<sup>3</sup> do capital, momento em que se realizam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, institua-se um espaço de práticas profissionais como as do assistente social. Na era monopólica, o Serviço Social recebe, pública e socialmente, um caráter profissional. A ele, legitima-se seus papéis, atribui-se funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho, e os agentes profissionais são reconhecidos e demandados pelo Estado (NETTO, 2011).

A institucionalização do Serviço Social enquanto profissão baseia-se nas formas que o Estado burguês enfrenta a “questão social” tipificada nas políticas sociais. Para Netto (1989, p. 91), “a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistêmicas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da ‘questão social’”.

Netto (2011) afirma que o assistente social é investido como um dos agentes executores das políticas sociais e, para além disso, é um agente na formulação e implementação das mesmas. Desse modo, realiza sua intervenção profissional apoiado nas políticas sociais, como forma de oferecer respostas às expressões da “questão social” no capitalismo monopolista.

Nesse contexto,

Quando se fala em “questão social”, não está se falando apenas em suas determinações econômicas, pois as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social, âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social. Produção e reprodução constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de

---

<sup>3</sup> A constituição da organização monopólica caracteriza-se por viabilizar o objetivo primário de acréscimo de lucros capitalistas por meio do controle dos mercados. Portanto, para efetivar-se com êxito demanda de mecanismos de intervenção extraeconômicos, por meio da refuncionalização e redimensionamento do Estado (NETTO, 2011, p. 24).

subsistência nem da reprodução de seres humanos. Os processos de produção e reprodução imbricam-se mutuamente e são definidos com base no caráter contraditório das relações de gênero e entre as classes sociais (SOUZA; VELOSO; 2015, p. 159).

Para os autores Souza e Veloso (2015), esse caráter contraditório é encontrado tanto na produção quanto na reprodução da vida social, de forma que as relações de gênero e de classe permeiam e configuram uma divisão do trabalho, social e sexualmente determinada. Assim, é preciso integrar a análise das esferas produtivas e reprodutivas para compreender a sexualização-hierarquização do trabalho de homens e mulheres. Essa divisão sexual do trabalho se expressa no Serviço Social, não só em termos quantitativos, mas nos atributos que constituem as marcas da profissão, como as relacionadas à ajuda, assistência, cuidados, bondade, empatia, entre outras que definem, no senso comum, uma certa sensibilidade para tratar dos pobres e necessitados. Essas características são atribuídas não só ao Serviço Social, mas a outras profissões que têm, em sua maioria, mulheres, a exemplo: a psicologia, a pedagogia, a enfermagem, as de setores do serviço público, do comércio e também da indústria, como a têxtil, de eletroeletrônicos, entre outras. Nesta última, associa-se características de paciência e facilidade de lidar com detalhes, coisas miúdas e habilidades que exigem coordenação motora fina.

### **3 SERVIÇO SOCIAL E A SUA CONSTITUIÇÃO ENQUANTO PROFISSÃO FEMININA: DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS DIAS ATUAIS**

#### **3.1 GÊNESE, INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS PRIMEIRAS ESCOLAS**

O Serviço Social enquanto uma profissão circunscrita na divisão social e técnica do trabalho, alinhado à estruturação do seu mercado de trabalho, resulta das relações históricas, sociais, políticas e econômicas que lhe dão características específicas.

Neste capítulo, abordaremos, de forma breve, o desenvolvimento das escolas de Serviço Social no Brasil e a presença das mulheres na constituição dessa profissão.

Nesse trajeto, ressaltamos as expressões da “questão social” como “matéria-prima” do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, que justifica o espaço do profissional e as políticas sociais, âmbito privilegiado do exercício profissional. Desse modo, destacamos, a seguir, o processo de gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil.

As transformações que alteram o perfil da sociedade brasileira, caracterizadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista (décadas de 1920 e 1930), com a consolidação de um polo industrial, colocam um conjunto de problemas e exigem modificações das forças do Estado e seu relacionamento com as classes sociais.

O grande crescimento do proletariado, marcado pela solidificação de laços de solidariedade política e ideológica, perpassa o reconhecimento das expressões da “questão social”, marcadas pela entrada da classe operária no cenário político, advindo da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, a implementação de políticas que considerem os interesses dessa classe (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 126).

Os fatores que possibilitaram à profissionalização do Serviço Social decorrem da sua institucionalização e legitimação, enquanto um dos recursos mobilizados pelo Estado e empresariado, com o alicerce da Igreja Católica, sob a perspectiva de enfrentamento da “questão social”, a partir dos anos 1930 e 1940 (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

Nessa conjuntura, a inserção do Serviço Social se dá nesse processo como iniciativa particular de grupos e frações das classes dominantes manifestadas por intermédio da Igreja Católica. Conforme afirmam as autoras:

As primeiras iniciativas de organização da profissão são conduzidas por grupos sociais majoritariamente femininos, integrantes do movimento católico leigo e

responsáveis pela ação da Igreja Católica junto aos segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe trabalhadora, especialmente mulheres e crianças (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008, p. 8).

Dessa forma, as obras e instituições que surgem após o fim da Primeira Guerra Mundial dão contorno ao que se entende como *protoformas* do Serviço Social. No contexto externo, houve o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento operário na Europa. A política social torna-se, nesse cenário, mais condescendente em relação à classe operária. Nesse momento, surgem e multiplicam-se as Escolas de Serviço Social na Europa. No âmbito interno, os movimentos operários, de 1917 a 1921, evidenciam a existência da “questão social”<sup>4</sup> e o dever de solucioná-la ou, então, minorá-la (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006).

A gênese do Serviço Social, no Brasil, advém de um conteúdo assistencial e paternalista, e é a partir das bases materiais, organizacionais e humanas que, posteriormente, possibilita-se a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a institucionalização da profissão está enraizada na história da assistência social. A assistência torna-se responsabilidade do Estado, que demanda a necessidade de profissionais qualificados para a execução dessa política de forma racional e científica (CISNE, 2012).

O estado varguista, ao implementar medidas para amenizar os conflitos entre as classes por meio de suas instituições, não considerava as ações relacionadas à assistência enquanto direito, mas como relações de favor que caracterizavam e ainda caracterizam a história da assistência social no país.

Prevalcia no governo de Vargas o paternalismo, o populismo, o clientelismo, o mascaramento da desigualdade social e o apadrinhamento, visando o envolvimento ideológico da sociedade civil para a integração entre as classes antagônicas (CISNE, 2012, p. 32).

A política social desencadeava relações de dependência e subordinação ao assistido, uma vez que a utilização desse modelo pretendia apenas amenizar os conflitos sociais existentes. Para isso, o Estado utiliza-se da figura da mulher, com seus “atributos” e papel difundidos pela Igreja Católica, para possibilitar o controle da “questão social”.

---

<sup>4</sup> A expressão surge para indicar o fenômeno do pauperismo da Europa Ocidental no último quartel do século XVIII, advindo da onda industrializante. A pauperização é caracterizada pela nova dinâmica da pobreza que se generaliza entre a classe trabalhadora na fase do capitalismo industrial-concorrencial (NETTO, 2001, p. 42). Para Netto (p.43-44), as manifestações da “[...] “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa) [...]” constitutiva do desenvolvimento do capital.

A racionalização da assistência social configura o Serviço Social como profissão. No Brasil, as instituições assistenciais, como a Associação das Senhoras Brasileiras em 1920, no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas em 1923, em São Paulo, integram os nomes das famílias da grande burguesia desses estados, possuindo uma diferenciação das atividades de caridade, marcadas pela militância feminina, com obras de maior eficiência técnica, conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (2006).

Em 1932, em São Paulo, é criado o Centro de Estudos e Ação Social – Ceas<sup>5</sup> – entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social no Brasil (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

O Ceas tinha como objetivo promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja Católica, fundamentando sua ação na formação doutrinária e conhecimento dos problemas sociais, ao mesmo tempo em que buscava “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 169).

A partir disso, o Ceas tinha como perspectiva influir na vida social por meio da ação social. Essa orientação acontece no momento em que a Igreja, como força social, mobiliza o laicato a partir das diretrizes das encíclicas *Rerum Novarum* e da *Quadragesimo Anno*, expressões do pensamento antiliberal e antissocialista do catolicismo universal, de cunho reformista e conservador frente à “questão social” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008, p. 9).

Nesse sentido, ressalta Cisne (2012, p. 43) “A Igreja Católica interpreta a “questão social” como um problema moral, fruto da desunião, da desarmonia e da falta de compreensão entre as classes sociais antagônicas”. Diante da publicação das encíclicas, a Igreja acredita na união entre as classes.

De acordo com as autoras Yazbek; Martinelli; Raichelis (2008), em 1934, o Ceas organiza a primeira “Semana da Ação Católica” como uma iniciativa de leigos na defesa de princípios religiosos e morais católicos. O movimento, estimulado na Europa, se inicia no Rio de Janeiro com a orientação do cardeal Dom Leme. O Ceas fundou quatro centros operários em 1932, nos bairros de concentração operária como: Brás, Ipiranga, Barra Funda e Belém, onde, por meio de aulas e trabalhos manuais, buscavam atrair o interesse das operárias, e, enquanto

---

<sup>5</sup> O Ceas é gestado e constituído na revolução paulista, momento de grandes agitações e transformações políticas, sociais e ideológicas de São Paulo (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008). Nesse cenário, as classes dominantes lançam-se ao movimento insurrecional (busca pelo poder local e nacional com tentativas de reunificação).

campos de observação e de práticas às trabalhadoras sociais, procurava-se estimular nas operárias o amor ao lar, o sentimento de dever e o espírito apostolado da classe pela classe.

Esses centros eram compreendidos como organizações transitórias que seriam substituídos pelas associações de classe. Posteriormente, abrigariam a Juventude Operária Católica (JOC) e serviriam como campo de estágio prático às alunas da Escola de Serviço Social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

Nota-se uma influência conservadora na profissão, que irá dar respostas às expressões da “questão social”, de forma que não identifique suas diversas determinações nas contradições do capital. Assim, os “desajustes” eram tidos pelos profissionais como a ausência de amor entre os membros na esfera familiar, e o conflito entre as classes como a não compreensão e amor ao próximo (CISNE, 2012).

No cenário descrito, afirmam Iamamoto e Carvalho (2006), idealizava-se a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, assim, caberia à mulher a preservação da ordem moral, social, devendo estas agirem de acordo com suas responsabilidades.

Diante disso, as assistentes sociais atuavam junto às famílias, mais exclusivamente sobre a mulher, para alcançar os operários, pois é por intermédio dela que se encontrava o caminho necessário para preservar a ordem moral e social (CISNE, 2012). Ressaltamos que, desde a gênese da profissão do Serviço Social, há uma predominância feminina, que perpassa suas origens até os dias atuais, relacionada às características sociais e culturais construídas no âmbito feminino. Naturaliza-se, na mulher, a responsabilidade da preservação da ordem moral, por meio de tarefas educativas e caridosas, assim, sua intervenção de caráter moralista a impede de romper com tais representações (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Para entendermos a criação do Serviço Social e a marca feminina da profissão, é preciso identificar as raízes da laicização das profissões consideradas de “mulheres”.

Essa marca feminina é aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a convivência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho (CISNE, 2012, p. 44).

Sob essa perspectiva, de acordo com Scheffer (2016), no processo de laicização, as estruturas de cientificidade vieram acompanhadas da trilogia: educar, cuidar e assistir, que, atribuído à Igreja Católica ao longo do tempo, transforma-se em atributo feminino relacionado aos campos de saúde, educação e direito.

Tornou-se socialmente “tolerável” à mulher se dedicar profissionalmente a três campos: educação — professora, saúde — enfermeira e serviços sociais — assistente social, sendo que essas fronteiras profissionais muitas vezes apresentavam-se intimamente interligadas ou até mesmo diluídas. Esse fato não excluiu os conflitos e disputas entre Igreja, Estado e sociedade civil (SCHEFFER, 2016, p. 477-478).

O processo de inserção no mercado de trabalho dá-se no momento em que as mulheres passam a exercer trabalhos extensivos aos já realizados na esfera privada/doméstica. Contudo, se o Serviço Social se integra como um espaço de inserção social e educacional para as mulheres, isso não foi o bastante para colocá-las em uma posição de igualdade (social, ocupacional e política). “E, circularmente, a profissão do assistente social não pôde romper com sua condição subalterna na relação com as ‘profissões masculinas’” (MONTAÑO, 2009, p. 100-101).

Nesse sentido, o Serviço Social é “[...] estigmatizado como uma *profissão auxiliar, de assistência*” (MONTAÑO, 2009, p. 101, grifo do autor), uma assistência aos setores carenciados da população e também aquela que se dirige a outros profissionais.

[...] o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”), que conhece a realidade social por meio de olhares dos outros (“cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados, etc.) (MONTAÑO, 2009, p. 101).

Para compreendermos o *modus operandi* dessa profissão, recorreremos à trajetória descrita por Yamamoto e Carvalho (2006), que discutem a origem da profissão no bloco católico e na ação benévola e caridosa de senhoras e moças da sociedade, junto à superposição da teoria e metodologia do Serviço Social com a doutrina da Igreja e o apostolado social, que deixaram marcas profundas no comportamento e desempenho profissional.

### 3.2 O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL E A PRESENÇA MASSIVA DE MULHERES

Em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a Escola de Serviço Social de São Paulo (atual Faculdade de Serviço Social da PUC/SP), que fundiu as visões francesa e belga, a partir de um entendimento ético, social e técnico de formação profissional, no qual é necessária a adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo para que haja restauração e normalização da vida social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

A relação intrínseca com a Igreja Católica imprimirá à profissão um caráter de apostolado social, considerando o trato com a “questão social” como problema de moral de responsabilidade individual.

A contribuição do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. Trata-se de um enfoque psicologizante e moralizador centrado no indivíduo e na família, que terá como referenciais orientadores do pensamento e da ação da emergente profissão o pensamento social da Igreja Católica, no contexto em que esta instituição busca recuperar sua hegemonia na sociedade a partir de seu posicionamento face à *questão social* (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008, p. 11, grifo do autor).

Para a Escola, houve facilidade na criação de estágios e inserção dos formandos no mercado de trabalho. Em 1935, cria-se o Departamento de Assistência Social, no governo do estado de São Paulo, com ampla influência do grupo pioneiro. Em 1937, é fundada, por Stela de Faro, a segunda Escola de Serviço Social do país, no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo com o curso de formação familiar do Instituto Social do Rio de Janeiro (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

Na década de 1940, o Ceas fundou três centros familiares para o trabalho junto às famílias pobres, objetivando a estas amparo e educação. Mais tarde, esses centros tornam-se campos de estágios para discentes do curso de Serviço Social. Nesse momento, as Escolas de Serviço Social se adaptam à nova demanda, com uma base de maior recrutamento, em que muitos alunos(as) serão funcionários(as) de grandes instituições ou buscam uma carreira remunerada.

As escolas de Serviço Social, ainda que dentro do bloco católico, “passam a instâncias de seleção e formação de quadros subalternos” (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 220). Com isso, algumas características eram essenciais aos aspirantes à profissão:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 221).

Cisne (2012) ressalta que a vinculação dessas características e qualidades, tidas como do gênero feminino à profissionalização de mulheres, foi absorvida com naturalidade pelas

assistentes sociais. Ainda segundo a autora, a construção social do feminino, de possuir vocação natural para a ajuda e à caridade, aliadas a paciência, sensibilidade, amabilidade e compassividade, são apropriadas para intervir junto às classes trabalhadoras, atendendo os interesses dominantes.

Na Escola de Serviço Social de São Paulo, a formação profissional do(a) assistente social se dividia em: científica (conhecimento sobre o homem, formação do raciocínio, lógica, objetividade); técnica (como combater os males sociais); moral (edificada com base nos princípios cristãos); e doutrinária (o Serviço Social impõe uma filosofia de vida). Para Iamamoto e Carvalho (2006), o programa escolar carecia de objetividade e coerência, pois não tinha definida uma metodologia ao trabalho do assistente social.

Como pode ser visto, a origem do Serviço Social está atrelada ao militantismo católico e à doutrina social da Igreja, de forma que a internalização dos valores éticos e morais defendidos extrapolam o plano individual e migram para o plano social.

A “questão social” coloca-se como alvo de intervenção do Estado por meio das políticas sociais públicas, concomitantemente, o empresariado adota mecanismos que se destinam à colaboração entre capital e trabalho.

Nesse cenário, na Era Vargas, o governo brasileiro cria, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição assistencial nacional para atendimento às famílias dos expedicionários brasileiros que foram à Segunda Guerra Mundial. Na mesma década, são fundadas grandes instituições sociais patronais que irão configurar o conhecido atualmente como Sistema S – Sesi, Senai, Sesc (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

Na conjuntura apontada, há a expansão da LBA, que passa a atuar na maioria das áreas da assistência ligadas à maternidade, infância, velhice, doentes, desvalidos, melhoria da alimentação e habitação dos menos favorecidos (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006).

Da assistência “as famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua *atividade básica* e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituíra em mecanismos de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho estatal privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência (IAMAMOTO; CARVALHO; 2006, p. 251-252, grifo dos autores).

Os(as) autores(as) afirmam que a LBA será fundamental para implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo para sua organização, ampliação e interiorização na rede de obras assistenciais. A LBA viabilizou o surgimento das escolas de Serviço Social em diversas capitais dos Estados, por meio do sistema de bolsas de estudos e

distribuição de recursos. A primeira-dama à época, Darcy Vargas, foi a presidenta inicial da LBA e, como previsto no estatuto, sucessivamente, sua presidência caberia às primeiras-damas da República. Ressalta-se, aqui, dois aspectos desenvolvidos por Cisne (2012): a assistência estava, então, vinculada a questões de gênero, sob responsabilidade da primeira-dama (mulher) e não administrada pelo presidente ou outro homem; e a existência de “uma vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda” (CISNE, 2012, p. 37-38).

A assistência social constitui-se como espaço de atuação feminina, possibilitada como alternativa à vida doméstica/familiar das mulheres. Enquanto espaço de profissionalização, mantêm os papéis conservadores de gênero como parte estruturante da divisão sexual do trabalho no modo de produção capitalista e intrínseco na marca feminina da profissão do Serviço Social.

Após a criação da LBA e do Sistema S, de acordo com as autoras Yazbek, Martinelli e Raichelis (2008), a profissão amplia suas áreas de atuação, responsabiliza-se pela execução das políticas sociais públicas e, assim, atende as requisições de um Estado interventor nas relações sociais pela mediação de políticas de campo social. Na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional, possui também um pensamento conservador pela união do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de base positivista.

Em 1949, o Serviço Social é reconhecido como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho, por meio da Portaria nº 35 de 19/4/49, desse modo, seu desempenho está junto ao de instituições públicas e privadas.

### 3.3 A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA NO SERVIÇO SOCIAL E A AMPLIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: NOVAS UNIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O PROTAGONISMO FEMININO

A partir do segundo pós-guerra, a influência norte-americana no Brasil e na América Latina recai sobre a profissão. Há, então, a incorporação de teorias estrutural-funcionalistas e novas abordagens profissionais, por meio do estudo de grupo e comunidade, além disso, há a ideologia do desenvolvimento difundida pelos organismos internacionais com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1945.

As décadas de 1950 e 1960 proporcionaram ao Serviço Social: ampliação do número de escolas; interiorização nas prefeituras de cidades pequenas e médias; abertura no campo industrial; incorporação de novas funções, como coordenação, planejamento e administração

de programas sociais, revelando um alcance maior de sistematização teórica e técnica (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS; 2008).

A literatura do Serviço Social aponta para uma profissão constituída majoritariamente por mulheres de classe média e alta, elitizadas, brancas e católicas em sua gênese. No entanto, podemos ver a presença de mulheres de outras classes, trabalhadoras, negras e de outras religiões, como exemplificaremos a seguir a partir dos cursos criados no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

Iniciamos com o exemplo da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense<sup>6</sup>, centrada na análise da saída de mulheres que ousaram se mover de seus cotidianos de gênero e de classe para construir uma profissão. Em 23 de agosto de 1945, na Rua Tiradentes, nº 148, bairro do Ingá, surge a Escola de Serviço Social do Estado de Niterói (ESSN). A escola foi criada e gerenciada, principalmente, por mulheres que saíram do cotidiano doméstico (oriundas de Niterói ou do interior do estado) para entrar no âmbito público, com a finalidade de possibilitar melhor formação técnica às futuras profissionais (FREITAS et al, 2009).

A ESSN era mantida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e também pelo Estado. As alunas não pagavam mensalidade e as turmas eram constituídas não apenas por moças da alta sociedade, mas por professoras primárias que vieram do interior do estado e recebiam seus salários para que, depois de formadas, retornassem às suas cidades. No entanto, muitas dessas mulheres permaneciam e formariam o quadro de docentes da escola. Compunham também a turma algumas funcionárias de instituições sociais, como a LBA; Sesi (Serviço Social da Indústria) e Sesc (Serviço Social do Comércio) (FREITAS et al, 2009).

Para Freitas (et al, 2009, p. 64), “houve um esforço conjunto para “fazer” a profissão do Serviço Social” por essas mulheres. A escola, vinculada ao poder público, tinha em suas pioneiras a luta pela sua regulamentação de nível superior (anteriormente o curso era considerado de nível médio) e pela desvinculação à LBA. Dessa forma, há uma inserção no mundo público como início de uma rede de conhecimentos/reconhecimentos.

Nesse processo, destaca-se como essas mulheres se articulavam para um intercâmbio nacional, conhecendo escolas pelo Brasil, realizando cursos, indo às convenções da ABESS (na época, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), ou internacional, através da troca de experiências com países da América Latina, além dos Estados Unidos (segunda grande influência no Serviço Social do Brasil) ou França (FREITAS et al, 2009).

---

<sup>6</sup> A Universidade Fluminense, com sede em Niterói foi criada por meio da Lei n.808, de 10/3/1950. Posteriormente, foi denominada como Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Lei n. 3656, de 12/6/1958 (FREITAS et al, 2009, p. 60).

A saída dessas mulheres do âmbito privado para o ingresso no universo público e social foi descrita por meio da história e também pela narrativa dessas mulheres. Freitas (et al, 2009) aborda o relato de quatro mulheres, são elas as professoras: Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama, Inayá Moraes, Arlete Braga e Nilda de Oliveira Ney. A partir dessa abordagem e relatos, descrevemos a seguir, brevemente, as narrativas dessas mulheres.

D. Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama foi professora das disciplinas Serviço Social do Menor e Serviço Social de Comunidade e desenvolveu apostilas para essas disciplinas, materiais estes que foram utilizados em outras instituições, contribuindo para o aumento do patrimônio predial da universidade (FREITAS et al, 2009).

D. Inayá Moraes foi casada com o prefeito Brandão Júnior, como “primeira-dama”, esteve ativamente envolvida na vida política da cidade, participando do CRACEF (Cruzada de Recuperação e Assistência dos Cegos Fluminenses), além de trabalhar na Ilha das Flores, recebendo os imigrantes estrangeiros, colaborando com a criação dos que seriam, hoje, Conselhos de Direito. Afirmava que a “religião não tem nada a ver com trabalho social. O que tem a ver com trabalho social é o respeito à pessoa humana e isso não é religião”, verifica-se uma perspectiva humanista nesse discurso, que relativa o peso da religião no Serviço Social (FREITAS et al, 2009, p. 75).

D. Arlete Braga trabalhou em diversas escolas de Serviço Social do país, ministrando cursos, como o curso noturno de Serviço Social para homens, em São Paulo. Além disso, foi ao Chile, Argentina e Uruguai para conhecer e pesquisar as Escolas de Serviço Social nesses países (FREITAS et al, 2009).

D. Nilda de Oliveira Ney foi nomeada diretora da escola em 12 de abril de 1966 (após a nomeação de D. Violeta), participou da Abas – Associação Brasileira de Assistentes Sociais, como vice-presidente e depois presidente, e, da Abess, sua articulação se estendia aos espaços que a profissão alcançava. As viagens fizeram-se presentes em sua trajetória: Argentina, Chile e também os Estados Unidos, onde realizou cursos (FREITAS et al, 2009).

Nota-se o quanto essas mulheres circularam em diversos espaços na tentativa de ampliar e regulamentar o ensino e a profissão no país.

[...] percebemos como muitas vezes o passado e essas mulheres são olhadas com o olhar do presente e condenadas por um conservadorismo que, na realidade, não as caracterizou. Ou melhor, que não as caracteriza unicamente. Como, na verdade, acontece em nossas vidas. A contraditoriedade nos caracteriza como humanos. Nossa crítica é que essas mulheres são lembradas apenas de uma única forma, por um único viés onde não se percebe as contradições, os avanços que também realizaram. Vamos falar aqui de mulheres que foram, antes de tudo, ousadas. Elas ousaram sair do

“círculo restrito traçado a sua volta”. Elas foram muito mais longe (FREITAS et al, 2009, p. 62).

A criação da Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE), em 1940, proporcionou espaço para a atuação do assistente social nesse estado, particularmente, em Recife. Nesse contexto, é preciso o entendimento que a inserção do capitalismo monopolista, a partir das décadas 1920 e 1930, junto à subordinação regional ao Centro-Sul, atrelada pela política de desenvolvimento da Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, foram favoráveis para o desenvolvimento do Serviço Social (VIEIRA, 2008).

A partir dos anos 1930 e 1940, mudanças profundas ocorreram no Nordeste, definidas pelos interesses de crescimento do capitalismo internacional. Nesse processo, há a expansão da economia algodoeira-pecuária, estimulada pelo capitalismo inglês e norte-americano. Há, então, uma tendência à modernização e tecnificação, proporcionando excludentes da população rural (VIEIRA, 2008). De acordo com Vieira (2008), é no final da década de 1950 que há o processo de industrialização da região direcionada pelo Estado, destruindo a economia regional junto à submissão ao capitalismo monopolista, comandada pelo Centro-Sul.

A Sudene, instalada em março de 1960, teve seu I Plano Diretor aprovado no Congresso Nacional em dezembro de 1961, o que caracteriza a luta entre interesses antagônicos, favoráveis e contrários à sua efetivação. Com o Golpe de 1964, incorpora a tendência à internacionalização da economia brasileira, calando os setores que propunham transformações na estrutura fundiária regional (VIEIRA, 2008). Como consequência, temos a criação de excedentes relativos da população rural, ou seja, os trabalhadores quebram seus vínculos com a terra e tornam-se subordinados ao capital.

Nessa conjuntura, em 1940, é criada a Escola de Serviço Social de Pernambuco pelo juiz de menores do Recife, Dr. Rodolfo Aureliano, na tentativa de lidar com crianças, adolescentes e suas famílias, diante das situações que se apresentavam e exigiam o enfrentamento por meio do Estado, conforme pontua Vieira (2008). Segundo Vieira (2008), o juiz, membro da Congregação Mariana, reuniu os amigos vinculados à Igreja e dialogou com a União Católica Internacional de Serviço Social, seguindo suas orientações para a criação da Escola.

A capital pernambucana foi a terceira cidade do Brasil a constituir uma Escola de Serviço Social, antecedida por São Paulo e Rio de Janeiro. O curso era voltado para a formação de ambos os sexos, diferente das escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que eram tão somente femininas. Contudo, as classes da ESSPE eram constituídas, preeminentemente, por mulheres brancas, em grande parte da classe média, e segmentos da elite que possuíam formação em

escolas normais, atuantes do magistério e que desempenhavam trabalhos sociais (SILVA; FREIRE; LIMA, 2020).

A primeira turma foi composta por quinze alunas e, seis anos depois, em 1946, formou-se a primeira assistente social, Maria da Glória de Andrade Lima. O tempo longo da formação devia-se à exigência da elaboração do trabalho de conclusão de curso, monográfico e individual. O financiamento da escola adivinha de subvenções estatais e das mensalidades pagas pelas discentes, algumas delas recebiam bolsas de estudos, em frente à impossibilidade de pagamento do curso (VIEIRA, 2008).

A primeira assistente social formada na ESSPE, no ano seguinte à conclusão do curso, passa a integrar o corpo docente da Escola. A primeira monografia da prática do Serviço Social em Pernambuco foi intitulada, por Maria da Glória de Andrade Lima, como “Uma experiência de Serviço Social junto aos Círculos Operários”. Silva; Freitas e Lima (2020) ressaltam que alguns dos fundadores da Escola participavam dos Círculos e representavam o movimento.

Nessa perspectiva, segundo Silva (2019 apud SILVA; FREIRE; LIMA, 2020), as alunas formadas nas turmas iniciais tiveram atuação relevante para a consolidação do ensino e gestão da Escola, dentre elas, Maria Hermina de Lyra (discente da classe de 1943) tornou-se docente da ESSPE e, posteriormente, vice-diretora; e Evany Gomes de Matos Mendonça (discente da classe de 1946) foi vice-diretora (1953) e diretora (1961 e 1971). Dessa forma, foi a partir do grupo pioneiro de mulheres descrito acima que se possibilitaram as conexões para o reconhecimento da formação profissional do curso de Serviço Social em Pernambuco, junto à institucionalização da profissão em todo o país (SILVA; FREIRE; LIMA, 2020).

Como um dos resultados, houve aumento exponencial das unidades de ensino de Serviço Social na região Nordeste nas décadas de 1940 e 1950, dentre elas, nove surgiram como unidades isoladas, privadas, de orientação católica e de responsabilidade de congregações religiosas. Nas décadas de 1960 e 1970, três unidades surgem como integrantes das universidades.

Nesse momento, a partir do final da década de 1950 e no decurso da década seguinte, as escolas de Serviço Social do Nordeste buscam identificar como o(a) assistente social pode contribuir para o desenvolvimento regional, ou seja, consideram a perspectiva desenvolvimentista como favorável, não considerando as limitações e subordinações que acarretariam para a vida dos trabalhadores (VIEIRA, 2008).

A Escola de Serviço Social de Pernambuco entrou para a Universidade como um departamento do Centro de Filosofia e Ciências do Homem em 1969, com o aceite da Congregação. A criação do Departamento de Serviço Social da UFPE (Universidade Federal

de Pernambuco) foi concretizada em um ano. Assim, em março de 1971, com a realização do vestibular para Serviço Social na UFPE, cria-se o departamento e é extinta a Escola de Serviço Social de Pernambuco (VIEIRA, 2008).

Dessa forma, ressaltamos que, para o Serviço Social, a solução desenvolvimentista descrita acima abandona sua hegemonia no fim da década de 1960, quando se constrói, no âmbito da formação profissional, a crítica ao modelo econômico vigente e aos seus resultados (VIEIRA, 2008).

Depois de abordarmos sobre os elementos históricos que permearam a constituição das escolas de Serviço Social nos estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, considerando o perfil das primeiras assistentes sociais do país, destacamos, a seguir, uma das primeiras assistentes sociais negras do país, Dona Ivone Lara, que circulava entre a realidade da classe média vivenciada na escola e na universidade e, por outro lado, o da família de tradição cultural negra e pobre, recebendo diferentes influências (SCHEFFER, 2016). A trajetória profissional de Lara teve início na enfermagem, como visitadora social na Escola Anna Nery (EAN), onde trabalhou durante seis anos. Após isso, realizou o curso de Serviço Social, concluído em 1947.

Como assistente social, exerceu a profissão por trinta e sete anos, até sua aposentadoria. A vida profissional como assistente social foi no âmbito da saúde mental no Centro Psiquiátrico Nacional D. Pedro II, no Engenho de Dentro, de 1947 a 1977. Nesse período, trabalhou com a médica psiquiátrica Nise da Silveira, que foi sua supervisora e estava iniciando uma proposta terapêutica inovadora, relacionada à arte (SCHEFFER, 2016).

Na Casa das Palmeiras (clínica voltada à reabilitação de pacientes), o trabalho desenvolvido por Lara, e orientado por Silveira, possibilitou a inovação da prática profissional por meio dos grupos, da interdisciplinaridade e do uso de recursos artísticos. O trabalho na área da saúde mental pode ter influenciado também suas composições do samba, por meio da valorização da mitologia negra, loucura, sonho, afetos e liberdade, como afirma Scheffer (2016):

Dona Ivone Lara, carioca, enfermeira, assistente social, especialista em terapia ocupacional, mulher de origem pobre, negra e com família oriunda do subúrbio, é considerada a dama do samba e uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil. Consideramos nossa pioneira herdeira do legado ancestral da resistência das mulheres negras em suas manifestações africanas no Rio — o samba, a capoeira, as danças de roda, a religiosidade da umbanda (SCHEFFER, 2016, p. 486).

Dona Ivone Lara contribuiu significativamente para o pensar e o praticar do Serviço Social brasileiro em todos os anos que se dedicou ao exercício da profissão, além de sua

contribuição para o samba, visto que, em 1965, entrou para a história da música brasileira como primeira mulher assinando uma composição do enredo de uma escola de samba (SCHEFFER, 2016).

As mulheres, vindas de diversas classes sociais, negras, trabalhadoras e de diferentes religiões, tiveram um papel basilar na constituição da profissão do Serviço Social, e foram suas contribuições que permitiram a consolidação da profissão. As qualidades e atributos considerados femininos, como a vocação para ajuda, caridade e sensibilidade, foram apropriados para a atuação profissional dessas assistentes sociais junto à classe trabalhadora. Esse processo, a partir da divisão sexual do trabalho, deve ser analisado como construção histórica e não algo natural pertencente aos sexos, o que será detalhado no tópico seguinte.

#### 3.4 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DA PROFISSÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO: NOVAS PERSPECTIVAS À FORMAÇÃO E AO TRABALHO PROFISSIONAL

A reconceituação é parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional”,<sup>7</sup> por isso cabe pensá-la tendo como referência específica dos quadros sociopolíticos procedentes e das particularidades latino-americanas, nos quais o processo terá sentido e orientações diferentes.

O movimento de reconceituação vincula-se ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta, a questão que comanda é a “[...] *funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*” (NETTO, 1998, grifo do autor).

Netto (1998) pontua que os profissionais se indagavam sobre seu papel diante das manifestações da “questão social”, interrogavam-se quanto à adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionavam-se sobre a eficácia das ações, a eficiência e legitimidade de suas representações, inquietavam-se com o relacionamento da profissão com os novos atores da cena política (ligados às classes subalternas). Outros elementos juntavam-se a isso, como: o colapso dos pactos políticos do pós-guerra, surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, a revolução cubana e o reformismo da Aliança para o Progresso. Logo, ao mover-se assim, os assistentes sociais, por meio dos seus

---

<sup>7</sup> O Serviço Social “tradicional” seria o transplante ideológico de origem basicamente norte-americana. Caracterizado pelo desempenho profissional assistemático, intuitivo, carecido de procedimentos técnico-científicos determinados e rigorosos, de caráter liberal voltado à correção das “disfunções sociais” (perspectiva funcionalista) e sustentado por uma concepção idealista e/ou mecanicista do universo social gerado pelo modo de produção capitalista (NETTO, 1975).

segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais de sua profissão.

O ponto de partida para o movimento ocorre no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, em maio de 1965, realizado em Porto Alegre, com a presença de quatrocentos e quinze participantes do Brasil, Argentina e Uruguai. Com o objetivo de adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental - e que sensibilizaram o Serviço Social -, esse seminário, assim como os demais (II, em 1966, no Uruguai; III, em 1967, na Argentina; o IV, em 1969, no Chile; V, em 1970, na Bolívia; e o VI, em 1972, em Porto Alegre), foram centrais para a reconceituação, para os temas discutidos, bem como a versão particular do seu direcionamento (NETTO, 1998).

Contudo, esse processo dissolve-se devido a duas causas citadas por Netto (1998): a perspectiva burguesa da “modernização”, por vias ditatoriais que derrotaram as alternativas reformistas-democráticas e revolucionárias; e a segunda, que colocava dois pólos que se entrecruzavam e colidiam com duas concepções de sociedade, teoria e profissão diversas. Um pólo investia em um *aggiornamento* do Serviço Social e o outro tensiova para uma ruptura com o passado profissional, ou seja, havia uma heterogeneidade no movimento exaurido por volta de 1975.

O autor destaca dois traços pertinentes do movimento: a interlocução com tradição marxista,<sup>8</sup> antes inexistente, e a compreensão do caráter abrangente e comum que permeava o exercício profissional no continente, apoiada no reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional autônoma que respondesse aos problemas comuns da América Latina sem as tutelas imperiais.

A perspectiva modernizadora emergente desde o encontro em Porto Alegre, em 1965, encontra sua formulação afirmada no primeiro “Seminário de Teorização do Social”, promovido pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais) em Araxá (MG), em 1967. Desdobra-se em um segundo evento daquela série, realizado em Teresópolis (RJ), em 1970, e oito depois, em 1978, realizou-se o encontro de Sumaré e o Alto da Boa Vista (1984), ambos no Rio de Janeiro. Esses seminários tinham como objetivo repensar em profundidade a teoria básica do Serviço Social e sua metodologia.

Para Netto (1998), o Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis alcançaram uma síntese de uma concepção do Serviço Social no contexto brasileiro. Embora com

---

<sup>8</sup> A relação com a tradição marxista realizou-se com inúmeros problemas, conforme destaca Netto (1998): valeu-se de manuais de qualidade questionável ou de versões contaminadas, a utilização de materiais de caráter grosseiro e a diluição do pensamento de inspiração marxiana de traço eclético. Porém, a partir dessa interlocução o Serviço Social inscreve-se na modernidade profissional.

características diferenciadas, é incontestável que suas formulações condensam e veiculam: “[...] um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento – donde, a partir deste traço sintético, a justeza de considerá-los exemplares” (NETTO, 1998, p. 165).

Ainda para o autor, as formulações dos documentos configuravam a sincronização da (auto) representação profissional ao projeto e realidade global de “modernização conservadora” que o Estado ditatorial levava, e face à intervenção profissional, o assistente social contribuía enquanto técnico assalariado.

Netto afirma (1998) que as formulações de Araxá e Teresópolis eram contemporâneas na medida em que compunham a atualidade dos debates teóricos, culturais e políticos do contexto brasileiro, ou seja, eram objetivamente modernas no seu contexto, propiciando um espaço de diálogo e confronto com vertentes de enfrentamento ideocultural colocadas na polemização das ciências sociais e do Serviço Social. Contudo, Sumaré e Alto da Boa Vista são caracterizados por uma defasagem desses aspectos, além de uma pobreza teórica, reafirmando o que já era evidente: o processo de renovação profissional em andamento.

O movimento de reconceituação representou, então, “*um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente*” (IAMAMOTO, 1998, p. 205, grifo da autora). A reconceituação possibilitou uma aproximação inicial do Serviço Social com o marxismo, ainda que com equívocos. Entretanto, o primeiro encontro do Serviço Social com a tradição marxista deu-se no Brasil somente na década de 1980, encontro esse mediado pela produção de Marx e pensadores marxianos.

Desencadeia-se, assim, os pontos de ruptura do Serviço Social no Brasil, que consistem na crítica teórico-metodológica do conservadorismo e do marxismo vulgar (relações polêmicas entre teoria, história e método com as derivações na formação profissional), bem como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão (debate sobre sua historicidade nas relações com as políticas sociais do Estado, movimentos sociais e as particularidades da profissionalização).

É no encontro do Serviço Social com uma tradição teórica preocupada com a *natureza e direção* da sociedade capitalista como uma *totalidade*, que a produção profissional no âmbito da tradição marxista é fertilizada, rompendo as amarras da herança da II Internacional. Assim o marxismo é apropriado como *teoria crítica*. Implicou um esforço de *combinar simultaneamente a análise histórica do Serviço Social na sociedade brasileira* – de modo que ao explicá-la explicava a si mesmo – e a *análise dos fundamentos teórico-metodológicos de sua trajetória intelectual*, condição fundante para compreender o modo de pensar a própria profissão. Destarte, *o próprio Serviço Social é colocado como objeto de sua pesquisa nos anos 1980*, incentivando um *balanço crítico global dessa profissão*: das bases históricas e ídeo-teóricas de sua prática (IAMAMOTO, 1998, p. 236, grifo da autora).

A reconceituação vincula-se diretamente com a produção brasileira do Serviço Social na década de 1980. A vertente do marxismo no Serviço Social teve seu espaço de difusão ampliado e sua legitimidade reforçada, ou seja, na medida em que ampliava o debate acadêmico, potencializava a reflexão acerca dos seus resultados teórico-práticos. Além disso, espaços foram abertos pelas direções das entidades representativas de assistentes sociais, fomentando a discussão e estimulando o diálogo com pesquisadores de áreas conexas.

Incita-se, desse modo, o aumento das possibilidades de análise da profissão na história brasileira, esta regida por diferentes perspectivas teóricas relacionadas aos efeitos sociais de sua prática e formação profissional. Logo, o Serviço Social repensa e revê sua prática, o que o leva a enfrentar, junto à sociedade, questões relacionadas à democracia, cidadania e direitos sociais, no sentido de compreender as relações da profissão com o poder de classe, particularmente o poder de Estado (IAMAMOTO, 1998).

No alargamento da produção profissional, começam a surgir análises relativas ao Estado brasileiro na idade do monopólio, as políticas sociais, as análises de conjuntura/poder institucional, a incorporação do debate no âmbito das ciências sociais sobre os movimentos sociais e outros. Ressalta-se as relações do Estado monopolista mediadas pelas políticas sociais públicas para o enfrentamento das expressões da “questão social” que, diante de efetivação, viabilizam os direitos sociais cidadãos manifestando a luta recente de democratização do Estado e sociedade civil no país.

A descrição desse percurso demonstra que é preciso considerar a historicidade da sociedade brasileira e, no debate teórico-metodológico da profissão, cabe compreender as particularidades prático-interventivas do Serviço Social, aderindo à sociedade civil em seu processo de transformação criado pela ação dos sujeitos políticos coletivos.

É nesse contexto, iniciado na transição da década de 1970 a 1980, que o Serviço Social no Brasil tem um marco expressivo em seu desenvolvimento, ancorado, principalmente, pelo enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional encontrados nas raízes de um projeto profissional novo, denominado como projeto ético-político (NETTO, 1999).

Desde o final da década de 1970, o Serviço Social tem construído um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. Os princípios e ideias do movimento de reconceituação, junto ao processo de democratização da sociedade brasileira, possibilitaram um processo de ruptura teórica e política com o tradicionalismo imperado. Com um marco no III CBAS, em 1979, em São Paulo, a vanguarda profissional do Serviço Social destituiu a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes decorrentes do movimento dos trabalhadores, o congresso ficou conhecido, então, como

o “Congresso da Virada” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Para Teixeira e Braz (2009), a gênese do projeto ético-político encontra-se nesse cenário. Afirmam que, nos anos 1980, houve avanço no projeto por meio do Código de Ética de 1986, vinculando seu compromisso aos das classes trabalhadoras. A consolidação em 1990 deu-se pela maturidade profissional encontrada no grande escopo dos centros de formação (pós-graduações) e na maturidade político-organizativa da categoria (entidades e fóruns deliberativos). Contudo, a continuidade dessa consolidação é ameaçada pelos rumos neoliberais e seus desdobramentos.

Cabe esclarecer que o projeto profissional (e a prática profissional) é, simultaneamente, um projeto político ou projeto político-profissional. Na prática profissional do(a) assistente social, imprime-se determinada direção social por meio das ações profissionais, incidindo sobre o comportamento e ações dos indivíduos pautados pelo projeto profissional que os orienta. Nosso projeto vincula-se a um projeto societário transformador (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero* (NETTO, 1999, p. 15, grifo do autor).

Netto (1999) afirma que os projetos profissionais, como o projeto ético-político do Serviço Social, apresentam a autoimagem de uma profissão, ao eleger os valores que a legitimam socialmente, demarcam e priorizam os objetivos e funções, elaboram requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o exercício, prescrevem normas para os comportamentos dos profissionais e as balizas de sua relação com o usuário dos serviços, bem como com as demais profissões, organizações e instituições sociais privadas ou públicas.

Os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que lhe dão materialidade no processo sócio-histórico da profissão relacionam-se com: a explicitação de princípios e valores ético-políticos, a matriz teórica-metodológica que lhe sustenta, a crítica radical à ordem social vigente (sociedade do capital) e as lutas e posicionamentos políticos da categoria em suas manifestações coletivas de organização em aliança com os setores progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Esses elementos objetivados e expressos na realidade são construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais por meio da produção de conhecimento no interior do Serviço Social e das instâncias político-organizativas da profissão, devido à dimensão jurídico-política

da profissão (arcabouço legal e institucional), como argumentam os autores (idem, 1999).

O aparato jurídico-político, estritamente profissional, é manifestado pelo atual Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, como será visto no tópico “A categoria gênero, raça e etnia nas normatizações do Serviço Social”.

Ressalta-se que é a partir e por meio desses componentes que se materializa os elementos que compõem o projeto ético-político. A dimensão política da prática profissional possibilita a escolha de caminhos, a construção de estratégias político-profissionais, a definição dos rumos de atuação atrelado à demarcação dos compromissos profissionais.

O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 11).

Assim, a consolidação do projeto ético-político profissional “requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 124).

### 3.5 A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A CATEGORIA GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O PATRIARCADO

Souza-Lobo (1991, p.152) coloca que, por vezes, a extensão de práticas masculinas e femininas marcam as tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas. Homens realizam trabalhos que exigem força, mulheres, trabalhos que reproduzem as tarefas domésticas. Para além de transferência de tarefas, as regras de dominação de gênero se produzem e reproduzem nas esferas da atividade social. Ressalta a autora:

A força de trabalho masculina aparece como força livre, a força de trabalho feminina como sexuada. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que permite concluir pela sexualização da força de trabalho e consequentemente das relações e práticas de trabalho (SOUZA-LOBO, 1991, p. 152).

Nessa perspectiva, Souza-Lobo (1991) afirma que a divisão sexual de funções e tarefas incidem em estratégias de utilização (apropriação) do corpo, por meio de suas “qualidades”

naturais ou sociais, como representações de qualidades. Desse modo, dedos ágeis, paciência e monotonia são compreendidos como próprios da força de trabalho feminina. A qualificação passa a ser sexuada e espelha critérios diferentes para o trabalho desenvolvido por homens e mulheres, havendo, por vezes, a desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais.

A partir dessas colocações, concordamos com Cisne (2012, p. 110), que alega que “o Serviço Social não possui uma essência feminina, mas, torna-se uma profissão mais procurada pelo público feminino devido à ideologia patriarcal que se expressa pela ideologia sexista”.

Nesse sentido, o que torna o Serviço Social uma profissão feminina não é somente a presença majoritária de mulheres na categoria estudantil e profissional, mas também sua materialidade ser um “atributo” tradicionalmente designado às mulheres: a prática da assistência, tudo isso atrelado a um conjunto de forças sociais que caracterizam a profissão e dado que as mulheres são socializadas para a assistência e polivalência (SOUZA; VELOSO; 2015).

Portanto, o Serviço Social, sendo uma profissão predominantemente feminina, traz em si o estatuto da subalternidade conferida historicamente por relações desiguais estabelecidas na sociedade, resultado de uma construção social em torno do feminino, e não de uma “essência” naturalmente feminina. Esses aspectos se refletem na desvalorização do trabalho realizado, no baixo prestígio social e baixos salários (CISNE, 2004).

A relação das mulheres na constituição do Serviço Social aponta para a forma como incorporavam a profissão e por ela foram incorporadas. Dado que as representações a respeito delas, os valores que deveriam representar junto à classe trabalhadora, os “atributos femininos” como o cuidado, submissão, fragilidade, afinavam-se com o perfil para ser “uma boa assistente social”, parte das mulheres se entendiam dessa forma, sua autorrepresentação era um espelhamento social, ao passo que as atividades de âmbito profissional eram consideradas similares às que empreendiam na esfera doméstica (SOUZA; VELOSO; 2015).

Compreende-se, dessa forma, que o gênero está inserido em todas as esferas da vida social, e não seria diferente com o Serviço Social. A “marca gênero” do seu público usuário, especialmente na assistência social, está ligada ao fenômeno social da “marca feminina da pobreza”, como da cultura de responsabilização das mulheres pela reprodução social, pelo equilíbrio da família e sociedade (CISNE, 2012, p. 135). É fundamental, portanto, compreender que a construção que configura esse quadro profissional com predominância feminina é estruturada pelo gênero.

Refletimos, neste momento, sobre o cotidiano de intervenção dos assistentes sociais nas instituições nas quais exercem suas práticas e as demandas que perpassam a questão de gênero. Teresa Kleba Lisboa, sobre as demandas apresentadas, afirma que:

[..] abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral, luta por cotas e ações afirmativas, lideranças femininas destacando-se junto aos movimentos e organizações sociais, mulheres encarceradas, aumento do número de mulheres envolvidas com o tráfico de entorpecentes, mulheres com dependência química tanto álcool como de drogas, crise da masculinidade, discriminação e preconceito em relação à homoafetividade, entre outros (LISBOA, 2010, p. 67).

Logo, a reflexão da categoria analítica gênero e como esta se manifesta sobre as relações sociais é de fundamental relevância para o Serviço Social, enquanto particularidade da categoria profissional e seu público usuário. A partir desses pontos, trataremos sobre como a categoria gênero, raça e etnia se apresenta nas normatizações do Serviço Social.

### 3.6 A CATEGORIA GÊNERO, RAÇA E ETNIA NAS NORMATIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Os estudos de gênero em Serviço Social e como se iniciou essa discussão se apresentam, atualmente, no ensino e na formação profissional, pontos analisados neste subtópico.

Para os autores Souza e Veloso (2015), dois pontos têm colaborado para o aumento da importância da categoria “relações de gênero” no Serviço Social, sendo eles a. a análise da formação e da intervenção profissional que acontecem em relações sociais constituídas e constituintes das relações de gênero e b. a análise da profissão, composta majoritariamente por mulheres, acentuando a forte presença do gênero feminino na constituição da identidade profissional.

Argumentam que, na formação profissional, os aspectos fundamentais a serem discutidos nas relações de gênero são: a atuação de assistentes sociais junto às mulheres e homens, que leva à indispensabilidade de uma formação que privilegie os estudos de gênero e que podem contribuir para uma intervenção profissional sintonizada com a realidade; e a necessidade de uma formação profissional que reconheça as relações sociais como construídas e fundamentadas na organização social de gênero junto ao reconhecimento dos profissionais e dos(as) usuários(as) desse processo.

O cotidiano de intervenção dos(as) assistentes sociais é caracterizado pela transversalidade de gênero. Portanto, aproximar-se dos estudos feministas e das contribuições dos estudos de gênero para realizar uma análise crítica das relações sociais faz-se essencial, pois é a partir dessas aproximações que reflexões teóricas podem iluminar as demandas que surgem no exercício profissional (LISBOA, 2010).

Além disso, Lisboa (2010) resgata o Fórum de Organizações Não Governamentais, realizado na China, em 1995, no qual identificou-se áreas críticas que impedem o desenvolvimento das mulheres e marcam as desigualdades de gênero. Essas áreas emergem no cotidiano dos(as) assistentes sociais, às quais acrescentam-se as constatações listadas abaixo.

A persistente e crescente carga da pobreza recai sobre as mulheres (as mulheres são as principais usuárias dos Programas da Assistência Social e representam 45% de casas com comando feminino<sup>9</sup>); a desigualdade de acesso aos serviços de saúde e educação; a violência contra mulheres e crianças devido a secular “dominação masculina”; a desigualdade no acesso às políticas e estruturas econômicas; a desigualdade na distribuição de poder e tomada de decisões de homens e mulheres; os mecanismos insuficientes de promoção da condição da mulher e os meios de comunicação que contribuem de modo insuficiente para a posição positiva da mulher à sociedade (LISBOA, 2010).

Para que seja possível garantir a equidade de gênero, a autora pontua que políticas e ações afirmativas com princípios éticos concentrados na compensação, reparação, equidade e justiça são fundamentais, além de ações que dotem as mulheres de instrumentos, recursos e mecanismos voltados à participação e tomadas de decisões que lhes dizem respeito.

O início das discussões de gênero no Serviço Social brasileiro data os anos 1990 e adquire relevância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, entendida como uma discussão que deve percorrer a formação profissional.

Os documentos normativos do Serviço Social se consubstancializam no Código de Ética de 1993, na lei de regulamentação da profissão e no projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996. Esses aspectos legais se materializam e se orientam por meio de uma perspectiva que traduz valores éticos e políticos, em concordância com um projeto societário que possua como horizonte uma sociabilidade humanamente emancipada (PATRIARCHA, 2018).

---

<sup>9</sup> Conforme o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) o percentual de domicílios no país comandados por mulheres saltou de 25% em 1995 para 45% em 2018 devido ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho (BARBOSA, 2020).

A temática gênero está presente no interior da profissão, como no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social. No VIII princípio fundamental, afirma-se a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Portanto, existe uma perspectiva de transformação social e o compromisso da profissão oposta ao sistema vigente de dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

O último princípio XI prevê o: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (idem, 1993). Ressalta-se que o exercício profissional deve ser livre de discriminações que envolvam a classe social, gênero, etnia e outros.

Na discussão sobre a formação profissional, defende-se a consideração de questões como “as relações de gênero, etnia, valores, aspirações religiosas, expressões artísticas e culturais, além de outros componentes de ordem afetiva, emocional etc” (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 163), o que será expresso também em um dos núcleos<sup>10</sup> de fundamentação constitutivos da formação profissional.

Em uma pesquisa<sup>11</sup> realizada durante o estágio pós-doutoral de Lima (2014), com 32 universidades no Brasil, 54 questionários foram aplicados a docentes e discentes dos cursos de Serviço Social presenciais (o perfil dos entrevistados é de predominância feminina, 92,59% eram mulheres e 7,41% eram homens) com o objetivo de conhecer a realidade do ensino das disciplinas, grupos de estudos e pesquisadores relacionados à temática de gênero.

Nesse sentido, ao apresentar os dados, a autora aponta que, na maioria das universidades do Brasil, as disciplinas que abordam sobre a temática gênero são, em sua grande maioria, eletivas, o que significa que os(as) discentes podem concluir o curso de Serviço Social sem cursá-las. Se ofertadas, é a partir do 5º período do curso, muitos no 7º ou 8º período, momento no qual os discentes já realizaram o estágio curricular obrigatório.

Para Lima (2014), as questões de gênero, raça/etnia podem passar despercebidas aos discentes, uma vez que a formação profissional no Serviço Social ressalta a questão das classes

---

<sup>10</sup> Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, quando se consideram as “diferenciações de gênero” em um dos “impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 65).

<sup>11</sup> Os questionários foram aplicados para 32 universidades (entre públicas e privadas) de todas as regiões do país em uma oficina nacional da Abepss realizada na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em novembro de 2011. Dos 54 questionários aplicados, 41 foram respondidos por docentes o que representa 75,93%, e, 13 por discentes o que corresponde a 24,07% (LIMA, 2014).

sociais, mas, por vezes, não problematiza as outras mediações fundamentais para o processo. A relevância dessa discussão na formação profissional é enfatizada a seguir:

No que se refere à dimensão formativa, consideram-se essenciais, o aprofundamento de estudos referentes às relações de gênero e a maior inserção destes na formação profissional do assistente social, a fim de que seja mais bem capacitado a analisar os processos de formação da sociedade, das subjetividades, das ideologias e de diversas práticas sociais, econômicas e políticas, o que teria, como consequência, uma intervenção profissional mais competente, crítica e eficaz (SOUZA; VELOSO; 2015, p. 161).

A problematização do gênero na formação profissional em Serviço Social é essencial e legítima, pois, enquanto elemento constitutivo das relações sociais, está interligada a fatores políticos e econômicos em cada sociedade, assumindo formas específicas encontradas em todas as dimensões do trabalho do(a) assistente social (SOUZA; VELOSO; 2015).

Os cursos de graduação em Serviço Social no Brasil seguem o conjunto de diretrizes curriculares que estabelece uma base comum ao ensino, no plano nacional, pautados por um projeto de formação profissional construído ao longo dos anos 1980 e 1990, com coordenação da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social).

A partir dessa perspectiva, efetivar um projeto profissional remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional. São eles: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS/CEDEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, viabilizando os componentes essenciais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional.

O Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira possibilita o conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural do país, bem como seus impactos, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, gênero, étnico-raciais e exclusão social.

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como

suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc (ABEPSS, 1996, p. 65).

Ressaltamos que o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira assegura a inserção da temática gênero na formação profissional, segundo sua ementa.

O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende “a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho *e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 66, grifo dos autores). Com base na análise do Serviço Social, construída historicamente e fundada teoricamente, se poderá discutir estratégias e técnicas de intervenção.

Os núcleos tornam-se eixos articuladores dos conteúdos vitais para a formação e o trabalho do assistente social e,

[...] desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

As matérias como expressões das áreas de conhecimento, necessárias à formação profissional, se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares, entre outros; além das atividades integradoras do currículo: o estágio supervisionado, que se formaliza em 15% da carga horária total do curso, e o trabalho de conclusão de curso. Essa lógica curricular pretende superar a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, propondo como desafio político e uma exigência ética a construção de um espaço de pensamento crítico, da dúvida, da investigação e busca de soluções (ABEPSS/CEDEPSS, 1996).

Destacamos, assim, a matéria Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais que, em sua ementa, apresenta de forma clara a temática de gênero ao propor:

a inserção do Brasil da divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e das particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão sociais nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 70).

No âmbito do Serviço Social, em dezembro de 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço-Social (ENPESS), são criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPS) como uma construção da categoria para coletivizar a produção do conhecimento na área.

Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os GTPS congregam pesquisadores para tratarem de temas relevantes, “constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, s/p, 2021).

A ABEPSS possui 7 GTPS, são eles: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais. Esses grupos possuem vida própria e autonomia, mas vinculam-se organicamente à ABEPSS (ABEPSS, 2021).

O GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades tem como intuito propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa para fortalecer discussões quanto às temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades na esfera do Serviço Social. Como orientação das discussões, possui a ementa: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades” (ABEPSS, 2013).

No final de 2012, é realizado, no ENPESS, o Colóquio do GTP com a exposição de pesquisas acerca da inserção da discussão de cada ênfase nas grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social no país, no qual verificou-se que as pesquisas de ênfase “gênero” possuíam expressão significativa no GTP, demonstrado pelo aumento de número de trabalhos. No entanto, pesquisas e estudos sobre raça/etnia, questão geracional/velhice e sexualidades careciam de dedicação maior da categoria na formação profissional, atrelado a isso, seria preciso maior articulação entre as ênfases, considerando a perspectiva da consubstancialidade (ABEPSS, 2015).

O Relatório do GTP (biênio 2013/2014) aponta para os seus desafios como maior articulação entre as ênfases que o compõe, a consolidação do debate das problemáticas pelo

Serviço Social, considerando o número reduzido de produção na área e a resistência da categoria a tais discussões com o argumento que as mesmas “transversalizam” às temáticas dos demais GTPs. O Relatório assinala a relevância de ofertar disciplinas, ou pelo menos uma disciplina obrigatória, com as temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, antes ou concomitante às disciplinas de estágio supervisionado na área de Serviço Social (ABEPSS, 2015).

Para Carloto (2021), há dois planos de ação que estão interligados. Um é o plano da formação dos profissionais que, conforme a autora,

[...] é necessário que os currículos incorporem conteúdos e disciplinas que abordem as relações consubstanciais de dominação e exploração de gênero e raça etnia. Nós avançamos muito a partir da década de 1980 com a incorporação de um método crítico para analisar a sociedade e as relações de dominação e exploração dessa sociedade que se apoiam em três pilares fundamentais: classe, gênero, raça etnia. E esse debate não deve se dar apenas a partir de disciplinas específicas à medida que esses três elementos são um nó, como dizia Heleieth Saffioti. Não podemos esquecer que a categoria é majoritariamente de mulheres e esse fato está diretamente relacionado a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, também o público que demanda nossa intervenção é composta em sua grande maioria de mulheres, o que está relacionado novamente à divisão sexual do trabalho que coloca as mulheres como responsáveis pelos cuidados doméstico familiares, das crianças, idosos e doentes. Ele tem que ser transversal à grade curricular (CARLOTO, 2021).

Em relação ao segundo plano, Carloto (2021) comenta que:

Um segundo plano é o campo da intervenção profissional, que passa pela forma como olhamos e interpretamos as questões trazidas pelas pessoas que atendemos, a forma como organizamos nossas ações cotidianas. No caso das queixas de violência trazidas, por exemplo, temos que ter conhecimento para entender as causas dessa violência, as dificuldades em sair das situações de violência, a importância de ações junto às mulheres. É necessário estabelecer articulações com os serviços de proteção a violência contra as mulheres. No Brasil vários serviços de abortamento nos casos previstos em lei, em hospitais foram de iniciativa de assistentes sociais. Em muitos departamentos de cursos de Serviço Social há vários projetos de extensão e de pesquisa que envolvem, docentes, alunas/os e profissionais da rede de serviço local. Há também grupos organizados que lutam pelos direitos das mulheres que sofrem violência, com os quais podemos estabelecer interações (CARLOTO, 2021).

Nessa perspectiva, ressaltamos, assim como Carloto (2021), a importância dessa discussão estar nos espaços formativos, como também no âmbito da intervenção profissional. Compreendermos como ocorre o debate de gênero na formação acadêmica dos(as) assistentes sociais e também como as desigualdades de gênero estão presentes no cotidiano de intervenção profissional são os objetivos do próximo capítulo.

## **4 OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS E A ABORDAGEM DE GÊNERO NOS CRAS DE LONDRINA**

Neste capítulo, discutiremos, inicialmente, sobre o Sistema Nacional de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e o referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculados ao CRAS. Em seguida, abordaremos o resultado da pesquisa a partir das entrevistas, junto às e aos assistentes sociais.

### **4.1 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ATUAÇÃO DOS CRAS**

A Constituição Federal de 1988, no artigo 194º, define a Seguridade Social enquanto “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Incluída na esfera da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993, como política social pública, a Assistência Social é inserida no âmbito dos direitos, universalização dos acessos e responsabilidade do Estado.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possui um modelo de gestão descentralizado e participativo, constituindo-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios possuem como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, definidos pelas funções que desempenham, número de pessoas que deles necessitam e sua complexidade. Prevê, ainda, a gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas do governo e definição das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil (PNAS, 2004).

Com isso, o SUAS materializa o conteúdo da LOAS ao cumprir no tempo histórico dessa política as exigências para que se realize os objetivos e resultados esperados. Ao definir e organizar os elementos essenciais à execução da política de assistência social, possibilita a normatização dos padrões dos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial, os eixos estruturantes e os subsistemas (PNAS, 2004).

Conforme a PNAS (2004), os subsistemas estão na matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, financiamento, controle social, participação popular/cidadão e usuário, política de recursos humanos, informação, monitoramento e avaliação. No processo de gestão do SUAS, sob as bases organizacionais da matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, as demais não serão aqui detalhadas<sup>12</sup>.

A matricialidade sociofamiliar, como uma de suas bases estruturantes, que organiza toda a rede socioassistencial para apoio às famílias, com a finalidade de assegurar o direito à convivência familiar a todos, com o pressuposto de que, para a família, prevenir, proteger e manter seus membros é basilar a ação efetiva do poder público (MDS, Orientações Técnicas do CRAS, 2009), é a que mais tem suscitado debates. Essa é uma orientação polêmica entre assistentes sociais. Como comenta Perez et al (2018):

a análise da matricialidade sociofamiliar enquanto eixo estruturante da política de assistência social, que busca romper com a fragmentação e individualização no atendimento aos usuários, nos permite detectar ambiguidades, ao tempo em que há um aumento da atenção estatal dirigida à família, é necessário ter consciência de que os serviços e programas de apoio sociofamiliar têm sido efetivados sob a ótica de uma cidadania invertida na qual é necessário, primeiro, comprovar o fracasso da família para, depois, a mesma ter acesso aos serviços de assistência, jurídicos ou de saúde. Portanto, na maioria das vezes, o que se coloca em questão são as condições da família e não os direitos do indivíduo. Por isso, a existência de tantos benefícios e programas cujo parâmetro é a renda familiar (PEREZ et al, 2018, p. 1672).

Retomamos a Lei nº 8.742 (LOAS), que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, definindo, em seu primeiro artigo:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Com isso, a inserção na Seguridade Social indica seu caráter de política de Proteção Social vinculada as outras políticas do campo social. A proteção social deve, assim, garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia), acolhida, convívio ou vivência familiar indicadas na PNAS (2004).

Nessa direção, a Política Pública de Assistência Social configura as responsabilidades, que são próprias do Estado, a serem asseguradas aos cidadãos. Para isso, a LOAS exige que as

---

<sup>12</sup> Para maior detalhamento consultar a Política Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (PNAS, 2004).

previsões assistenciais sejam pensadas sob vigilância do Estado, cabendo a ele a universalização de cobertura e garantia de acesso aos serviços, programas e projetos (PNAS, 2004).

A Política Nacional de Assistência Social, em concordância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, coloca que a assistência social se rege pelos seguintes princípios:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p. 32).

A organização da assistência social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, em seu artigo 5º:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (LOAS, 1993).

Realizada de modo integrado às políticas setoriais, a Política Pública de Assistência Social objetiva prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, ou especial aos que dela necessitarem, contribuir para a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos nas áreas urbana e rural, ampliando o acesso a bens e serviços, assegurar que as ações possuam a centralidade na família e que garantam convivência familiar e comunitária. O público usuário são cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos (PNAS, 2004).

O SUAS estabelece a organização das ações da política de Assistência Social segundo a complexidade dos serviços. Em uma ponta, a atenção social básica e, na outra, a atenção especial de alta e média complexidade (MDS, 2009).

Desse modo, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais organiza-se por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, como é detalhado no quadro a seguir:

**Quadro 01** – Síntese da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Proteção Social Básica	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);</li> <li>2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</li> <li>3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.</li> </ol>	
Proteção Social Especial	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);</li> <li>2. Serviço Especializado em Abordagem Social;</li> <li>3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);</li> <li>4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;</li> <li>5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.</li> </ol>
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>6. Serviço de Acolhimento Institucional;</li> <li>7. Serviço de Acolhimento em República;</li> <li>8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;</li> <li>9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.</li> </ol>

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014, p. 10).

Os serviços da proteção social básica são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, universo de nossa pesquisa, e em outras unidades básicas e públicas de assistência social e de forma indireta nas entidades e organizações de

assistência social da área de abrangência dos CRAS. Cabe aos CRAS as funções de execução do PAIF e gestão territorial.

A promoção da articulação intersetorial permite o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores, como também o acesso das famílias aos serviços setoriais. Fomenta os objetivos das Agendas Sociais (estratégia de potencialização do combate à pobreza) do governo federal (quando for o caso), das agendas estaduais ou municipais intersetoriais e contribui para a definição da prioridade de acesso aos serviços pelas famílias de maior vulnerabilidade social.

O CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS, no respectivo território de abrangência, tomando-o como ponto de referência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo das atividades do PAIF, que deve ser ofertado exclusivamente pelo CRAS. Já os demais serviços, quando desenvolvidos no território do CRAS por outra unidade pública ou entidade/organizações de assistência social devem ser, obrigatoriamente, referenciados ao CRAS. É importante que o CRAS seja instalado em local próximo ao território vulnerável e de risco, a fim de garantir o efetivo referenciamento das famílias e seu acesso à proteção social básica (SNAS, 2016, p. 7).

Enquanto uma unidade dos serviços da proteção social básica (PAIF, SCFV, SPSB no domicílio) o CRAS, no município de Londrina,<sup>13</sup> é gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Compete à SMAS coordenar, executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e os serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle de ações com envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SMAS, 2018).

A gestão municipal da política de assistência social em Londrina utiliza como base a divisão em dez territórios, cada um deles possui uma unidade de CRAS como referência, possuem equipes de PAIF divididas para atendimento de acordo com microterritórios (ou territórios locais) e contam com o desenvolvimento de outros serviços, programas, projetos e benefícios.

A área de abrangência da Assistência Social no município localiza-se nas regiões Centro A, Centro B; Leste; Norte A, Norte B; Oeste A, Oeste B; Sul A, Sul B; e Rural. Seguindo a

---

<sup>13</sup> Município brasileiro localizado no Norte e interior do estado do Paraná, fundado em 10 de dezembro de 1934. Constituído pelo distrito sede (Londrina) e pelos distritos do Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. Londrina possui uma população censitária de 506.701 habitantes conforme IBGE 2010. A população estimada em 2018 (IBGE) é de 563.943 habitantes. (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SMAS, 2018).

lógica da territorialização como diretriz para o planejamento, cada um dos dez territórios que compõem a base geográfica da Assistência Social em Londrina e seus 45 microterritórios possuem a divisão socioterritorial representada abaixo.

A região Centro A é composta por três microterritórios; Região Centro B, por três microterritórios; Região Leste: composta por sete microterritórios; Região Norte A, por seis microterritórios; Região Norte B: composta por seis microterritórios; Região Oeste A: composta por três microterritórios; Região Oeste B, por quatro microterritórios; Região Sul A: composta por quatro microterritórios; Região Sul B: composta por quatro microterritórios e Região Rural, composta por cinco microterritórios.

As regiões mais populosas são a Centro A, com 84.134 habitantes (16,70% do total), Oeste B, com 82.201, representando 16, 31%, e Leste, com 78.394 habitantes (15,56%). As menos populosas são Sul A, 13.215 habitantes, ou seja, 2,62% da população, região Rural, com 22.087 (4,38%) e Oeste A, com 24.852 habitantes (4,93%). Embora menos populosas, essas regiões possuem altos índices de desproteção social, com alto número de indivíduos e famílias registradas na Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social (IRSAS)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> O IRSAS é um sistema de prontuário digital do público da política de assistência social, utilizado também para cadastro da rede de serviços. Nele todas as unidades governamentais e não governamentais do município de Londrina, compartilham o cadastro de todos os indivíduos atendidos pela rede de serviços. (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SMAS, 2018).

#### 4.1.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

##### 4.1.2 PERFIL DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

A partir das entrevistas realizadas com os(as) assistentes sociais que atuam na política pública de Assistência Social nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Londrina (PR), desenvolvemos o perfil dos(as) participantes da pesquisa, como será detalhado a seguir.

Entrevistamos um profissional de cada CRAS, ou seja, dez sujeitos, abrangendo todas as regiões do município, sendo dois homens e oito mulheres. Dados esses que nos confirmam a histórica predominância de mulheres no Serviço Social.

A idade dos(as) entrevistados(as) corresponde, em sua maioria, entre 41 e 50 anos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 02** – Idade dos(as) entrevistados(as)

<b>Faixa etária</b>	<b>Número</b>
20 a 30	1
31 a 40	3
41 a 50	6
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** elaborado pela autora.

Os(as) entrevistados(as) têm algum nível de formação na pós-graduação. A grande maioria, seis deles(as), possui especialização lato sensu, sendo que dois estão cursando o mestrado. Um possui mestrado e outro possui doutorado. Ressaltamos que dois desses sujeitos trabalham como docentes em universidades atualmente.

**Quadro 03** – Escolaridade dos(as) entrevistados(as)

<b>Escolaridade</b>	<b>Número</b>
Especialização lato sensu	6
Especialização lato sensu e cursando o mestrado	2
Mestrado	1
Doutorado	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** elaborado pela autora.

O ano de formação dos(as) participantes corresponde, em sua maioria (6), a década de 2000, três na década de 2010 e um sujeito na década de 1990. Destacamos que, nesse universo, oito sujeitos se formaram pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), um pela

Universidade Estadual de Maringá (UEM) e um pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), todas elas localizadas no estado do Paraná.

**Quadro 04** – Ano de formação dos(as) entrevistados(as)

<b>Década de formação</b>	<b>Número</b>
Década de 2000	6
Década de 2010	3
Década de 1990	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** elaborado pela autora.

O tempo de atuação desses profissionais enquanto assistentes sociais varia. Contudo, é expressiva a atuação por mais de uma década conforme demonstra o quadro abaixo.

**Quadro 05** – Tempo de atuação enquanto assistente social

<b>Tempo de atuação</b>	<b>Número</b>
19 anos	1
18 anos	1
16 anos	2
13 anos	1
12 anos	1
9 anos	2
6 anos	1
5 anos	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** elaborado pela autora.

Questionados(as) sobre o tempo de atuação na Secretaria Municipal de Assistência Social no município (SMAS) de Londrina (PR), houve variação apontada no quadro a seguir.

**Quadro 06** – Tempo de atuação na Secretaria Municipal de Assistência Social

<b>Tempo de atuação na SMAS</b>	<b>Número</b>
18 anos	1
12 anos	1
10 anos	2
8 anos	1
6 anos	3
3 anos	1
1 ano	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Fonte:** elaborado pela autora.

#### 4.1.3 A ABORDAGEM DE GÊNERO

Neste tópico, analisaremos como se dá a abordagem das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) assistentes sociais. Essa análise foi organizada em dois grandes eixos, sendo o primeiro deles o debate na formação acadêmica, e o segundo eixo, as desigualdades de gênero no cotidiano profissional. O primeiro eixo aborda a formação acadêmica, a importância do debate e como este deveria estar na formação acadêmica e no currículo. No segundo eixo, discutimos as desigualdades de gênero no cotidiano profissional, como se dá o atendimento (demandas, questões e dificuldades do público usuário), o debate e seus desafios no âmbito da Política de Assistência Social em Londrina, o planejamento de ações para enfrentar as demandas e trabalho intersetorial; como se dá às relações no âmbito profissional (demandas, questões, dificuldades) e os desafios e perspectivas.

##### 4.1.3.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA

O debate de gênero na formação acadêmica do(a) assistente social, se esteve presente e de que maneira, foi atrelado à importância da discussão e como para eles(as) deveria estar na formação acadêmica e no currículo.

As falas apontaram para diversas formas de contato com o debate sobre gênero, não prevalecendo uma única modalidade. Com exceção de um respondente, a maioria teve contato com o tema de maneira mais informal, menos organizada, focada de forma pontual, não como um eixo estruturante do curso ou como um eixo da formação profissional. As falas são unânimes ao afirmarem que não havia uma preocupação central em aprofundar o tema no currículo e que este aparecia conforme o interesse do(a) professor(a).

Os(as) discentes que se formaram a partir do currículo implantado em 2001 pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) mencionaram o contato com o tema por meio, também, de uma disciplina de gênero. Nesse currículo, o tema foi organizado como um módulo de uma disciplina geral que focava em conteúdos contemporâneos. O módulo era dado em dois meses no quarto ano. Esse currículo está se encerrando e, a partir de 2023, será implantado um novo currículo, no qual haverá uma disciplina abordando o tema no quarto ano novamente.

Os entrevistados(as) comentaram que o debate era presente na discussão com os colegas de turma e professores. Nas falas, fica evidente que os professores que realizavam esse debate eram os que tinham um interesse pessoal no tema. Professoras que pesquisavam o assunto, que tinham pós-graduação envolvendo o tema, que eram supervisoras acadêmicas de campos nos

quais o debate se fazia presente, como, por exemplo, o Centro de Atendimento à Mulher-CAM<sup>15</sup>.

Então, esse debate ele não aparecia nos eixos da formação, nenhuma disciplina, nem de forma transversal... Isso aparecia nos eixos de pesquisas dos professores, então era muito vinculada a pesquisa que aquele professor realizava (A.S.D).

A gente ouvia falar alguma coisa assim, alguns professores que trabalhavam com a temática de gênero, a questão da mulher, mas assim não aprofundava essa questão: O que que é relações de gênero? Entende? (A.S.E).

A minha orientadora ela era alguém que discutia gênero e estava muito envolvida [...], era chamada pra palestras, então a gente estava sempre junto, porque era do projeto e o meu TCC abordou também a questão de gênero. [...] ela trouxe bastante autores, autoras, na grande maioria autoras é a gente lia textos, e fazia os debates em relação a isso, os trabalhos que a gente realizava (A.S.H).

O debate de gênero na formação acadêmica esteve presente pela participação em eventos que discutiam o tema, no Centro Acadêmico e nas conversas informais. Contudo, não consistia em um eixo da formação profissional como pontua uma das entrevistadas: “[...] em eventos, em centro acadêmico, em outras conversas, nesse sentido, mas não que fosse um eixo da formação profissional” (A.S.F).

O contato com uma disciplina que discutia gênero foi mencionado por duas das respondentes formadas pela UEL, pertencentes ao currículo implantado em 2001 pela universidade, conforme descrito a seguir: “[...] eu lembro que foi bem assim, uma disciplina rápida, não foi nada aprofundado, não perpassou pelas outras disciplinas, que seria o ideal” (A.S.J).

Esse contato foi citado por outra entrevistada, a partir da matriz curricular implantada em 2002 pela UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), campus de Paranavaí, para a graduação em Serviço Social. Além da disciplina, a discussão estava presente nos projetos de pesquisa e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que realizou:

Particularmente, eu estudei. A gente tinha uma disciplina que era temática e nós ficamos dois bimestres estudando relações de gênero. Participei de dois projetos também, a minha orientadora ela era alguém que discutia gênero e estava muito envolvida [...], era chamada pra palestras, e, então, a gente estava sempre junto, porque era do projeto e o meu TCC abordou também a questão de gênero (A.S.H).

O tema era abordado na discussão com os colegas, professores, projetos e campo de estágio, como pontua um dos entrevistados.

---

<sup>15</sup> Em 1993, com a implantação da Coordenadoria Especial da Mulher, criou-se o CAM, serviço que disponibiliza atendimento psicossocial e orientação jurídica para mulheres em situação de violência doméstica através de uma equipe constituída por psicólogas, assistentes sociais e advogada (ROSSI et al., 2014, p.65).

O debate, ele era presente na discussão com os colegas, o debate era presente na discussão com os professores. [...] nos projetos em que tocávamos no processo de educação popular, a gente abordava muito isso com as mulheres, principalmente das cidades menores, o papel da mulher, o processo de empoderamento disso, e, fiz meu estágio na política de assistência social, tanto na fase operacional no ponto operacional da política, como na ponta, ou melhor, como na gestão e esse era um debate sempre presente (A.S.A).

Outro aspecto relevante é que a discussão era fomentada pelos(as) discentes da turma, pois havia interesse dos(as) colegas em trazer o debate conforme o conteúdo da aula: “É o debate na sala de aula [...]. Sempre tem aqueles que se interessam por um tema e a discussão acaba aparecendo [...]” (A.S.C).

As falas dos(as) entrevistados(as) evidenciam que o debate de gênero foi desenvolvido na formação por meio das disciplinas, campos de estágio e eventos, em debates e questões trazidas pelos(as) docentes, em grupos de pesquisa, centro acadêmico e em conversas com colegas do curso. Nesse sentido, quando questionados(as) sobre a importância dessa discussão, as respostas foram unânimes sobre sua relevância, o que será detalhado a seguir.

#### 4.1.3.1.1 A IMPORTÂNCIA DO DEBATE

Os(as) entrevistados(as) consideram importante a discussão da temática para a formação profissional e a justificam quando afirmam sua consonância com o Código de Ética do(a) Assistente Social, com o projeto ético-político, enquanto uma discussão essencial à profissão, por ser um assunto discutido e pulverizado na sociedade e, por fim, pelas demandas e público atendidos pelos(as) assistentes sociais.

O Serviço Social como um curso de ensino de graduação na modalidade superior, ele tem o dever de fazer isso, até porque dentro do Código de Ética, enquanto projeção ético-política, já aponta isso desde de 1996, se a gente pensar na formalização de seus pilares enquanto projeto ético-político. Então, eu vejo isso como buscar fazer aquilo que está dentro da projeção ética-política em decorrência e em sintonia com a sociedade (A.S.A).

No Código de Ética da profissão, vemos a expressividade da discussão colocada nos princípios VIII e XI. O princípio VIII dispõe: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). O último princípio, XI, prevê o: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social,

gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, p. 24).

Com isso, há um compromisso da profissão por um projeto societário sem dominações de classe, etnia e gênero e a defesa por um exercício profissional que não discrimine e não seja discriminado por essas questões.

Nessa perspectiva, o tema é considerado atual, discutido em todas as esferas da sociedade e logo é levado para o Serviço Social, porque a sociedade está debatendo o assunto, atrelado a outras discussões, como violência contra a mulher e seus desdobramentos, relações de gênero, direitos reprodutivos, patriarcado, misoginia, machismo e objetificação da mulher.

Como analisa uma das assistentes sociais entrevistadas, é importante para o Serviço Social discutir a respeito, como forma de romper com ideias conservadoras e paradigmas.

Eu avalio assim que é um tema muito importante, assim muito atual mesmo, é um assunto que está sendo discutido em todas as esferas, pulverizado mesmo na sociedade e que a gente precisa mesmo discutir a respeito, e quebrar paradigmas e conceitos pré-concebidos, é até mesmo dentro do Serviço Social, romper com algumas lógicas e conceitos muito conservadores que estão muito presentes ainda na nossa sociedade (A.S.E).

[...] Então, se a gente não consegue ter e se apropriar dessa discussão a gente corre o risco cotidianamente de reproduzir os estigmas de família, os estigmas de preconceito e a manutenção de situações de violação que a gente não consegue identificar por ter uma concepção conservadora de senso comum desses debates em relação de gênero, patriarcado, misoginia, machismo (A.S.D).

Uma entrevistada relata que o debate “é essencial pra formação profissional” (A.S.D), tendo em conta a categoria profissional constituída, predominantemente, por mulheres, pelo público atendido na política de assistência social: mulheres chefes de família (o que será detalhado adiante) e pelas demandas por elas apresentadas.

Uma das entrevistadas afirma: “Acho extremamente necessário [...] até pelo público que a gente atende, que assim, enfim, as relações de gênero elas perpassam todas as pessoas, todos os atores envolvidos nas questões que a gente trabalha” (A.S.E). Para além do público atendido, a constituição da categoria profissional é um aspecto que merece destaque, a defesa da mulher enquanto gênero humano e a defesa de suas lutas:

Então, independente do espaço, o nosso curso é formado majoritariamente por mulheres, então nós também estamos defendendo a nossa pauta, a nossa condição de ser mulher, porque até antes de ser assistente social, a gente é mulher e não é porque nós somos mulheres, é porque a gente faz parte de uma humanidade do gênero humano e dentro desse gênero humano nós temos especificidades de defesa dessa mulher como gênero humano (A.S.D).

Uma das respondentes acredita ser necessário a discussão do debate na formação profissional para que se tenha uma análise macro para entender as demandas que chegam no trabalho do(a) assistente social em um ambiente micro.

Eu acredito que seja necessário pra gente ter uma análise macro de como as coisas se dão. Se a gente for pensar numa perspectiva longe, se a gente for olhar pra perspectiva do CRAS que eu trabalho pra gente entender algumas demandas que batem na nossa porta a gente precisa compreender, temos que fazer uma análise maior disso e por isso que o debate ele é importante acontecer (A.S.F).

Para outra entrevistada esse debate deve ser amplo, “acho que esse debate ele precisa mesmo estar nas universidades, acontecer durante a formação acadêmica porque a gente vai atuar diretamente com isso, principalmente na nossa profissão” (A.S.G).

Vale ressaltar que a perspectiva de classe é entendida como um fator determinante dos outros sistemas de opressão, como menciona uma das entrevistadas. Portanto, é indispensável ampliar a discussão de como se dão as desigualdades de gênero na classe trabalhadora e considerar que a universalidade da relação de classe admite uma situação específica das mulheres enquanto mais exploradas diante do universo masculino (SOUZA-LOBO, 1991).

Eu considero muito importante quando a gente entende que precisa compreender como que a gente se dá enquanto classe, se dá enquanto classe trabalhadora e daí dentro da classe trabalhadora como que ocorrem essas desigualdades. Então, eu acho que é um debate importante (A.S.F).

#### 4.1.3.1.2 COMO O DEBATE DEVERIA ESTAR NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E NO CURRÍCULO

Neste tópico, os(as) assistentes sociais manifestaram suas concepções sobre como o debate deveria estar na formação acadêmica e, conseqüentemente, no currículo do curso de graduação em Serviço Social. De forma geral, apontaram sobre a importância do tema estar no currículo de forma transversal, tendo um eixo estruturante, com uma disciplina específica articulada com as demais, trazendo reflexões de temas atuais e próximos dos campos de atuação profissional, ou seja, a discussão deve ser atrelada ao fazer profissional.

É necessário, do mesmo modo, inseri-lo nos projetos de pesquisa e de extensão, em eventos e nos campos de estágio, enquanto principais estratégias possíveis citadas pelos profissionais.

Então, eu entendo que precisa ter uma disciplina pra que você consiga junto com os acadêmicos apresentar textos, apresentar uma discussão, um debate com primeira unidade, com segunda unidade, com desencadeamento, mas que esse debate também

apareça nas pesquisas, na iniciação científica, nos projetos de extensão e que seja transversal (A.S.D).

Um dos relatos aponta que o tema deveria estar no currículo durante todos os anos da graduação, enquanto uma discussão concreta e articulada com as demais. Em seu processo formativo, muitas vezes, o tema era tratado porque o professor tinha afinidade. Para tanto, menciona a importância de uma disciplina específica ou mais de uma, para que se discuta a temática, além disso, sugere mais projetos de pesquisa:

[...] talvez mais espaço, uma disciplina voltada pra isso, mais de uma durante todos os anos, porque assim, isso ele foi surgindo e muitas vezes você percebia também que tinha a ver com afinidade do professor com o tema e com a formação dele, eu acho que isso precisa estar presente de uma forma mais concreta na grade curricular, na formação desde o primeiro ano (A.S.G).

Entende-se que a discussão de gênero no currículo seja articulada com as demais, como raça/etnia e classe social. Para isso, relembramos da ideia de nó desenvolvida por Saffioti (2004) e também dos conceitos de consubstancialidade e coextensividade defendidos por Kergoat (2010).

Saffioti (2004) defende a relevância de analisar as contradições existentes na sociedade capitalista como enoveladas ou enlaçadas em um nó. Gênero, raça e classe atuam de forma imbricada e condensam esse nó que, por sua vez, potencializa as contradições sociais que estruturam o capitalismo, produzindo uma dinâmica que lhe é única. A metáfora do nó vai de encontro com o conceito de consubstancialidade defendido por Kergoat.

Os conceitos de consubstancialidade e coextensividade, mobilizados por Kergoat (2010), apreendem de forma não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres em face da divisão sexual do trabalho.

A perspectiva da consubstancialidade compreende que as relações sociais (relações de classe, gênero e raça) são conectadas por meio de “nós”, impossíveis de serem desatados no nível empírico das práticas sociais, mas somente a nível da análise sociológica. A noção de coextensividade tem o entendimento de que as relações se desenvolvem, se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

Compreendemos, assim, a importância dessas categorias serem discutidas e que também sejam transversais, dialogando com todas as disciplinas, considerando o entrecruzamento complexo que possuem. Além disso, cabe destacar os esforços do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da ABEPSS, todos eles de grande relevância na discussão dessas temáticas.

Então, eu acho que tem que ter é isso, e não perder a raiz das relações de produção e a interligação disso, tanto e outra, a questão do gênero, não dá pra discutir gênero destituído da questão da raça, não tem como a gente fazer essa separação também. Até pelas questões históricas que a gente tem dentro do próprio país, então não dá. Então, quando for discutir gênero, a gente tem que unir gênero, raça e classe social, essas três categorias elas têm que estar unidas e daí estar incluídas dentro do debate do currículo dentro do Serviço Social (A.S.B).

Argumenta-se que a possibilidade de uma disciplina que aborde relações de gênero possua temas mais atuais e próximos dos campos de atuação do(a) assistente social até mesmo como forma de prepará-lo(á) para lidar com as demandas apresentadas.

acho que as universidades precisam se preparar pra isso pra modificar, seus conteúdos, pra estar mais próximos da realidade mesmo da atualidade. Não que não seja importante estudar lá a história do Brasil, a Assistência Social em 1950 (risos), mas assim trazer mais pra atualidade porque o profissional chega pra trabalhar bem despreparado (A.S.J).

Propõem-se, igualmente, que a discussão deva ser a partir da prática profissional para que se busque nas origens a compreensão das reproduções sociais que se dão no presente: “a gente deveria abordar é dessa forma mesmo, assim, olhando pra nossa prática, pro nosso dia a dia, para as nossas próprias relações, acadêmicas até, e voltar lá pra trás” (A.S.E).

Nesse contexto, o cotidiano de intervenção dos(as) assistentes sociais é atravessado por demandas que perpassam a questão de gênero, algumas delas citadas por Lisboa (2010), ao se referir às demandas dos campos de estágio nos quais os(as) estudantes exercem suas práticas. Algumas delas também foram colocadas pelos(as) entrevistados(as) e serão detalhadas no próximo tópico, entre elas, a violência contra as mulheres, mulheres chefes de família e mulheres envolvidas com o tráfico de drogas.

A grande angústia da maioria das(os) estudantes nos campos de estágio é "como compreender e interpretar as demandas trazidas pelos sujeitos somente com base nos pressupostos da teoria marxiana". Como analisar, por exemplo, a situação de uma criança que sofre abuso sexual se a base da formação teórica deste estudante foi centrada predominantemente na teoria marxiana? Como responder questões que necessitam diferentes dimensões de análises em suas mediações teóricas, quais sejam: explicar o valor diferenciado atribuído ao trabalho dos homens *versus* o trabalho das mulheres; entender por que o trabalho doméstico e os relativos aos cuidados de doentes, idosos, crianças, não são remunerados, muito menos valorizados; por que ocorre violência contra as mulheres e as meninas? Onde e como se produz essa violência? As verdades dos nossos sujeitos de intervenção, dos nossos entrevistados, muitas vezes são diferentes das nossas. Uma verdade não está pré-definida, ela faz parte de um contingente contextual que deve ser mediado por diferentes concepções teóricas que perpassam as questões de classe, de gênero, de raça/etnia, que por sua vez se fundamentam em múltiplos tipos de saberes (KLEBA, 2010, p. 68).

A autora afirma que as teorias feministas e os estudos de gênero são um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social, pois questionam as formas de dominação, os conflitos sociais e requerem formas próprias de análise das relações. Além disso, pontua que diferentes concepções teóricas sejam adotadas para a compreensão das questões de classe, gênero, raça/etnia, fornecendo elementos mais amplos de análise.

Aparece nos relatos dos(as) assistentes sociais entrevistados(as) que a discussão deve ocorrer também nos eventos da categoria, nos eventos da universidade vinculados à formação e nas bandeiras de luta da categoria.

Então, [...] eu acredito que são esses elementos, de garantir uma disciplina, de garantir a transversalidade desse debate e assim que nos eventos da categoria, nos eventos da universidade, esses debates sejam pautados e que sejam permanentes, vinculados a formação e as bandeiras de luta da categoria profissional, porque daí você aproxima a formação com o exercício profissional e você alinha as perspectivas de debate, de defesa dessa desses temas (A.S.D).

É também comentada a importância do debate nos projetos de pesquisa e nos projetos de extensão: “Então, se o projeto científico, eu acho que o projeto de extensão seria então uma estratégia no qual a gente poderia operacionalizar esse currículo, o que faz com que o educando, o assistente social, ele vá para campo, se aproxime daquela realidade” (A.S.B).

Outra estratégia citada pelos profissionais são os campos de estágio, nos quais recomenda-se uma ampliação das vagas em serviços específicos:

Eu não sei como que está o campo de estágio hoje, mas assim na época eram poucas vagas também, só na Secretaria da Mulher é que tratava essa questão. Então, eu acho que isso também teria que ser ampliado, o número de vagas, enfim, dos projetos, das disciplinas (A.S.G).

Colocados esses argumentos, abordaremos, a seguir, o campo profissional de atuação no CRAS e as particularidades das relações existentes e manifestadas pelas desigualdades de gênero.

#### 4.1.4 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO COTIDIANO PROFISSIONAL

Abordaremos, agora, as desigualdades de gênero no cotidiano profissional do(a) assistente social, como elas se manifestam com o público usuário, o perfil desse público, as

demandas, questões, dificuldades manifestadas e como se dá o atendimento aos(as) usuários(as) da política de assistência social no CRAS, junto às particularidades no momento de pandemia<sup>16</sup>.

O público usuário da política de assistência social é caracterizado pelos(as) profissionais que atuam na política pública como constituído, em sua maioria, por mulheres negras, mulheres chefes de família que não têm um parceiro, e quando têm não é participativo, elas são as responsáveis pelos cuidados com a família, são mãe solo, com baixa escolaridade, inseridas no mercado informal de trabalho e sobrecarregadas.

A partir disso, evidenciamos o recorte de gênero, classe, raça e etnia no público atendido nos CRAS: “o perfil que a gente atende são mulheres negras, mulheres com baixa escolaridade, mulheres sem um parceiro ali que dê um suporte, ou seja, mães solos mesmo, a quantidade de mulheres assim é bem grande” (A.S.J).

As dimensões de raça e gênero, como relações que estruturam as desigualdades, podem ser verificadas a partir dos dados sobre a realidade brasileira, na qual mais da metade da população é negra ou parda, sendo que essa proporção sobe drasticamente nos extratos mais pobres e se refletem no público usuário da política de assistência social.

O informativo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", desenvolvido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aponta que, em 2018, 55,8% da população preta ou parda era maioria no país. Apesar disso, representava apenas 27,7% das pessoas quando se considerava os 10% com maiores rendimentos. Do outro lado, entre os 10% com os menores rendimentos, esse grupo abarcava 75,2% dos indivíduos (IBGE, 2019).

A proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas da pobreza<sup>17</sup> foi maior que o dobro da proporção da população branca no período em questão. Em 2018, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas correspondia a 15,4%, e entre as pretas ou pardas, atingia 32,9%. Atentando para a linha de US\$ 1,90 diários, 3,6% das pessoas brancas possuíam rendimentos inferiores a esse valor, enquanto 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar (IBGE, 2019).

As situações de maior vulnerabilidade são percebidas nos domicílios chefiados por mulheres, especialmente, aqueles chefiados por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens de acordo com a publicação “Retrato das desigualdades de

---

<sup>16</sup> A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo uma série de repercussões de ordem biomédica e epidemiológica em nível global, como também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias (PORTAL FIOCRUZ). <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>.

<sup>17</sup> Tradicionalmente, o Banco Mundial utiliza, o valor de US\$ 1,90 diários para o acompanhamento da pobreza global. Contudo, como esse valor é baixo para definir a pobreza em países mais desenvolvidos, atualmente se utiliza a linha de US\$ 5,50 diários, voltada para países com rendimento médio alto, como o Brasil (IBGE, 2019).

gênero e raça, em sua quarta edição (Ipea et al., 2011), produzidas por meio dos micros dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)”.

Dados do rendimento, por exemplo, mostram que a renda *per capita* média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997,00, já a renda média de uma família chefiada por uma mulher negra é de R\$ 491,00. Semelhantemente, 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, percentual este que cai para 41% quando as famílias são chefiadas por homens brancos (IPEA et al., 2011).

Destacamos, aqui, que o número de famílias chefiadas por mulheres (FCM) aumentou de modo significativo nos últimos anos<sup>18</sup>. As mudanças nos arranjos familiares, aumento do poder aquisitivo, redução das taxas de natalidade, diminuição do tamanho das famílias, aumento da escolaridade, atrelados aos novos valores, convenção de gênero e maior entrada das mulheres no mercado de trabalho são algumas das alterações que contribuíram para esse cenário, como aponta o Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (IPEA, 2013).

Houve um aumento recente da proporção de famílias chefiadas por mulheres negras. Em 1995, a maioria das FCMs era chefiada por mulheres brancas (54,4%), em 2009, a maioria tornou-se chefiada por mulheres negras (51,1%). A dianteira das mulheres negras dá-se a partir de 2007. Contudo, o Dossiê indica que os dados se contradizem ao mostrar que a diferença de crescimento vem se diluindo. Outro fator é o perfil demográfico dos dois grupos, as mudanças de autodeclaração no período em questão e a mudança do perfil das FCMs, no qual, a parcela branca diminuiu no país (IPEA, 2013, p. 26).

Ao voltarmos nosso olhar para o público da assistência social, nota-se também um número alto de famílias monoparentais chefiadas por mulheres e, quando há um companheiro, sua presença é tida como volátil, que transita entre presença/ausência, existindo, aparentemente, uma maior necessidade dessas mulheres de terem esse parceiro.

famílias monoparentais com chefia feminina em que o companheiro não necessariamente era o genitor das crianças, mas ele era um companheiro que eu falo, é volátil, em um momento ele estava, em outro momento ele não estava, ele transitava, mas as mulheres apresentaram uma necessidade de ter esse parceiro, como forma, não sei, de segurança (A.S.D).

A instabilidade da presença masculina e de sua contribuição financeira na economia doméstica proporciona ainda mais sofrimento a essas mulheres, que já estão sobrecarregadas,

---

<sup>18</sup> A proporção de famílias chefiadas por mulheres (FCMs) aumentou de 22,9% para 35,2% entre 1995 e 2009, ou seja, teve aumento de 12 pontos percentuais (p.p). (IPEA, 2013, p. 24).

somando-se a isso a ideia ilusória, mas construída socialmente, que ter um parceiro significa ter segurança e proteção.

Quando esse homem não cumpre esse papel aí é muito sofrido pra ela, porque além dela fazer tudo isso, ela tem que administrar essa relação, o que ele quer, o que ele não quer e aí a gente percebe muito assim, por exemplo, mulheres que emocionalmente elas querem aqueles companheiros, mas é tanta luta que vem junto, então elas ficam nesse vai e vem, e aí a gente tem que tomar muito cuidado **pra não colocar elas naquele lugar, culpabilizar mesmo**. Por que está nessa relação, se está vendo que não está dando certo? Que o cara só está explorando e tal? mas assim, como que eu posso responder por uma mulher que muitas vezes, ela tem aquela questão emocional, de segurança que ela precisa (A.S.H. grifos nossos).

As mulheres, muitas vezes, são culpabilizadas por suas decisões quando não desempenham os papéis designados socialmente, são constantemente julgadas. Por isso, a importância de o profissional orientar suas ações pelos princípios e deveres do Código de Ética, e o combate ao preconceito, é um deles.

Ao direcionarmos novamente nosso olhar para o público da assistência social, trazemos uma ressalva sobre as famílias monoparentais. Algumas falas apontam que não declaram os companheiros por diversos fatores, um deles seria a estratégia de sobrevivência e por eles possuírem uma maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, o que faz com que se esconda esse homem/parceiro para a obtenção do benefício, que tem sua definição na renda por integrante da família.

Uma das primeiras regras para o recebimento dos benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família substituído pelo Auxílio Brasil, é a renda. O auxílio prevê a renda mensal per capita (por integrante) de até R\$ 200,00, divididos em famílias em situação de extrema pobreza (renda familiar mensal de até R\$ 100,00) e situação de pobreza (renda familiar mensal per capita entre R\$ 100,01 e R\$ 200,00), além do atendimento às condicionalidades na área da saúde, educação e assistência (CAMARGO, 2021).

Não declarar esse companheiro, portanto, justifica-se pela regra da renda e também pela maior possibilidade de inserção desse homem no mercado formal:

[...] elas acabam muitas vezes não declarando eles porque eles têm maior possibilidade de inserção no mercado formal, e aí elas acabam vindo então, como as responsáveis e a gente tenta trabalhar isso com elas (A.S.C).

[...] é que é um público majoritário, é um público que está inserido no mercado informal ou nem está inserido no mercado, depende muito financeiramente do homem ou aí tem uma questão que o sistema faz ela esconder aquele homem, isso é muito presente pra ela receber um benefício, pra estar inserida às vezes num programa, a renda daquele homem não pode entrar, e, a renda, aquela renda é a renda que ela vai organizar ali pra comprar alguma coisa pras crianças, alguma coisa a mais que falta (A.S.H).

Consequentemente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é marcada pelas desigualdades de gênero e raça. Índices<sup>19</sup> apontam que elas têm menor participação no mercado de trabalho e são mais acometidas pelo desemprego. Contudo, a taxa de desocupação das mulheres brancas é mais de 70% superior à dos homens brancos, entre as mulheres negras, a desocupação excede em mais de 130% este parâmetro, afastando esse segmento de maiores possibilidades para sair da pobreza (SILVA, 2013).

Além da inserção no mercado de trabalho, as desigualdades se espelham nas ocupações de posições de menor prestígio e remuneração. Com isso, as ocupações de menor qualidade, com alta informalidade e menor renda inclinam-se às pessoas com baixa escolaridade, leia-se espaços ocupados por mulheres pretas e pardas, enquanto as mulheres que se movimentam para ocupações de nível superior são, predominantemente, brancas (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

As mulheres das classes mais pobres, em sua maioria negras, concentram-se nas atividades de empregos domésticos, de prestação de serviços e ligados à produção na indústria; as mulheres de classe média, devido às oportunidades educacionais, atuam mais na prestação de serviços, áreas administrativas ou educação e saúde (idem, 2013). Destacamos, também, que o trabalho doméstico<sup>20</sup> é formado, predominantemente, por mulheres (92,3%), e 67,7% delas são negras e atuam na modalidade de diarista (SILVA e SILVA, 2020).

Assim, “as mulheres negras, em especial, estão concentradas em atividades vistas como extensão das atividades domésticas não remuneradas e, como tais, desvalorizadas e menos formalizadas” (BIROLI, 2018, p. 69).

Dados do IPEA (2021) indicam que a proporção de trabalhadoras domésticas que atuam na modalidade de diária (trabalham em mais de um domicílio, recebendo por dia trabalhado) cresceu exponencialmente. Em 2019, as diaristas correspondiam a 43% do total de trabalhadoras domésticas, aproximadamente 2,5 milhões de mulheres. A legislação vigente (Lei Complementar nº 150/2015) exige que a formalização de vínculos trabalhistas ocorra para as trabalhadoras que exercem suas atividades no mesmo domicílio por três dias ou mais na

---

<sup>19</sup> As taxas de desocupação segundo as categorias sexo, cor ou raça indicam que os índices de desocupação dos homens brancos correspondem a 5,3%, dos homens negros 6,6%, já as mulheres brancas representam 9,2% e as mulheres negras 12,5%. A população ocupada abrange enquanto taxa de participação 80,6% de homens brancos, 82,5% para homens negros, 58,5% de mulheres brancas e 59,2 para mulheres negras (IPEA, 2013, p. 120).

<sup>20</sup> O trabalho doméstico informal (sem carteira) foi atingido expressivamente durante a pandemia. Em maio de 2020 eram 4.458 mil indivíduos ocupados pelo trabalho doméstico; em julho, esse número atingia 3.946 mil, o que representa uma perda estimada de 11,5% de postos de trabalho em três meses. Enquanto uma categoria que não pode desempenhar seu trabalho de forma remota, o cenário atual lhes possibilita o desemprego ou o exercício de suas atividades de forma mais precária e vulnerável. (SILVA e SILVA, 2020).

semana. Para 44% das trabalhadoras, portanto, não há proteção legal, social e trabalhista (TOKARSKI e PINHEIRO, 2021).

Nessa perspectiva, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impondo, de forma desigual, responsabilidades, além de impulsionarem determinadas ocupações, bloqueando e dificultando o acesso a outras. A divisão sexual do trabalho, ancora-se, pois, na naturalização das relações de autoridade e subordinação, apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente (BIROLI, 2018).

Como mencionado anteriormente, a maioria das mulheres que buscam o serviço da assistência social possui baixa escolaridade e, quando inseridas, pertencem ao mercado de trabalho informal, o que refletirá na renda e outros desdobramentos, como a sua participação nas atividades desenvolvidas pelo CRAS, ou seja, sua participação fica restrita a um trabalho, por vezes, informal.

Nós estamos falando de famílias em sua maioria chefiadas por mulheres com filhos, sobrecarregadas, sem acesso muitas vezes a instrução formal, não tem instrução suficiente, a inserção no mercado de trabalho acaba sendo aí na informalidade, relações de trabalhos domésticos de exploração (A.S.G).

[...] vou convidar ela pra um grupo, entendeu, por conta dela, ela tá inserida no mercado de trabalho informal, então os horários dela são mais maleáveis, então ela faz uma diária. O homem às vezes está inserido mais que a mulher no mercado formal, eu não consigo trazer ele pra esses espaços muitas vezes, a não ser que ele esteja numa situação mesmo de desemprego (A.S.H).

Não, oh, nós vamos fazer grupos, a gente vai fazer grupos, a família, ela tem que estar aqui, ela tem que estar aqui e daí você olha uma mulher com cinco ou seis filhos e você fala assim: Olha, você tem que vir fazer grupo e daí, como que você faz? Vai fazendo em qual horário? Vai fazendo um horário em que ela pode sair dali e fazer um bico? Então, eu acho que isso também a gente acaba limitando, violando, muitas vezes o direito delas (A.S.B).

É importante esclarecer que a política de assistência social brasileira se orienta pela perspectiva de ações de combate à pobreza. Programas focalizados de transferência de renda têm recebido destaque desde a década de 1990, entre os principais estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), sendo o primeiro sem e o segundo com condicionalidades. As transferências condicionadas de renda priorizam o repasse de renda às mulheres sob uma rede de obrigações com as ações estatais. Compreende-se, portanto, políticas e programas estatais com um marcador de gênero (MARIANO; CARLOTO; 2009).

Nesse contexto, “Perante a política de assistência social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas

funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher, vinculando-a à maternidade” (idem, 2009, p. 907). Portanto, a categoria gênero é essencial para a compreensão das ações estatais que possuem como foco a família, uma vez que essa categoria contribui para a compreensão da instrumentalização dos papéis femininos nessas políticas.

As autoras Carloto e Nogueira (2018) pontuam que os modelos de proteção social, ao incorporar a família e as mulheres, reforçam os papéis tradicionais das mulheres enquanto cuidadora da casa e dos filhos, o que impacta o bom desempenho de programas sociais de transferência condicionada de renda. Com a adoção do modelo de família nuclear burguesa e a perspectiva liberal, considera-se o homem provedor e a mulher dona de casa, tendo ela um papel estratégico nesses modelos.

A maioria dos PTCR orienta que as mulheres-mães devam ser as beneficiárias titulares dos programas. Além de serem as mulheres a maioria da população pobre mundial, elas também são responsabilizadas por serem as mães dos futuros pobres. Essas crianças necessitam, portanto, de subsídios para que possam desenvolver suas capacidades e assim romper com a pobreza.

A opção pelas mulheres-mães é justificada pela ideia de que elas “gerem” melhor os recursos da casa e que são as responsáveis pelo cuidado com os filhos. Portanto, se o benefício for destinado a elas, o dinheiro será investido em objetos, vantagens e melhorias para a casa e para os filhos. Por isso, entende-se que os PTCR se edificam a partir do modelo de família tradicional, e por essa razão instauram-se sobre as famílias que são atendidas com um “espírito de família” correspondente a apenas um tipo idealizado de família, uma construção social naturalizada, mas que não condiz com a realidade das famílias contemporâneas (CARLOTO; NOGUEIRA, 2018, p. 60).

A proteção social cabe, preferencialmente, à família, o que se entende como familismo, uma vez que o Estado reduz seus serviços públicos de proteção e atribui às unidades familiares a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. Logo, exige-se uma provisão de recursos e uma sobrecarga da família nos cuidados, identificada na figura da mulher como responsável e sempre disponível para atender tais demandas.

A família, materializada pela figura da mãe, não pode falhar na responsabilidade do cuidado e proteção dos seus membros. Contudo, na maioria das vezes, está diante de escolhas arbitrárias por não ter com quem deixar os filhos e ser responsabilizada caso ocorra algo com eles, acrescenta-se a isso a sobrecarga das atividades, atrelada a dificuldade em encontrar um trabalho que permita que ela desenvolva outras atividades como levar as crianças na escola.

a gente vê muito o relato: Não tenho com quem deixar minhas crianças. Então assim, o mercado de trabalho quer (ênfase) uma mulher que não tem essa preocupação com filhos, que tenha que levar no hospital porque ficou doente, que tenha que ter uma jornada diferenciada de trabalho porque tem que levar na creche que abre num certo

horário, fecha num certo horário. Eu vejo esses relatos muito assim: Se eu for arrumar um emprego, tem que ser um emprego assim com horário que dê certo, que case com tudo isso, porque tem que levar um na creche, tem que levar outro na escola, tem que buscar. Eu não tenho quem faça isso. Então, a mulher se vê nessas condições assim de ter que [...] escolher muitas vezes, a escolha arbitrária assim, é de cuidar mesmo dessas crianças, se deixa com o vizinho, se deixa com é [...] pode acontecer qualquer coisa. Então, e é responsabilizada. Então, é bem nesse sentido assim os relatos (A.S.J).

As desigualdades de gênero apresentam-se, também, nas responsabilidades atribuídas às mulheres, são elas que assumem a responsabilidade da criação dos filhos, o trabalho de cuidados, são elas as responsabilizadas caso os filhos cometam algum ato infracional, são elas que buscam os serviços da assistência, mesmo com a presença de um companheiro.

Esses aspectos reforçam os papéis construídos socialmente como marcadores de gênero que abarcam o universo masculino e feminino. A responsabilidade do cuidado é atribuída às mulheres como algo natural que lhes pertence, mas que atua intensamente nos processos de reprodução das relações sociais de sexos e possibilita que os homens sejam atuantes na esfera produtiva.

Então, você já vê a desigualdade da responsabilidade com a criação, com as crias vamos dizer assim com os filhos. Quem assumia a responsabilidade? As avós, as tias e a mãe, eram elas que além de ser responsável pela socialização primária daquelas crianças, da proteção, elas também eram responsáveis em relação à educação ainda mais nesse tempo de pandemia, elas tinham que fazer atividades com os filhos, as tarefas com os filhos, [...] eram responsáveis por alimentar, por vestir, por fazer dormir, se acontecia alguma situação de violação de direito, de violência dessa criança ou desse adolescente, cometer um ato infracional, criança não comete ato infracional, mas de estar envolvido nesse processo, elas são responsabilizadas. A grande maioria perdeu a sua inserção no mercado de trabalho que já era informal que era na grande maioria de diarista ou de vendas de algumas coisas no sinal, e perderam a sua manutenção, então assim, é total responsabilidade dessa mulher e aquelas que tinham seus parceiros, eram também elas que buscavam as condições do Estado, não as condições, mas as proteções do Estado para a família (A.S.D).

Nesse sentido, a produção e reprodução da vida humana correspondem às atividades desenvolvidas na esfera privada como um trabalho invisível que regula a vida cotidiana e permite a continuidade do funcionamento do mundo. Sem a valorização social, possuem forte carga subjetiva e comprometem-se com a sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2003).

Constituem um conjunto de tarefas que tendem a dar apoio não só às pessoas dependentes por motivos de idade ou saúde, mas também a grande maioria dos homens adultos. São tarefas que incluem serviços pessoais conectados usualmente com necessidades diversas e absolutamente dispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar. Elas incluem a alimentação, o afeto e, por vezes, aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotadores, mas absolutamente necessários para o bem-estar das pessoas. Implicam atividades complexas de gestão e organização, necessárias para o funcionamento diário do lar e de seus moradores, realizadas dia após dia nos 365 dias do ano, no lar e fora dele, no bairro e desde o

posto de trabalho assalariado, que cria redes familiares e sociais, oferece apoio e segurança pessoal e permite a socialização e o desenvolvimento das pessoas (CARRASCO, 2003, p. 17).

Essas atividades, tradicionalmente realizadas por mulheres, envolvem o trabalho doméstico familiar e o trabalho de cuidados. O trabalho doméstico integrado com o trabalho de reprodução inclui a produção de bens materiais para a manutenção física das pessoas (alimentação, higiene, saúde, outros), como também o cuidado direto de crianças e pessoas adultas, que constituem a força de trabalho e a gestão dos afetos e das relações sociais, sendo o núcleo fundamental do que conhecemos como o trabalho de cuidados (CARRASCO; BORDERÍAS; TORNS, 2011).

Em primeiro lugar, os cuidados (e o autocuidado) respondem a diferentes necessidades humanas básicas, como comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas porque, pelo menos na parte do planeta que habitamos, estão encobertas (ou estavam antes de 2008), mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. São resolvidas no interior dos lares como se fosse algo natural; mas não é. Aí atua a “mão invisível” (e o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar (BENGOA, 2018, p. 46-47).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2016 (IBGE, 2016), aponta que, entre a população brasileira com 16 anos ou mais, 52,6% dos homens afirmam se ocupar de afazeres domésticos; as mulheres representam 89,9%. A população ocupada exerce, em menor proporção, os afazeres domésticos que a desocupada e, mesmo assim, 90,5% dessas mulheres exercem esses afazeres, contra 52,8% dos homens.

Esses dados evidenciam uma relação significativa entre ocupação e responsabilização das tarefas reprodutivas, historicamente atribuída às mulheres. Dados da PNAD sobre o uso do tempo indicam que a média de dedicação semanal dos homens a essas tarefas corresponde a 10,8 horas e a das mulheres, 24,4 horas de dedicação (IBGE, 2016).

As mulheres encontram-se, portanto, sobrecarregadas pelas atividades que desempenham dentro da esfera privada. Destacamos que

O cuidado com o desenvolvimento dos filhos, justamente pela divisão desigual do trabalho dentro de casa, acaba sendo de responsabilidade praticamente exclusiva da mulher-mãe, expropriando dela a possibilidade de pensar e agir além destes limites. Ou seja, a capacidade que as mulheres têm de desenvolver-se enquanto ser e gênero humano, enquanto alguém que deseja, que raciocina, idealiza e busca realizar-se, é totalmente subtraída, pois o trabalho que elas realizam dentro do lar não é valorizado. Desconsidera-se que ele exige esforços como qualquer outro tipo de trabalho e esforços que não se limitam à condição física, mas envolvem fatores emocionais e afetivos. Há uma inversão, portanto, do caráter desta dependência, bem como um “esquecimento” proposital, fruto de um complexo sistema que o reitera continuamente por meio das relações sociais, da dependência dos homens em relação às mulheres (CARLOTO; NOGUEIRA, 2018, p. 51-52).

Ressalta-se, desse modo, que o cuidado é considerado um trabalho que pode ser realizado em âmbito formal ou informal, possui um aspecto normativo que pressupõe obrigações e responsabilidades, assim como custos financeiros e emocionais que transcendem a fronteira entre público, privado e as relações individuais, familiares e com a sociedade em geral (DALY; LEWY, 2011). Naturaliza-se, na mulher, a responsabilidade do cuidado e dos filhos e se desresponsabiliza o homem: “fica mais assim a cargo da mulher resolver essas questões que são entendidas assim como os problemas da família” (A.S.E).

Nesse sentido, a própria rede de serviços exige que a mulher mãe não negligencie os cuidados, sendo, por vezes, questionada por essa rede de proteção. No entanto, ela se depara com condições de vida precárias sem o mínimo de suporte dos equipamentos públicos. Isso denota uma visão machista dos serviços, responsabilizando e cobrando as mulheres pelo trabalho de cuidados com os filhos: “Você tem que dar conta de tudo, porque você é mulher, você é mãe” (A.S.G).

quando a gente pensa nas nossas famílias dos responsáveis familiares, em sua grande maioria nós estamos falando de mulheres, mulheres com filhos que não tem suporte dos pais, que não recebem pensão porque: Ah, o pai está desempregado, ele não tem condição de pagar pensão, a responsabilidade é da mulher, e isso vai pra além, das nossas relações com as famílias, a gente vê que no judiciário, muitas vezes isso se reforça. Então, assim: Ah, realmente esse pai não tem condição, não tem como assumir. É responsabilidade dessa mulher. Uma exigência da própria rede de serviços dos cuidados com esses filhos, de: Ah, essa mulher não pode negligenciar, não pode levar pra rua quando ela sai pra trabalhar, mas não tem vaga na creche suficiente, no centro de educação infantil, [...] ela não tem um suporte, aí tem o conselho tutelar. Assim, eu não estou dizendo que são órgãos punitivos, mas assim, que essa visão da questão de gênero, essa relação machista, muitas vezes ela é reforçada também pelos serviços quando ela exige das mulheres esse compromisso com essas crianças, com essas famílias, com os cuidados. Então assim, o homem ele não é educado para o cuidado a não ser com si mesmo, somente as mulheres, e, infelizmente isso é reforçado em muitos espaços (A.S.G).

A demanda de cuidados é caracterizada pela sobrecarga, sofrimento e desvalorização das mulheres, como pontua uma das entrevistadas:

no meu olhar é muita carga pras mulheres, é muita carga pras mães, ou quem está nesse papel, seja avó, uma tia, mas no meu entendimento, as mulheres estão muito sobrecarregadas, e muito cobradas em geral na sociedade [...] de ser que a pessoa que dá conta de tudo, que responde por tudo, que tem que saber de tudo e ao mesmo tempo não é valorizada por todo esse saber (A.S.E).

A mulher é responsável por buscar os serviços do CRAS, seja pela matricialidade sociofamiliar, evidenciada na Política Nacional de Assistência Social, e/ou pelo entendimento

construído de seu papel nos cuidados com a família. Ressalta-se, em uma das falas, a importância de se discutir o patriarcado para a compreensão da dominação a qual as mulheres estão subjugadas e que constituem esse sistema de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista.

Então assim, da forma que a política é colocada, muitas vezes é a mulher que tem que procurar o serviço, é a mulher que tem que fazer as atividades com relação ao cuidado da família, esse cuidado tem que ficar pra mulher e aí por isso que por exemplo, é tão importante a gente discutir patriarcado, como que o patriarcado ele foi estruturado, por que cobra-se isso da mulher, mas eu acho que se dá dessa forma assim nessas solicitações de um público, o público maior você via é feminino a procura (A.S.F).

Apesar de ser a mulher a principal responsável pela busca de atendimentos, uma das assistentes sociais aponta que quando o homem busca o serviço ou ocorre a busca ativa, ele, geralmente, é o chefe de família ou é solo: “[...] ele é o chefe da família sozinho sem a mulher ou é sozinho, ou é unipessoal, ou é mono parental masculino” (A.S.E), o que demonstra que, muitas vezes, é somente na ausência da mulher que esse homem busca os serviços do CRAS.

Ainda quando pensamos nos atendimentos do CRAS, a mulher é a responsável familiar - RF, ou seja, as mulheres são o foco e não se coloca o homem nessa discussão: “Ah, o RF, mas na maioria das vezes, na grande maioria a RF é uma mulher, a responsável familiar no cadastro tudo, é uma mulher e aí você acaba não inserindo o homem nessa discussão” (A.S.H). Aspecto que é mencionado também em outra fala:

Aqui no CRAS mesmo, por exemplo, [...] a mulher é a responsável familiar. A gente acaba chamando a mulher pras atividades. Cadê os homens? Cadê a parte masculina, por exemplo, no cuidado com os filhos? Se chega alguma [...] questão, alguma resposta que a gente tem que dar para ao judiciário. Quem que a gente procura? É sempre a mulher, a responsável parece que pelo cuidado ali, é só a mulher (A.S.C).

Contudo, há uma preocupação no trabalho do(a) assistente social e equipe em não culpabilizar essa mulher, caso ela não atenda de forma integral as cargas que lhes são socialmente impostas: “falando da minha prática profissional da equipe que a gente tem hoje de não reforçar isso, de dizer pra ela, que ela tem direitos, que é difícil sim, que ela está sobrecarregada, que muitas vezes ela está sozinha, que ela não tem um suporte” (A.S.G).

Nesse momento, ao refletirmos sobre o público usuário atendido pelo CRAS rural,<sup>21</sup> cabe alguns apontamentos. Assim como no CRAS urbano, a maioria das usuárias atendidas são

---

<sup>21</sup> O CRAS rural de Londrina atende os seguintes distritos: Lerroville, Paiquerê, Irerê, Selva, São Luiz, Espírito Santo, Patrimônio Regina, Taquaruna, Guaravera, Guairacá, Usina Três Bocas e Maravilha. O atendimento abrange também os assentamentos Eli Vive I, Eli Vive II e a Reserva Indígena Apucarantina.

mulheres. No entanto, algumas com maior grau de esclarecimento, militância em movimentos sociais, um número maior delas possui companheiro e são famílias com casal (perfil elaborado a partir dos atendimentos aos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II). Semelhante ao CRAS urbano, elas são as responsáveis por buscar os serviços de saúde, assistência, educação e são as responsáveis também pelo trabalho de cuidados.

Nesse cenário, dois aspectos merecem destaque: a desigualdade salarial – o homem recebe mais que a mulher para executar a mesma atividade; e, em caso de mulheres mães solas, existe, em alguns casos, uma suposta proteção desse homem – ausente na responsabilidade dos filhos e no pagamento de pensão. Por diversas razões, essas mulheres não aceitam o encaminhamento judicial, em alguns casos, por estar em situação de risco para si e os filhos, optando, desse modo, por uma relação amigável e uma contribuição ausente ou incerta de pensão.

A desigualdade salarial, a desresponsabilização dos homens no cuidado, bem como a ausência de pagamento da pensão alimentícia, que é uma obrigação que compete aos pais, são tão naturalizados que passam, por vezes, despercebidos. No entanto, é fundamental resgatar a perspectiva do direito que está escondida nessas nuances.

a renda é uma renda inferior, por exemplo, uma mulher que vai pra uma diária de cortar vassoura ou de colher batata ou plantar batata, ela recebe sessenta reais, o homem recebe oitenta em alguns locais que a gente tem conhecimento. Então assim, essa desigualdade de gênero é presente no cotidiano e é presente de tal forma que isso é incorporado com normalidade. Outra questão que aparece também é a questão quando as mulheres são mães solo e você pergunta sobre a questão do pagamento de pensão de alimentos, elas falam: Ah, não recebe são poucas as que falam que contribuí com o pagamento, elas falam ajuda: Ah, às vezes ele ajuda, é que ele também está desempregado. Então existe uma proteção até desse homem que não é presente na responsabilidade com os filhos e aí você fala: Então você quer ir pra justiça? Não, prefiro não, vamos tratar de forma amigável (A.S.D).

Relembramos que, no plano conceitual, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (o trabalho de homem “vale” mais que o trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas e podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados ao remeter ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A plasticidade desses princípios nas relações sociais de sexo pode ser notada nos dados sobre a participação de mulheres e homens na força de trabalho, nas suas respectivas rendas e no tempo dedicado ao trabalho não remunerado doméstico (BIROLI; QUINTELA, 2021).

as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, o que conecta o princípio da separação ao da hierarquização, uma vez que o trabalho não remunerado se define em continuidade com o trabalho remunerado “de mulheres” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 77).

A diferença de remuneração e, conseqüentemente, da renda para uma mesma atividade exercida pode ser observada na fala da entrevistada A.S.D., ao exemplificar que a diária no campo é inferior para as mulheres que lá trabalham e superior para os homens.

As falas dos(as) respondentes demonstram que as desigualdades de gênero podem ser observadas na presença da mulher no território pela posição que ocupa (posição esta que é limitada pela presença do homem), pelas alianças que realiza a fim de proteger-se (com as figuras do tráfico) e as estratégias de sobrevivência por ela utilizada (sexualidade).

Eu trabalho com um bairro aqui, onde essas relações são muito, muito explícitas, a mulher ela tem uma certa hierarquia ali dentro do bairro que a gente faz, nosso território, mas é até certo ponto, entendeu? Depois é a presença masculina, é ele quem vai dizer, é ele que vai [...]. Então, eu vejo ali a mulher de forma muito subalterna e isso é tratado aqui dentro do CRAS (A.S.A).

[...] dependendo das relações de cada território vai ter mais autonomia de gênero ou menor autonomia, dependendo da [...] questão das relações que elas estabelecem muitas vezes. Muitas vezes, ela pra se manter um certo poder dentro do território, algumas se aliam a figura do tráfico para poder ter ali a sua posição: Aqui ninguém me toca (A.S.B).

[...] dos atendimentos que eu fiz, assim é: Vou engravidar de fulano de tal, por que eu sou protegida de determinadas. Então, ela precisa usar muitas vezes da sexualidade dela, do corpo dela pra ser protegida também. Eu percebia muito isso nas minhas, assim, é como estratégia mesmo (A.S.H).

A inserção das mulheres em uma atividade criminosa primordialmente masculina, como o tráfico de drogas, e as razões que as motivam a praticar esse crime são descritas em uma pesquisa realizada por Barcinski (2009)<sup>22</sup>.

Os resultados demonstram que as participantes dessa pesquisa ora relatam motivos externos que justificam suas escolhas (como a falta de opção das populações marginalizadas ou o envolvimento com parceiros criminosos), ora assumem total responsabilidade por seu envolvimento. “Neste último caso, é comum que citem o poder e respeito que experimentavam como traficantes como o principal motivador para suas escolhas” (BARCINSKI, 2009, p. 577).

---

<sup>22</sup> A partir de um estudo realizado com cinco mulheres com uma história passada de envolvimento no tráfico de drogas no Rio de Janeiro, a autora por meio da análise discursiva realiza entrevistas qualitativas como forma de captar os dilemas que caracterizam como essas mulheres justificam sua inserção nessa atividade. Os dados analisados são parte de sua tese de doutorado defendida em 2006 no departamento de Psicologia da Clark University, nos Estados Unidos (BARCINSKI, 2009).

As contradições reconhecidas nos discursos das participantes apontam, simultaneamente, para o protagonismo e vitimização em suas experiências: “Nos casos acima discutidos, as participantes posicionam-se ambas como protagonistas de histórias e vítimas de uma realidade social ou pessoal fora de seu controle” (idem, 2009, p. 584).

A autora coloca que, para algumas mulheres, a inserção no tráfico de drogas foi assumida como uma escolha pessoal para obter, principalmente, poder, respeito, status social e reconhecimento externo. Essas motivações podem ser identificadas também nas falas dos(as) assistentes sociais quando mencionam sobre as relações e alianças que algumas usuárias dos CRAS estabelecem nos territórios.

Ao pensarmos sobre a sexualidade como estratégia citada por uma entrevistada, cabe destacar que o patriarcado se utiliza de uma pretensa “natureza feminina” para justificar a dominação-exploração das mulheres. Assim, o corpo feminino é utilizado para mantê-lo, tornando a sexualidade e reprodução pontos-chaves para esse sistema (DAMIÃO, 2018).

Uma fala recorrente dos(as) entrevistados(as) evidencia que as desigualdades de gênero se dão no interior das famílias, e é a partir dela, principalmente, que há uma reprodução social das relações e reforço da designação de papéis construídos socialmente: o masculino e o feminino. Embora, na fala a seguir, se responsabilize a mulher pela educação, consequente reprodução dos papéis, vale lembrar que estamos em um sistema patriarcal-racista-capitalista que opera suas determinações historicamente e socialmente.

Olha, nós é que educamos os filhos, não é? e aí tem filho e filha naquela composição familiar, mas fica claro que a educação pro filho é uma e pra filha é outra, não é? É aquela reprodução da vida, as meninas assumindo de novo o papel de responsabilidade, a carga horária dupla porque também estudam, mas fazem as atividades de casa ou cuidam dos irmãos, e os meninos já tem uma vida mais livre. Então, a mulher (ênfase) reproduz esse machismo, a mulher reproduz essa diferença de gênero, porque (risos) ela acaba sendo responsável pela educação e acaba reproduzindo esse machismo. Na minha cabeça, (risos) é [...] na vivência, acaba ficando claro isso (A.S.C).

No que se refere à relação entre os(as) usuários(as) e os(as) profissionais, as desigualdades de gênero se manifestam na agressividade e no constrangimento por parte dos homens ao serem atendidos por uma mulher – técnica do território. Contudo, essa agressividade não é expressa em outros atendimentos, visto que a presença masculina intimida, aspecto que foi relatado pelas entrevistadas. Constata-se, diante disso, que o público usuário, por vezes, respeita menos as mulheres.

[...] eu me lembro de três casos específicos que por eu ser mulher, eu tenho que me impor muito assim, porque o homem não gosta de ouvir de mim como profissional mulher o que ele está ouvindo, entendeu?! Então, é dessa intimidação (A.S.H).

[...] o público usuário respeita menos a gente enquanto mulher. Quando alguém está alterado ali na frente a gente percebe que a presença (ênfase) masculina faz com que a pessoa já se acalme, então, a gente faz essa avaliação (A.S.I).

As falas acima representam a reprodução dos valores machistas e a discriminação de gênero, ao referenciar uma masculinidade caracterizada pelo repúdio e desvalorização do feminino. A superioridade masculina é considerada natural, o que justifica seu domínio sobre as mulheres, a isso, reforça-se a utilização de meios agressivos como forma de intimidar e proporcionar medo, evidenciando, assim, o poder masculino.

Após caracterizarmos o público usuário da política de assistência social em Londrina e as desigualdades de gênero vivenciadas, abordaremos sobre como se dá o atendimento, quanto às principais demandas apresentadas, no que tange a sobrevivência, violência, desproteções e violações de direitos.

#### 4.1.4.1 COMO SE DÁ O ATENDIMENTO (DEMANDAS, QUESTÕES E DIFICULDADES DO PÚBLICO USUÁRIO)

As principais demandas apresentadas pelo público usuário, que é atendido no CRAS, são relativas à sobrevivência, renda, busca por benefícios da política de assistência social e à violência contra a mulher. A forma de abordagem dessas questões é, geralmente, unipessoal. Em contatos pessoais com as mulheres durante o processo de atendimento sob a forma de escuta, orientação e encaminhamentos, os(as) respondentes mencionam também a execução de trabalhos em grupo e a necessidade de realizá-los para o tratamento dessas demandas.

Inicialmente, dificuldades relativas à sobrevivência levam as usuárias a buscar o serviço, ou seja, a maior busca é pela provisão dos mínimos, mas surgem outras demandas no decorrer do atendimento/acompanhamento.

Questões de sobrevivência mesmo. Agora na pandemia aumentou muito, a procura por benefícios sociais e muitas delas tem vários filhos, sustentam a casa sozinha, tem que cuidar dos filhos, tem que trabalhar. Então, é questões de sobrevivência mesmo, é isso que a gente identifica, mas também é violência e todas essas questões também super complexas, mas o que mais [...] hoje no CRAS que a gente tem vivenciado mais essa demanda por sobrevivência mesmo (A.S.I).

A assistência social fica, por consequência, marcada como serviço para provisão de mínimos, de recursos para sobrevivência, atendimento às necessidades básicas, concessão de benefícios e encaminhamentos para outros serviços. Todavia, as famílias, quando acompanhadas, compreendem que o CRAS, para além da concessão de benefícios, oferta todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica e possui como funções específicas a gestão territorial e a execução do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

os atendimentos tem sido muito, aparece muita demanda, claro que a demanda que é o carro-chefe é a demanda pela necessidade de sobrevivência, o que acaba sendo a busca do benefício, mas no atendimento você vai percebendo outras demandas que daí você fica já projetando uma forma de construir esse debate sobretudo com as usuárias (A.S.D).

[...] tem uma ideia pré-concebida na cabeça das pessoas da assistência social trabalhar com essa questão só da provisão desses mínimos e a gente vai mais além do que isso, a gente faz o fortalecimento dos vínculos, tem outras questões, mas eu percebo que assim, entendo que é um pouco mais difícil pras famílias entenderem isso, depois quando elas já fazem parte de um atendimento, de um acompanhamento e daí elas compreendem que vai além, mas geralmente chega dessa forma, é pela busca por algum benefício, por alguma resposta de algum benefício que não conseguiu, que não deu certo, então, na maioria das vezes a demanda chega a questão das necessidades básicas no CRAS (A.S.E).

Os principais programas focalizados de transferência são o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>23</sup> e o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>24</sup>, sendo o primeiro sem e o segundo com condicionalidades – o que aprofundaremos agora. O PBF atende as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que recebem um benefício mensal em dinheiro, transferido pelo Governo Federal. As famílias atendidas devem cumprir as condicionalidades previstas nas políticas sociais de educação, saúde e assistência para que continuem recebendo o benefício.

A educação condiciona a frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre seis e quinze anos. A saúde prevê o acompanhamento do calendário de vacinação, do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de sete anos, pré-natal para gestantes e

---

<sup>23</sup> O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) possibilita o recebimento de um salário mínimo mensal ao idoso de 65 anos ou mais ou pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover sua manutenção ou seu provimento pela família. É necessário a comprovação dos critérios de baixa renda (a soma de todos os valores que cada família recebe, dividida pelo número de pessoas é menor que ¼ do salário mínimo) por grupo familiar. (Benefícios do cidadão – Portal da transparência, 2020).

<sup>24</sup> O PBF criado em 2003 durante a gestão do ex-presidente Lula (PT) foi extinto em 08/11/2021 por meio da Medida Provisória nº1.061, de 9 de agosto de 2021 que institui o Programa Auxílio Brasil. Para o acesso ao benefício tal como o PBF é preciso possui cadastro atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), viver em situação de extrema pobreza com renda familiar mensal de até R\$100 por pessoa; e a família pobre com renda familiar de no máximo R\$200. O novo valor médio considera a revisão do benefício básico de R\$89 para R\$100 pago para os inscritos no programa social (MAGNO, 2021).

acompanhamento para as lactantes. A assistência social especifica o acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil (MDS, 2007).

Ao priorizar o repasse de renda às mulheres, o programa condicionado de transferência de renda as envolve em uma rede de obrigações com as ações estatais, causando sua responsabilização pela gestão das condicionalidades e a penalização, via extinção do benefício, quando as exigências não são alcançadas.

Conforme citado nas entrevistas, é evidente a procura dessas famílias pela busca desse benefício como forma de possibilitar sua sobrevivência. Outro aspecto relevante é a instituição do Auxílio Emergencial – benefício concedido pelo Governo Federal às famílias de baixa renda durante a pandemia, que teve sua concentração nas camadas mais pobres. Lembrando que as famílias beneficiárias do PBF tiveram o benefício substituído pelo Auxílio Emergencial durante o período de vigência, quando este tinha valor mais vantajoso que o primeiro.

Os resultados obtidos na pesquisa “Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família: trabalho de cuidados e uso do tempo”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Mulheres e Políticas Públicas, sob coordenação da professora Cássia Maria Carlotto, do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, indicam a dependência das famílias no recebimento dos benefícios, 97,2% das respondentes da pesquisa afirmaram que a principal renda provia do benefício Bolsa Família/Auxílio Emergencial.

Outra demanda habitual do CRAS é a questão da violência contra a mulher. Muitas usuárias desconhecem o serviço específico realizado pelo CAM, quando orientadas e encaminhadas para ele, muitas vezes, não dão continuidade ao processo jurídico, mantendo-se no ciclo de violência, visto que não há uma rede de apoio para que se ultrapasse essa situação. Daí a importância de não culpabilizá-las, considerando sua fragilidade nesse momento e a dificuldade para romper com esse ciclo que, muitas vezes, é intergeracional.

Então, assim as mulheres chegam pra [...] fazer a solicitação de atendimento ou pra saber se existe algum serviço, muitas delas não sabem que existe um serviço específico, pro atendimento à mulher, não sabe que tem atendimento jurídico no CAM por exemplo, e quando elas chegam à impressão que dá é que essa violência já foi vivenciada, está sendo vivenciada há muito tempo. Quando elas chegam aqui pra gente e aí a gente faz o contato com o CAM, por exemplo, e o que a gente percebe é que não se dá continuidade e que essa mulher não tem apoio, ela não tem apoio familiar, ela não tem outras condições ali de se afastar, de romper com essa violência, ela é sempre culpabilizada por essa situação, e muitas delas vão umas duas, vezes no CAM, três, não dá continuidade, e a gente também percebe uma reprodução, muitas dessas mulheres falam, de que isso [...] Ah, isso já aconteceu. Não quero isso pra mim. Eu vi minha mãe passar por tudo isso. Então, não consegue romper esse ciclo (A.S.C).

[...] a gente percebe muito assim, por exemplo, mulheres que emocionalmente elas querem aqueles companheiros, mas é tanta luta que vem junto, então elas ficam nesse vai e vem, e aí é a gente tem que tomar muito cuidado pra não colocar elas naquele lugar, culpabilizar mesmo, não é? Por que tá nessa relação, se está vendo que não está dando certo? Que o cara só está explorando e tal? mas assim, como que eu posso responder por uma mulher que muitas vezes, ela tem aquela questão é emocional, de segurança, que ela precisa? (A.S.H).

A complexidade dessas relações e a dinâmica do ciclo da violência baseada no gênero nos levam a refletir sobre os trabalhos realizados pelo pesquisador Daniel Welzer-Lang, ao expressar que não somente os homens violentos e as mulheres vítimas de violência não falam a mesma coisa quando se enunciam as violências, mas os homens violentos enumeram mais violências que suas companheiras.

Os homens violentos definem a violência que exercem sobre sua companheira como um *continuum de violência física, psicológica, verbal e sexual, associado a uma intenção*; intenção de dizer, de exprimir um sentimento, um desejo ou uma vontade. “Era para dizer a ela...para mostrar a ela”, explicam eles quando desistem de negar. Quanto às mulheres vítimas de violência – pelo ou menos aquelas que não foram conscientizadas pela intervenção feminista –, elas definem a violência como um *descontinuum* composto essencialmente *de violência física. As violências físicas são estritamente definidas como tapas ou socos (até mesmo pontapés) associados à intenção de fazê-las sofrer*. Recolhi muitos exemplos de cenas qualificadas pelo homem de violência, em que a mulher, a partir do remorso manifestado pelo companheiro ou do pedido de desculpas (a perda de controle, o álcool, o acaso, um ato fortuito), desqualifica os golpes recebidos para defini-los como “*lances duros, atos dolorosos*”, mas não violências. Assim, violências domésticas são definidas de modo mais amplo por aqueles que a controlam e as empregam do que por aquelas que as sofrem. Chamei isso de “o binômio da violência doméstica” (WELZER-LANG, 2004, p. 114, grifos do autor).

A violência de gênero contra a mulher é um fenômeno social historicamente presente no cotidiano da nossa sociedade, e mesmo sendo considerada um grande avanço no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (VDFM), a Lei Maria da Penha reconhece que esse fenômeno é determinado por relações desiguais entre homens e mulheres que conformam padrões de gênero (AQUINO; ALENCAR; STUKER, 2021).

À vista disso, a Lei nº 11.340/2006, amplamente conhecida como Lei Maria da Penha,<sup>25</sup> alterou o enquadramento da violência doméstica e familiar contra as mulheres ao adotar um conceito de violência multidimensional que inclui ações ou omissões pautadas no gênero e manifestadas nas formas física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, nos ambientes

---

<sup>25</sup>A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) considerou o Estado brasileiro responsável por negligência, omissão e denegação de justiça diante das inúmeras agressões que Maria da Penha Maia Fernandes havia sofrido e denunciado publicamente durante anos. As denúncias apresentadas por ela aos órgãos de justiça não foram vistas com a atenção adequada constituindo aspecto central da responsabilização internacional do país (AQUINO; ALENCAR; STUKER, 2021).

doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima, assumindo a questão enquanto problema de responsabilidade pública (AQUINO; ALENCAR; STUKER, 2021).

Para esse enfrentamento, previu um modelo de atuação abrangente, que prevê ações do âmbito jurídico e das políticas públicas sociais, baseadas em três eixos distintos: prevenção da violência, proteção integral e especializada às vítimas e responsabilização criminal dos acusados. Um dos desafios para o enfrentamento da VDFM é desnaturalizar os comportamentos geradores de violência e contribuir para que essas mulheres rompam com o ciclo de violência (IDEM, 2021).

Nesse contexto, a cidade de Londrina pode ser considerada privilegiada quanto a oferta de serviços e ações de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. A existência da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) e outros equipamentos de proteção, como a Delegacia da Mulher (implantada em 1986, uma das primeiras no país), o CAM (enquanto serviço que a assistência social mais realiza encaminhamentos devido à alta demanda das usuárias), o acolhimento Canto de Dália, o Programa Rosa Viva, a Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Crimes Contra Criança e ao Adolescente e a Rede Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual, são exemplos disso e materializam-se como resultado de lutas.

É importante registrar que uma pesquisa realizada em agosto de 2021, pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), durante a pandemia, aponta que, para 20,3%, houve o aumento da violência contra a mulher, em 11,3% o aumento da violência contra crianças e adolescentes, em 7,3% contra as pessoas idosas e 3% contra pessoas com deficiência. Contudo, para a maioria dos municípios (70.7%), não houve aumento da violência (CNM, 2021).

O aumento de casos de violência contra a mulher durante a Covid-19, em 483 municípios do país, demonstra o quanto esse fenômeno social é pautado no machismo que estrutura nossa sociedade patriarcal e obstaculiza o enfrentamento das mulheres em situação de violência, o que denota que essas mudanças estruturais levam tempo e é preciso considerá-lo.

No momento da pandemia, tornou-se evidente para os(as) entrevistados(as) que o trabalho ficou circunscrito na administração do repasse de benefícios, conforme pontuado acima e expresso na seguinte fala: “[...] a gente teve um momento muito grande de atender, isso é fato, isso está colocado (ênfase), só atendimento voltado pra benefício<sup>26</sup>, isso foi uma questão

---

<sup>26</sup> Com a instituição do cartão “Comida Boa” (benefício de transferência de renda estadual do estado do Paraná) a concessão de benefícios tornou-se ainda mais expressiva no trabalho desenvolvido pelo CRAS na pandemia.

assim que ficou muito forte pra gente [...]” (A.S.F). É nesse cenário que a desigualdade de gênero aparece com mais ênfase, uma vez que a procura é centrada na figura da mulher, é ela quem procura a assistência.

Entretanto, os(as) entrevistados(as) analisam que houve um aumento da procura por homens na pandemia pelo serviço: “[...] eu acho que com a pandemia é a gente teve muita procura de homens no serviço [...] eu cheguei a atender várias pessoas que não tinham um histórico de passagem pela assistência” (A.S.F).

A forma como se dá o atendimento dessas questões, em sua maioria, é unipessoal no acompanhamento a essas mulheres usuárias da política de assistência social, vinculado às atividades em grupo desenvolvidas pelos(as) técnicos(as) de referência do território. Todavia, devido à pandemia e ao isolamento social instaurado, o atendimento presencial tornou-se online, as atividades em grupos e reuniões intersectoriais foram interrompidas, aspectos que, no momento de realização das entrevistas, estavam em processo de reabertura por conta da vacinação contra a Covid-19.

Com base nisso, alguns exemplos de atividades coletivas promovidas pelo CRAS para as usuárias foram citados pelos(as) profissionais. As discussões em grupos proporcionavam reflexões acerca de temas como desigualdade salarial, a hierarquia da mulher no bairro, violência contra a mulher e o fortalecimento de datas como o Dia Internacional da Mulher. As parcerias com o CAM proporcionaram a realização de oficinas de orientação sobre a violência doméstica para as mulheres:

a gente tinha atividades com o CAM, oficinas de orientação de quais violências. É [...] não só a violência física, muita gente acredita essa questão da violência para as mulheres, aparece a violência física ou sexual, e a gente trabalha tudo isso, todas essas questões, o CAM, conseguia trazer muito isso [...] dessa educação, dessa questão cultural construída” (A.S.C).

O trabalho na rede intersectorial foi citado pela articulação entre saúde, educação e assistência. O CRAS dialoga igualmente com o CAM, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) e o acolhimento Canto de Dália, o que possibilita discussões com essa rede de enfrentamento à violência contra a mulher e situações de violações de direito, assim como os encaminhamentos.

A gente tem o trabalho em rede: saúde, educação e assistência. Então, isso também surge e existe esse trabalho articulado com a Secretaria da Mulher, do encaminhamento, do acompanhamento dessas demandas, do próprio acolhimento Canto de Dália quando é necessário em situações urgentes é [...] de hora ela estar lá, hora ela volta pro território da gente, também está presente às vezes até fazer o

acompanhamento juntos. Então, nesse sentido, principalmente com a Secretaria da Mulher. A gente percebe ainda assim educação, saúde, ainda, não que a gente também não precise, mas também precisa avançar muito nessa discussão, dessa identificação, dessas questões, de trabalhar isso com esse público (A.S.G).

Evidencia-se que a intersetorialidade, enquanto ferramenta e mecanismo de gestão, é um dos desafios no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Ela apresenta a possibilidade de articulação e integração entre as políticas sociais de forma que atenda a totalidade dos problemas dos usuários. Entretanto, frequentemente, tais problemas são tratados de forma fragmentada, dificultando um trabalho em rede (MEDEIROS, 2017).

Nas entrevistas realizadas, observa-se que o trabalho em rede se dá mais em termos de encaminhamentos, não há uma ação organizada, sistematizada e articulada entre os serviços que atuam de modo particular frente à demanda apresentada pela pessoa usuária.

Para o planejamento de atividades, argumentou-se que as ações coletivas consideram as mulheres o público majoritário atendido pela assistência social. Ressalta-se, além disso, que o CRAS pode desenvolver seu planejamento de atividades de acordo com as demandas do território: “cada CRAS têm, tinha o seu planejamento e tal. É a gente acaba às vezes vendo ali naquele território o perfil das pessoas pra pensar em atividades” (A.S.J).

No que tange ainda aos atendimentos e sensibilizações, as questões de gênero são abordadas com as usuárias.

Então, o nosso planejamento sempre é [...] bem focado nas mulheres que é o público que acessa mais o CRAS e nas atividades que a gente realiza a gente sempre aborda questões de gênero com as próprias usuárias e nos atendimentos também, de sensibilização e essas coisas sempre acaba permeando nosso atendimento, a nossa abordagem com essas mulheres (A.S.I).

Uma fala recorrente era sobre a retomada das atividades coletivas no planejamento para o próximo ano. Há uma preocupação em estabelecer uma relação horizontal com as usuárias, de modo que elas possam expressar seu desejo de participar, suas opiniões, anseios, demandas e temas de interesse para as discussões em grupo.

[...] a intenção é que a gente faça isso no planejamento agora pra desenvolver o ano que vem junto aos grupos de mulheres, junto aos grupos de adolescentes que a gente ainda pensa em se formar, elas vão falar, claro, as demandas, os desejos, de participar ou não, porque é uma relação horizontal, é sobre a vida delas, então, elas tem que opinar sobre a vida delas, se querem, se não querem, se desejam participar, se não desejam, e se desejam quais elementos que traz interesse a elas, e de qualquer forma nesse espaço percebendo também pela nossa atuação profissional a gente perceber que tem uma situação recorrente seja de violência, seja de discussão mesmo do papel da mulher nessa sociedade que a gente possa fazer isso, a intenção é pro ano que vem desenvolver essas ações (A.S.D).

Quando se reflete sobre os atendimentos unipessoais, os(as) assistentes sociais orientam e intervêm com a compreensão das desigualdades de gênero, raça/etnia e classe, mas isso não é um direcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social ou da Política Nacional de Assistência.

Os profissionais têm essa, vários profissionais, estou falando agora da assistência têm essa percepção, têm esse conhecimento no seu cotidiano de trabalho conseguem perceber isso, orientar, intervir pra essa, nesse sentido, nessa direção de reconhecer e de a partir desse reconhecimento dessa desigualdade, dessa desigualdade de gênero, por meio da raça também, de etnia, conseguem perceber isso e fazer uma orientação, fazer um atendimento diferenciado, fazer observações com essa usuária nesse sentido, mas dizer que isso é um direcionamento da secretaria ou da política de assistência, não mesmo (A.S.D).

Após analisarmos como se dá o atendimento às usuárias dos serviços (demandas, questões e dificuldades) aprofundaremos, no próximo tópico, como se dá o debate das desigualdades de gênero, raça/etnia e classe social no âmbito da assistência social, como se dão as relações na equipe profissional e, por fim, como esse debate deveria acontecer de acordo com os/as profissionais.

#### 4.1.4.2 O DEBATE E SEUS DESAFIOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA

Analisamos, neste momento, como se dá o debate de gênero, raça/etnia e classe no âmbito da Política de Assistência Social no município de Londrina, posteriormente, abordaremos sobre o planejamento de ações para o enfrentamento das demandas, o trabalho intersetorial, como se dão as relações no âmbito profissional e, por fim, quais são os principais desafios e perspectivas.

A maioria dos/as entrevistados/as argumentam que o debate de gênero, raça/etnia e classe no âmbito da Política de Assistência Social é muito informal, pontual, discutido na equipe do CRAS, em reuniões, eventos, mas sem um eixo estruturante. Alguns profissionais analisam que essa discussão não se consolida, não se articula com demais políticas sociais, assim como o próprio trabalho em rede. A informalidade e pontualidade do debate são expressas nas falas a seguir.

[...] às vezes uma avaliação de conversas mais informais, mas não que seja algo formulado, que seja um debate, uma formação relacionada a isso, uma coisa mais bem elaborada. Eu acho que é mesmo uma questão mais informal (A.S.F).

[...] então assim tem uma coisa aqui, outra ali isolada, não é algo assim, é um eixo (ênfase), sabe? Eu acho que falta bastante isso, principalmente na nossa política, no meu entendimento isso deveria ser algo assim é [...] um pilar (ênfase) pra gente pensar a partir disso (A.S.E).

Por esses motivos, entende-se que não há um eixo estruturante para o debate, que ainda é extremamente frágil e aparece de forma doméstica:

[...] é frágil esse debate e no cotidiano profissional isso não aparece, só aparece assim de uma forma muito doméstica mesmo, numa conversa ou num apontamento que a gente está fazendo aqui, mas de orientação, de ser uma linha, vamos pensar pra construção de respostas, estratégias metodológicas, não (A.S.D).

O exemplo da discussão em equipe aparece em outra fala: “Eles são discutidos sim, são discutidos aqui entre nós equipe. A rotina de trabalho a gente tenta criar formas de trabalhar isso com as famílias, com grupos” (A.S.C). O debate no CRAS, nas reuniões, planejamentos e eventos também é citado:

É, então a gente discute isso no cotidiano, nas reuniões, nos planejamentos, é alguns eventos que foram organizados, pelo ou menos aqui em Londrina, que eu participei tinha essa discussão de gênero, de etnia (A.S.H).

Nesse contexto, em uma das falas, argumenta-se que a Política de Assistência não se articula com as demais políticas, discutindo questões relacionadas ao debate de gênero, raça-etnia, classe.

E eu vejo que ele é debatido, mas é aquilo, é debatido como? Com que ferramentas? Fica um discurso bonito. Então, vamos colocar em prática? Vamos. O que você tem para colocar em prática? E vem um silêncio, vem o silêncio. Por que vem o silêncio? Porque não se articula, porque não consegue ultrapassar o próprio umbigo, não articula com as políticas do trabalho, com a política de educação, com a política de cultura, é uma política que fala bonito, mas faz pouco (A.S.A).

Por outro lado, a minoria afirma que esse debate não ocorre. “Olha, o que hoje eu vejo? Eu não vejo isso como uma pauta dentro do município de Londrina, certo?! Dentro da Política de Assistência dentro do município de Londrina” (A.S.B).

Contudo, conforme mencionado de maneira geral, o debate acontece de forma muito esporádica e informal, surge na conversa com os colegas, em algumas reuniões, quando se está tentando planejar alguma atividade, ainda que não seja questão sistematizada.

Nesse sentido, essa questão se assemelha ao modo como se dá o debate na formação acadêmica, conforme relatado acima, no curso de graduação em Serviço Social, os(as)

alunos(as) relatam que, embora tenham tido contato com o tema, por vezes, ele não era transversal, articulado com as demais disciplinas e aprofundado, mas tratado, pois o(a) professor(a) possuía afinidade com o tema, o que proporciona um rebatimento na prática profissional conforme manifestado nas falas.

#### 4.2 O PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA ENFRENTAR AS DEMANDAS E TRABALHO INTERSETORIAL

Os(as) profissionais, quando questionados(as) quanto ao planejamento de ações para o enfrentamento das demandas (relacionadas às desigualdades de gênero, raça/etnia e classe) e o trabalho intersetorial existente, de forma geral, argumentaram que não existe um trabalho intersetorial, mas há um esforço para construí-lo. Citaram também algumas ações que estavam sendo retomadas, por meio do planejamento de atividades coletivas, como oficinas, discussão das demandas e articulação com os demais serviços socioassistenciais da rede, uma vez que, devido à pandemia, o foco era a concessão de benefícios.

A gente está num planejamento agora de retorno das atividades coletivas. É, esse tema já surgiu, a questão de gênero, violência, patriarcado, a gente está pensando em oficinas pra trabalhar isso. Em outros momentos já trabalhamos, porque como eu falei nesse território a gente tem muita essa presença da violência contra a mulher, assim, eu identifico assim muito nos atendimentos. Então, já trabalhamos com elas coletivamente (ênfase), sempre coletivamente, e, temos aí um planejamento de retornar isso pra 2022 por conta da pandemia, essas atividades coletivas foram suspensas por um tempo, mas a gente tem propostas de trazer oficinas. Assim, pode ser que a gente faça parceria com a Secretaria da Mulher, pode ser que não, a gente tem também uma proposta da Secretaria de Assistência de ter oficinas temáticas, então de ter profissionais especializados, a gente pode inserir essa temática também, mas sempre no coletivo. O individual eu acho que ele fica mais naquela identificação mesmo do que a mulher traz, mas é o trabalho coletivo ele é mais amplo pra trabalhar algumas questões até de identificação entre elas (A.S.G).

Uma das assistentes sociais coloca: “[...] a gente tem reuniões de rede em que a gente sempre discute os casos e busca [...] encaminhamentos em conjunto, com as outras políticas” (A.S.I). Essa articulação acontece com a saúde, educação, assistência, Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, acolhimento Canto de Dália e, expressivamente, com o CAM (amplamente abordado no tópico: Como se dá o atendimento - demandas, questões e dificuldades do público usuário).

Ao pensarmos nas particularidades do CRAS rural, faz-se necessários alguns apontamentos, pois o trabalho intersetorial para o tratamento dessas demandas carece de serviços.

[...] a zona rural ela é muito carente de serviços, os serviços tem, a gente tenta potencializar as articulações em rede, então, uns distritos a gente consegue mais, outros distritos a gente consegue menos (A.S.D).

Os serviços da proteção social básica executados nos CRAS promovem também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, permitindo o desenvolvimento de ações intersetoriais que objetivem a ruptura com o ciclo de reprodução intergeracional de exclusão social dessas famílias e indivíduos, evitando que os mesmos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos (PNAS, 2004).

O encaminhamento é uma das dimensões, mas não corresponde à totalidade do trabalho em rede, considerando que:

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (PNAS, 2004, p. 94).

A rede socioassistencial, em razão de suas características, deve envolver os demais serviços de proteção social básica, caminhando para que os direitos sejam alcançados de modo integral. É necessário constituir uma forma organizacional mais dinâmica e articulada, esforço esse que é citado pelos(as) assistenciais.

Argumenta-se que essa discussão fica a critério do CRAS ou do seu planejamento para aquele território, pois quando se tem uma discussão em rede para o trabalho intersetorial, o debate é frágil.

Não obstante, alguns assistentes sociais mencionaram a ausência de planejamento institucional que se reverbere na prática de trabalho: “Pode até ter um planejamento institucional lá dentro, mas ele não decorre na prática, ele não é abordado na prática, ele não é nem suscitado na prática” (A.S.A).

Colocam, também, que não há um trabalho intersetorial para o tratamento das demandas e, ao se realizar os encaminhamentos, a integralidade do sujeito perde-se. Multiplicam-se os encaminhamentos, tornando o processo ainda mais penoso ao usuário e, por diversas vezes, não se atende toda ou parte de suas demandas. Mas como tratar todas as demandas apresentadas frente a complexidade que é o sujeito e o alcance limitado da política?

Então, assim, é [...] falar em intersetorial, a gente nunca caminhou para isso, eu acho que nós nunca caminhamos para uma política intersetorial, pode ter momentos multi, momentos onde cada um faz assim e faz determinadas coisas dentro das suas especificidades, mas inter a gente não consegue. Eu acho que nós nunca conseguimos passar por isso daí, eu acho que está assim: É cada um no seu quadrado. Cada um com um recorte com seus sujeitos que atende e assim vamos indo, se aquilo delega, demanda para o outro, o outro já fala: Não, isso aqui não é meu. Então, assim, nós

fatiamos muito o sujeito, nós até fatiamos tanto o sujeito, porque também a gente não dá conta da complexidade que esse sujeito traz, a complexidade que ele traz. Então, a gente acaba fatiando tanto, porque se não a gente não consegue fazer nada, mas ao fatia-lo, ele se perde, porque daí você vai ter que pegar essa mulher encaminhar ela para a Saúde, para a Mulher, para a Assistência, e se ela for idosa para o Idoso, dependendo se tiver [...], então, você acaba a fatiando dentro das suas identidades (A.S.B).

Ressaltamos que a Assistência Social, como uma política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, ao considerar as características da população por ela atendida, deve inserir-se na articulação intersetorial com as outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e mantenha-se o acesso e qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos (PNAS, 2004).

Nessa vertente, “a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política” (PNAS, 2004, p. 44). Trabalhar em rede, a partir da concepção territorial, significa ir além da adesão, é preciso romper com os velhos paradigmas que, historicamente, foram pautados na segmentação, fragmentação e focalização.

Isso expressa o desafio de se repensar o desenho atual da rede socioassistencial descrita na fala do A.S.B, caracterizada pela fragmentação e isolamento de ações. O direito do usuário deve ser assegurado de forma integral, como prevê a PNAS, o que supõe superar a fragmentação dessa política na perspectiva de toda sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e número potencial de usuários.

Os(as) entrevistados(as) argumentam que não há uma diretriz específica para o enfrentamento das demandas, o que existe é a possibilidade que o profissional estruture uma proposta, mas não há uma orientação que norteie essas ações.

É eu acho, assim que ainda não existe, algo assim pronto, estruturado, uma diretriz específica assim tratando desta temática, assim como um eixo se debate muitas questões, mas assim não tem uma diretriz, nesse sentido. Então assim, eu posso se eu quiser, estruturar uma proposta, eu tenho liberdade, eu posso, mas assim, eu não tenho já algo que já vem assim pronto que daí eu já tenho ali um caminho pra seguir, então, se eu tenho essa vontade, eu tenho que buscar alguma fonte, eu tenho que criar algo (A.S.E).

Isso nos indica a ausência de uma política municipal que enfrente as questões de gênero. Essas questões ficam a cargo das iniciativas e interesses individuais para sua construção, como também dependem dos esforços do território, ou seja, percebe-se, novamente, que fica a critério de cada CRAS, não há uma diretriz para isso.

#### 4.2.1 COMO SE DÃO AS RELAÇÕES NO ÂMBITO PROFISSIONAL? (DEMANDAS, QUESTÕES E DIFICULDADES)

A princípio, as assistentes sociais consideram que a Política de Assistência Social, por ser uma área de atuação ocupada principalmente por mulheres, tende a ter um embate das desigualdades de gênero de forma mais tranquila, mas apontam formas de tratamento diferentes devido ao gênero, à reprodução social dos papéis, à divisão sexual do trabalho, aos cargos de chefia ocupado por mulheres e à discriminação de gênero, o que será analisado a seguir.

Os homens entrevistados relatam as desigualdades de gênero no tratamento que lhes é direcionado, como se houvesse um estigma por ser homem em um ambiente ocupado predominantemente por mulheres. Um deles pontua a necessidade de se reafirmar nos espaços que ocupa devido ao ideário de masculinidade que é construído socialmente. Essa reafirmação também é mencionada pelas assistentes sociais. Contudo, refere-se à dúvida que se coloca diante de seu profissionalismo, constantemente, elas reafirmam e explicam suas decisões profissionais pelo fato de serem mulheres.

Olha, na nossa equipe e vamos pensar o universo do Serviço Social e o universo da Secretaria de Assistência Social, nós temos um corpo de trabalhadores eminentemente feminino, formado por mulheres, enfim. E eu percebo até que as vezes, eu vou falar de um sentimento meu, e eu sofro muito com isso, sabe? Por ser homem e nem sempre eu sou tratado na mesma medida enquanto trabalhador/trabalhadora. Parece que eu carrego um estigma de ser homem: Ah, lá está vendo? Lá vem o patriarcado aqui, e nem sempre é isso, sou mais um, sou alguém que quer compreender, que se esforça (A.S.A).

[...] a gente sofre também as consequências dessa questão de gênero, a gente tem que se reafirmar todo o dia nesse espaço, nesse espaço masculino, todo o dia nós temos que estar reafirmando. Falar: Ah, não, eu por exemplo, eu não troco lâmpada, minha esposa troca lâmpada, Mas que vergonha! Eu não dirijo, Ah, mas que vergonha! Minha esposa dirige. Então, assim, você tem que sempre estar reafirmando, sendo obrigado a reafirmar aquela posição, dentro disso e daí você tem até que controlar o teu tom de voz, porque se você, óbvio tem um tom de voz um pouco mais firme, é [...] gera um conflito maior, acaba gerando algum desconforto no outro, então você também tem que se policiar diante dessa questão (A.S.B).

No segundo trecho, observamos os estereótipos de masculinidade vinculados ao comportamento e atributos associados ao ideário do que é ser homem. O reforço dos papéis de gênero reflete a construção social dos sexos. Assim, a construção social da masculinidade é marcada pela desvalorização do feminino e reforçada por valores associados à masculinidade dominante, caracterizada pelo distanciamento emocional, agressividade e comportamentos de risco (GARCIA, 1998).

Nesse sentido, “para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo...senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos

homossexuais. Homofobia e dominação das mulheres são as duas faces de uma mesma moeda” (WELZER-LANG, 2004, p. 118). Os comportamentos e atributos que confrontam a perspectiva tradicional de masculinidade são alvo de desvalorização e deboche, como aponta a fala do entrevistado A.S.B.

Outro aspecto colocado por esses assistentes sociais é a reprodução social dos papéis e a divisão sexual do trabalho, presentes tanto na vida das usuárias quanto nas das técnicas de referência do CRAS. O recorte de gênero faz-se na reprodução das desigualdades, a sobrecarga das mulheres, o papel dos cuidados, a violência, o machismo e, por vezes, a subalternidade.

E a gente vê isso dentro do Serviço Social, é triste falar (riso de desconforto) mas tem muita gente, inclusive que trabalham conosco que fazem esse discurso, mas na prática são alvo de violência, que na prática do seu cotidiano, na sua vivência sofrem o patriarcado, não tem a gestão familiar compartilhada, não tem os deveres cotidianos compartilhados, há uma hierarquia e por assim dizer (riso de desconforto), até uma certa concessão do homem para deixar a mulher trabalhar fora, é como... eu vejo isso aqui dentro, eu vejo isso, entendeu?! (A.S.A).

Nesse tempo de pandemia, o que a gente vivenciou com os alunos, eu ouvi relatos delas também vivenciarem de ver: Olha, quem de dentro da minha família pode ficar aqui? Ah, não, vamos ter que chegar mais tarde porque tem que acompanhar o meu filho nas atividades online. Ah, não, tenho reunião na escola, então depende de [...]. São questões que são presentes na vida delas que são presentes na vida das nossas usuárias, porque daí tem sempre que estar ordenando, fora, então, as questões como eu já disse, pessoais, subjetivas em relação ao que muitos colocam. Então, a questão do cuidado está lá presente também (A.S.B).

As desigualdades de gênero e a reprodução dos estereótipos estão presentes na percepção de um dos assistentes sociais, que acredita que as relações de trabalho se alteram conforme o gênero das chefias. O relacionamento entre os homens é baseado no poder, competição e conflito. Já o relacionamento entre a chefia feminina com os demais é caracterizado pela cooperação e acolhida, aspectos estes evidenciados a seguir:

Eu, por exemplo, estou aqui e é interessante que as minhas relações quando tem chefia feminina, eu tenho mais tranquilidade de lidar do que quando tem chefia masculina. Então, é muito mais tranquilo da gente estar lidando do ponto de vista de que há maior acolhida, maior respeito, maior empatia, de que quando tem chefia masculina, porque daí a chefia masculina parece que você estando do sexo masculino, você estaria competindo com o outro, parece que dá essa impressão, mas eu acho que é fundamental a gente pensar que nós também dentro do Serviço Social, a gente está constantemente tendo que nos reafirmar, então, essa relação também é complicada mesmo a gente tendo uma posição favorável para nós, mas a gente tem que reafirmar constantemente enquanto profissional (A.S.B).

O sujeito entrevistado reconhece os privilégios que são dados aos homens em uma sociedade patriarcal: “Então, é [...] eu acredito que assim, é desumano para elas, é desumano

no fundo, é desumano. Você estar na minha posição é muito mais *confortoso* é muito melhor do que estar na pele delas” (A.S.B). Soma-se a isso o fato de ser mulher em uma sociedade patriarcal-racista-capitalista, estar ininterruptamente sobrecarregada de responsabilidades e marcada por sofrimentos em sua trajetória.

Aparece, nas falas, a importância de se discutir a presença dos homens no Serviço Social enquanto uma profissão dominada por mulheres, quer dizer, a importância de se refletir a construção social que se tem em torno do feminino e das profissões por ele desenvolvidas como o Serviço Social. Nisso, identifica-se o que discutimos quanto à divisão sexual do trabalho: profissões ligadas ao cuidado são consideradas femininas, como o Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia, exemplo citado em uma das falas.

Eu acho que é importante às vezes a gente pautar acho que essa questão dos homens dentro do Serviço Social, eu acho que isso aí é fundamental a gente estar pautando: Como que esses homens também chegam até o Serviço Social? O Serviço Social é assim uma opção do cuidador, dos cuidados. Então: Como esses homens chegam até aí pra cá? (A.S.B).

[...] a própria é divisão social do trabalho, [...] ela oferta pras mulheres (risos), essas profissões que se dão mais para o cuidado, pras pessoas, pra ouvir as pessoas, por exemplo, a enfermagem, a psicologia, o serviço social, [...] a pedagogia são profissões de cuidado e de característica feminina (risos). Então, na nossa profissão tem essa questão, e para os homens, essa divisão do trabalho, é clara. É clara essa desigualdade que para a mulher é o cuidado e pro o homem são outras questões, mais exatas, de maior prestígio (A.S.C).

A divisão sexual do trabalho se expressa também em determinadas atitudes exemplificadas por uma profissional: chama-se um homem para carregar coisas pesadas, se conversa com ele sobre temas diversos que não são o cuidado com a família e filhos, mas do chamado universo masculino. As mulheres são chamadas para a decoração e, com elas, as conversas do universo feminino: filhos, casa. Endente-se, assim, a reprodução das relações de discriminação no cotidiano da equipe como nos exemplos acima. Se reproduz, nesse universo micro, o que acontece no macro na sociedade.

[...] aí se precisar carregar uma caixa pesada: Ah, vamos chamar o fulano (risos), que fulano vai ajudar a gente, um homem, mas se for alguma coisa assim aí vamos pensar em fazer uma decoração de uma temática do mês, alguma coisa assim, ninguém vai pensar no fulano, (risos), vai ser uma mulher que vai ficar responsável por isso assim. Então coisas bem básicas assim é a mesma coisa que acontece na sociedade, **acontece na sociedade, acontece no nosso espaço de trabalho, espaço profissional, na nossa família isso é assim a gente é um recorte também da sociedade, então a gente reproduz** e por mais que às vezes a gente é enquanto técnicos, assistentes sociais ou psicólogos, a gente já aprofunda um pouco mais nessas questões, isso é tão presente, está tão enraizado que a gente reproduz às vezes sem perceber essas questões, relacionadas ao cuidado, assim nas conversas, por exemplo, é mais comum você ver

alguém perguntar de filho pra uma mulher do que pro homem. Então, assim, nas conversas paralelas, quando você está descontraindo, tomando um café, tomando uma água, vai conversar um assunto aleatório, paralelo, vai ser muito mais fácil ter conversas sobre criação de filho, coisas assim do chamado universo feminino direcionadas às mulheres e não aos homens, pros homens vai perguntar de namorada (risos), de carro, de estudo, de concursos, não que pras mulheres também não tem esses diálogos, essas perguntas, mas essa diferença, como eu falei, **eu percebo que a gente acaba reproduzindo aquilo que acontece dentro aqui do nosso microuniverso o que acontece fora no macro, por mais que a gente também tenha conhecimento a gente acaba reproduzindo. Então, tem essas questões também** (risos) (A.S.E. grifos nossos).

Apesar disso, algumas entrevistadas não identificam as desigualdades de gênero com a equipe profissional e as justificam por ser um ambiente ocupado predominantemente por mulheres, com a presença de poucos homens na equipe.

[...] aqui dentro de verdade eu não percebo esse tipo de desigualdade no sentido de manutenção desses valores conservadores de reduzir direitos de mulheres, não. Aqui os homens eles são minoria a gente tem uma relação bem aberta, tem um respeito, uma consideração muito grande pelo nosso trabalho como equipe, no sentido de que somos mulheres poderosas, somos mulheres que cuidam das nossas vidas, de acordo com as vidas que decidiram levar. Estou aqui pensando, mas a gente não tem essa relação de desigualdade pelo ou menos dentro desse CRAS eu não percebo (A.S.D).

Ainda relativo à relação com a equipe profissional, muitas das entrevistadas reiteram uma boa leitura da equipe frente às questões das desigualdades de gênero e o debate sobre o assunto.

Eu acho que a gente é uma equipe muito boa pra lidar com isso. Assim, a gente tem na nossa equipe é uma tentativa de ser muito, tentar ser o mais transparente possível enquanto a gente está enquanto equipe, então se aparece alguma questão a gente sempre compartilha, debate entre a gente de inclusive de ter divergência de opinião, então, eu acho que nesse sentido é muito boa (A.S.F).

Em contrapartida ao que foi exposto, está presente, em uma das narrativas, que, embora a equipe possua uma boa leitura da questão de gênero, a relação com os homens não é tão tranquila:

Assim, eu percebo que todo mundo tem uma boa leitura dessa questão de gênero, do machismo, sociedade, tudo mais, mas entre nós pensando na relação com esses homens que estão aqui, eu não vejo que isso tenha ficado talvez tão, é tenha se feito muito presente (A.S.G).

Referente à relação com a equipe profissional, uma entrevistada relata certos conflitos, as demandas da mulher/mãe/profissional dificultam as relações no trabalho, cita o exemplo dessa mulher ter que levar o filho ao médico e suas atividades serem atribuídas aos colegas. Além disso, elas possuem prioridade nas escolhas das férias em meses como janeiro/julho. Com

isso, a entrevistada sugere que a política de Assistência Social no âmbito municipal deveria ter estratégias melhor definidas para lidar com conflitos internos da equipe que não dependessem da sensibilidade individual.

[...] estamos falando de um serviço público, mas assim como qualquer outra empresa, eu acho que há essa dificuldade, por exemplo, da mulher também ter como exercer o seu papel de mãe, de profissional, essa dificuldade que eu falei pra você da questão dos horários de trabalho, quando precisa levar a criança no médico ou alguma coisa assim as relações de trabalho ficam mais dificultosas entre equipe (A.S.J).

Observamos, aqui, a reprodução do papel de cuidados. Espera-se que a mulher-mãe atenda as demandas dos filhos e desempenhe, de modo eficaz e eficiente, seu trabalho profissional. Entretanto, tais cobranças não são sequer direcionadas ao homem-pai, não há o compartilhamento de responsabilidades dos filhos, não se questiona de que forma ele desempenhará sua atividade profissional, pois não se espera que ele interrompa constantemente seu trabalho para atender as demandas dos filhos, afinal, espera-se que quem faça isso seja a mulher.

Essa entrevistada observa, também, a discriminação existente e a diferença quando se contrata um homem, há uma visão machista/sexista de alguns profissionais ao aprovarem a contratação de um homem, pois ele não engravida, e mesmo sendo pai, não assume suas responsabilidades. A discriminação de gênero está também em não nomear uma mulher que estava grávida para a coordenação, exemplo visto no ambiente de trabalho.

Eu já vi na Assistência não aqui, já faz um tempo: Aí, que bom que contrataram recepcionista homem, porque daí o homem não tem esses problemas de levar a criança no médico, não sei o quê. Sabe? esse tipo de discussões assim. Eu já vi na Assistência também de não chamarem uma pessoa pra coordenação, porque ela estava grávida: Ah, mas ela tá grávida, ou seja, ela vai ganhar neném, vai ficar de licença a maternidade aí 6 meses. Sabe assim? (A.S.J).

Similar a esse exemplo, uma outra assistente social cita que participou de uma seleção para a residência multiprofissional em saúde da família, sendo aprovada em todas as etapas. No momento da entrevista, foi questionada sobre seu envolvimento e dedicação caso conseguisse a vaga, porque era recém-casada, porque poderia engravidar, poderia ter licença maternidade, para sua surpresa, todas essas indagações vieram de um assistente social.

Melhor dizendo, não se espera na conduta de um profissional do Serviço Social a reprodução de valores e percepções repletas de princípios conservadores, com questionamentos que só foram realizados pela participante ser mulher, vemos aqui a marca de gênero expressa de modo contundente. Em uma análise mais ampla, isso fere até mesmo Código de Ética do/a

Assistente Social. Onde estaria o respeito à liberdade de escolha caso a participante decidisse por engravidar, por exemplo?

Como já mencionado anteriormente, a profissão e a assistência social são espaços ocupados principalmente por mulheres, como aponta uma das entrevistadas: “O Serviço Social é uma área dominada por mulheres, então cargos de chefia tudo isso a gente vai ter muito a presença de mulheres, poucos homens” (A.S.G). Logo, os cargos de chefia são ocupados por mulheres: “[...] nós temos dez CRAS aqui em Londrina, as dez são mulheres, coordenadoras mulheres. Nós temos as gerências acho que tem duas gerências que são masculinas, a grande maioria são mulheres” (A.S.H).

De outro modo, uma entrevistada considera a existência de um número restrito de homens trabalhando na assistência e que, na maioria das vezes, estão nos cargos de chefia conforme descrito abaixo:

[...] se a gente falar, for discutir essa questão de gênero, por exemplo, na política, tanto na política quanto na profissão inclusive, se a gente for olhar pra nossa profissão é majoritariamente feminina, e daí se a gente for olhar pros campos de trabalho a gente vai ter um número muito pequeno de homens trabalhando, pelo entendimento mesmo do que é a profissão, mas eu acho uma coisa que é muito interessante que a gente discute entre a gente é que **quando a gente tem os homens a gente tem os homens ocupando cargos que são de chefia, então, já é assim, se a gente olhar pros homens que estão na política que a gente trabalha nessa secretaria, esses homens estão ocupando cargos de chefia**, e isso é muito interessante pra gente quando a gente discute gênero (A.S.F. grifos nossos).

Finalizados esses apontamentos sobre as desigualdades de gênero no cotidiano profissional de trabalho a partir da percepção dos(as) assistentes sociais, analisamos a seguir os principais desafios e perspectivas de enfrentamento das desigualdades de gênero, raça/etnia e classe na política de assistência social.

#### 4.2.2 OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Neste tópico, discutimos os desafios e perspectivas de enfrentamento das desigualdades de gênero na Política de Assistência Social. Para os(as) profissionais, uma das formas de enfrentamento está em considerar a relevância dessa discussão, ampliando-a.

Como perspectiva, apontam sobre a importância de se consolidar um trabalho intersetorial para o tratamento das demandas e desenvolver essas questões junto aos usuários(as). Além disso, os desafios citados estariam na fomentação de uma política com maior investimento, mais profissionais, melhor estrutura física e o desenvolvimento de ações comunitárias.

Os principais desafios para o trabalho de enfrentamento das desigualdades de gênero na política de Assistência Social estão na compreensão e na burocratização da política. É preciso trazer elementos novos, atuais para se pensar a formação e exercício profissional em uma perspectiva pedagógica, educativa, formativa, junto aos usuários e aos técnicos que a operacionalizam. Para que isso seja possível, é fundamental investimento, direção política e o rompimento do estigma da Política de Assistência Social ser uma política de transferência de renda, do Bolsa Família, do fornecimento de cesta básica, em que os técnicos possuem conhecimento, mas encaminham para outros serviços.

Então, hoje eu percebo a dificuldade da burocratização da política, da compreensão dessa política e da necessidade de trazer novos elementos atuais pra pensar a formação, pra pensar o exercício profissional e essa política também numa perspectiva pedagógica, educativa, formativa, junto aos usuários dessa política e junto também aos técnicos que operacionalizam essa política, mas aí envolve a questão que precisa de dinheiro pra fazer isso, não é dinheiro só pra benefício, precisa direção política pra fazer isso, querer fazer, porque isso também é romper com vários estigmas de que a política de assistência ainda mantém, de ser uma política de transferência de renda, de ser uma política do Bolsa Família, de ser a política do fornecimento de cesta básica, de ser a política que os técnicos sabem tudo, mas encaminham pra outros serviços, entendeu?! (A.S.D).

As ações que poderiam ser executadas como forma de enfrentamento consistem no conhecimento das famílias usuárias, junto à articulação com as políticas setoriais para atendimento integral das demandas. Além disso, é preciso no planejamento das ações do PAIF ou por meio de uma diretriz da Secretaria Municipal de Assistência Social que esses temas estejam presentes e sejam discutidos/fomentados com os profissionais.

Oh, as ações pra serem executadas, primeiro teria que ter uma base de pesquisa pra saber: São quantas famílias? Como elas vivem? Onde elas estão? Porque a base da nossa política é a família, é o atendimento a família e nas especificidades das famílias você consegue identificar as questões de raça, etnia, de gênero, de sexo, de classe, isso você identifica, porque isso acontece dentro desse locus, que eu falo pra você que são as famílias. Então, a reprodução de preconceitos acontece dentro da família, a reprodução de violência acontece dentro da família, então, precisa no planejamento das ações do PAIF, por exemplo, junto às famílias esses temas estariam presentes e de forma articulada com outras políticas que façam essa mesma discussão, as políticas setoriais que atendem aquele território, aquele espaço, precisam fazer, falar a mesma língua, mas essas formações precisam estar presentes e essa direção no texto da política (ênfase), eu já defendo que tem que estar no texto da política, porque sem estar no texto da política de assistência você acaba [...] já é reducionista, você acaba reduzindo mais a abrangência das seguranças, das intenções dessa política, e se ela não pode estar na política, então que ela esteja no direcionamento político da implementação dela, então, que seja uma diretriz da Secretaria Municipal de Assistência essa discussão, esse debate, essa dimensão investigativa também junto com os profissionais (A.S.D).

Coloca-se como desafios e perspectivas a formação. Considera-se que é preciso aprofundar teoricamente o assunto entre os profissionais para aprimorar o olhar para a própria prática, para o cotidiano da equipe, que também reproduz as relações de gênero marcadas pelo patriarcado e pela discriminação.

Com isso, aprofundar a base teórica com maior consistência na assistência social é basilar e isso pode se dar por meio de debates, discussão no trabalho, mais leituras, capacitações e oficinas de modo que prepare os/as profissionais para essa intervenção.

Eu acho que assim, é tudo isso depende, esse trabalho depende de a gente estudar esse assunto, se aprofundar, é ter bases teóricas pra se fundamentar, e começar a construir propostas a partir disso, mas ter esse tema. Assim a gente aprofundar mais nessa temática e que ela fosse mais consistente mesmo (A.S.E).

O trabalho intersetorial entre as políticas é visto como um dos desafios e possibilidade de enfrentamento: “É preciso que essas políticas sentem e façam um planejamento conjunto” (A.S.A). Nesse sentido, esse processo precisa ser ascendente ao considerar os/as usuários/as da política.

Eu acho que o desafio maior é trabalhar essas questões com os usuários, enfim de forma intersetorial, não ficar apenas a cargo da política de assistência, mas ser algo que a educação também vai trabalhar, a saúde também vai trabalhar essas questões e outras políticas, porque de uma forma articulada, que seria o ideal, porque são questões muito enraizadas, difíceis de trabalhar. Como eu falei pra você às vezes nos falta preparo pra isso, pra trazer essas discussões, porque também tem que ter um conhecimento aprofundado pra isso (A.S.J).

Eu acredito que o trabalho em rede fortaleceria essas ações, fortaleceria até pra gente discutir entre os profissionais essas questões, entre as outras políticas, e no cotidiano, no dia a dia ali de cada política a gente tentar também amenizar essas diferenças (A.S.C).

Uma crítica que é levantada por um dos entrevistados é a centralidade em si mesma da Política de Assistência Social, junto à ausência de diálogo do governo, ausência de articulação intersetorial entre as políticas e a inexistência de um planejamento conjunto das políticas que considere as demandas do usuário em sua totalidade, o que remete a fragmentação citada acima.

[...] entendendo que o indivíduo não é o usuário da Assistência, ele é usuário da assistência, da saúde, da educação, do transporte, não é? Da infraestrutura. Ele não é: Ah, esse aqui é só da assistência, mas é assim que é tratado (A.S.A).

De forma complementar, uma entrevistada menciona a ausência de política de Estado, o que existe são políticas de governo com rupturas de acordo com a mudança de gestão e a

ausência de um trabalho em rede com demais políticas, o que dificulta as possibilidades de enfrentamento.

Desafios, desafios grandiosos, porque [...] a gente precisa trabalhar em rede. A política de assistência não vai conseguir fazer esse trabalho pontual, sozinha, essa questão do trabalho em rede não funciona ainda no nosso município, é um trabalho que vem sendo feito, tentando ser feito há muito tempo é o que se percebe assim que não existe uma política de Estado, uma ação de Estado, aí vem políticas de governo, troca governo e muda tudo de novo. A impressão que se dá é que a gente está sempre começando (A.S.C).

Outros principais desafios para o trabalho de enfrentamento das desigualdades de gênero, classe, raça-etnia na Política de Assistência Social no município é a falta de recursos (humanos e materiais) e a sobrecarga sobre o CRAS, o que reduz a possibilidade de planejamento adequado das ações.

Eu acho que um grande desafio não diz diretamente a isso, mas é a **falta de recursos, tanto humano quanto materiais mesmo pra gente poder planejar e atuar em uma ação que realmente traga resultados, porque hoje o CRAS ele acaba [...] é proteção básica e deveria trabalhar numa questão de prevenção de situações de vulnerabilidade, risco social só que acaba ficando muito em questões emergenciais no que a gente fala de apagar incêndio**. Então, quando a gente assume o fazer de apagar incêndio a gente faz isso em detrimento de outras coisas. Então, acredito que isso é um dos grandes desafios, o maior deles que trava todo o resto, é essa questão de a gente ter a sobrecarga sobre o CRAS que daí não consegue fazer um trabalho de prevenção mesmo que deveria ser o nosso trabalho principal. Então, de conseguir parar e pensar é em ações específicas, é nesse sentido. Como eu falei a gente acaba fazendo isso no nosso cotidiano, nos nossos atendimentos, um trabalho de sensibilização, mas é falta mais um tempo pra planejar ações maiores que vão ter impactos maiores sobre a população e o que a gente poderia fazer é ter esse trabalho mais planejamento das ações, mas **o assistente social às vezes acaba sendo engolido pelas demandas que batem à porta e que nos exigem uma resposta e acaba ficando um pouco de lado essa questão do planejamento das ações que podem ter realmente mais efetividade** (A.S.I., grifos nossos).

Reafirmando isso, uma entrevistada coloca que além dos investimentos em profissionais e estrutura física, cabe avançar na discussão para fora do CRAS por meio de ações comunitárias e parcerias com a rede, por exemplo:

[...] a gente precisa de investimento, de profissionais, de estrutura de RH, e de estrutura física também de espaços públicos pra poder levar isso pra fora da unidade do CRAS, não só trabalhar isso aqui dentro, mas fora também, é de pensar em ações comunitárias, algo que vá pra além dos nossos atendimentos aqui dentro (A.S.G).

Para que isso seja possível, recomenda-se que a gestão atue de forma que as demandas emergenciais não sejam as únicas possibilidades de atuação no CRAS. Conforme a fala de uma entrevistada, “[...] a gestão também nos dá essas possibilidades e nos desafogar dessas outras

coisas que são muito emergenciais e pontuais demais” (A.S.J). Essa fala dialoga com o relato da assistente social A.S.I., ao mencionar que o excesso de demandas e o ato de apagar incêndio frente a elas dificultam, a existência de um planejamento e mesmo de um trabalho efetivo de prevenção, como é previsto nas orientações da proteção social básica.

Outra entrevistada afirma que as condições de trabalho no CRAS não permitem o enfrentamento dos desafios, uma vez que a gestão do serviço estipula por exemplo, tempo de atendimento e quantidade de atendimentos, ou seja, não é possível visualizar possibilidades de enfrentamento, uma vez que vem pré-determinado o que se deve fazer e como se deve fazer. Além disso, várias sanções são colocadas para o/a assistente social que contrarie as orientações advindas da gestão.

[...] a secretaria tem determinada a quantidade de atendimento que a gente vai fazer, o tempo desses atendimentos. Então assim, se a gente atende dessa forma a gente nunca vai conseguir extrapolar outras questões. Então, sempre está colocado, o nosso trabalho ele está sempre dado pra uma forma de gestão de fazer as coisas enquanto serviço público, depende do gestor que está lá pro molde do nosso trabalho, e, apesar de existir uma pressão muito grande pra que enfrentemos, para que sejamos resistência, é pro nosso cotidiano enquanto trabalhador esse enfrentamento, essa resistência, ela pesa, ela é cara, ela tem consequências (A.S.F).

Outro apontamento que impossibilita o enfrentamento dos desafios é colocado pela entrevistada e refere-se à intencionalidade da Política de Assistência Social, que é de reprodução social do trabalhador, ou seja, a política poderá amenizar os efeitos do modo de produção e os serviços do CRAS, principalmente a concessão de benefícios são essenciais para que isso ocorra. Afirma, portanto:

**Via política de assistência social, a gente nunca vai conseguir enfrentar esse tipo de desafio. Eu acho que a gente vai conseguir remediar**, eu acho que a gente vai conseguir e isso é ser bem assim pé no chão do que a gente é [...] vive, vivencia no cotidiano do trabalho mesmo. **Primeiro, pela característica da política e daí é a intencionalidade da política e o papel que essa política tem que é de reprodução do trabalhador** e aí essa política que em específico de reprodução de um exército industrial de reserva pra manutenção do que a gente tem hoje aí de 15 milhões de desempregados, **então pra manutenção minimamente de um trabalhador informal, precarizado, é diminuição de salário, é trabalho cada vez mais é [...] subemprego mesmo, o CRAS ele faz um papel muito importante pra isso** (A.S.F., grifos nossos).

Em concordância com o que fora colocado anteriormente, é necessário o conhecimento do público atendido e suas demandas, portanto, indica-se nesse cenário a oferta de cursos para as usuárias que lhes agregue valor.

Outra questão é pensar em questões de transcendem a oferta de meros cursos que não agregam valor. Então, você está fazendo um curso de tricô, um curso de costura, um curso de manipulação de alimentos, você está fazendo um curso disso, que valores você agrega a essa mulher? Que condições, que rompimentos você possibilita? Mas pra que a gente possa perceber outras coisas, a gente tem saber: Quem são essas mulheres? (A.S.B).

Para esse assistente social, é preciso também como uma das formas de enfrentamento: “[...] tentar organizar as mulheres aí dentro de uma pauta que é de interesse delas. Seria isso, eu acho que é um caminho” (A.S.B), o que permitiria a construção de uma identidade de gênero e de território. Conhecer o público atendido pela assistência social e a partir daí propor formas de enfrentamento às demandas.

Outra forma de enfrentamento está em ampliar a concepção que se tem do atendimento para além de questões relacionadas à sobrevivência e a ausência de renda. Embora se busque o serviço por essa demanda inicial, outras demandas surgem e é preciso poder percebê-las e atuar para atender outras demandas, como por exemplo a violência.

Nesse processo, é preciso desconstruir a visão de que as mulheres devem ser as interlocutoras da família com a assistência social, que devem ser responsáveis pelos cuidados intrafamiliares, é preciso caminhar para o compartilhamento de responsabilidades na família, atrelado a valorização da mulher.

Então assim, as mulheres elas estão muito sobrecarregadas com todas essas funções, função materna, função de resolver os problemas da família, de buscar pelos serviços, enfim, muitas cargas, e sem ser valorizada, sem ser às vezes defendida, reconhecida (A.S.E).

Após os desafios e perspectivas colocados pelos/as profissionais acreditamos que o debate e a própria Política de Assistência Social precisam ser fortalecidos. Para isso é preciso investimento físico e humano. Cabe investimento na infraestrutura dos CRAS e também na formação, capacitação e atividades que agreguem valor aos agentes terminais da política refletindo no atendimento que será ofertado os(as) usuários(as). Entretanto, sabemos que esse é um caminho árduo e de disputas, mas acreditamos ser possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar como as relações de gênero e patriarcais são abordadas no exercício profissional dos(as) assistentes sociais foi o objetivo geral desta pesquisa. Para isso, realizamos a revisão bibliográfica sobre a categoria gênero, a dominação e exploração das mulheres no sistema capitalista patriarcal e racista, o Serviço Social e sua constituição enquanto profissão feminina e a pesquisa de campo, constituída por entrevistas semiestruturadas e realizadas com os(as) assistentes sociais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Londrina (PR).

Ao abordarmos a categoria gênero, a dominação e exploração das mulheres no sistema capitalista patriarcal e racista, pudemos desvendar a interação entre natureza, cultura e poder, como processo social e histórico. Compreendemos, também, que a organização social de gênero afeta processos e estruturas nas quais algumas capacidades e habilidades são internalizadas, reforçadas e construídas, a natureza é, portanto, legitimada ideologicamente. Nessa linha, fomos identificando o caráter histórico do patriarcado, que é exercido de forma hierárquica, um pacto masculino para garantir a dominação-exploração-opressão das mulheres, o que viabiliza aos homens assegurarem para si e seus dependentes os meios para produção diária e reprodução da vida enquanto uma relação de continuidade com o capitalismo. Salientamos, também, a importância da categoria divisão sexual do trabalho e como esta é importante para a compreensão do lugar que ocupam as mulheres no mundo do trabalho.

Após tais reflexões, destacamos a importância desses debates para o Serviço Social, ao problematizar e desnaturalizar a marca feminina da profissão. Os estudos de gênero e as teorias feministas são um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social, pois as demandas na dimensão interventiva desses profissionais perpassam pelas questões de gênero, classe e raça. O cotidiano de intervenção dos(as) assistentes sociais é permeado por questões de gênero e de desigualdades, como foi amplamente detalhado pelos(as) entrevistados(as).

Trouxemos reflexões acerca do Serviço Social e sua constituição enquanto profissão feminina: das primeiras escolas de formação profissional aos dias atuais. Para isso, delineamos a trajetória do Serviço Social no Brasil, sua gênese, institucionalização e primeiras escolas, marcadas pela presença massiva de mulheres.

A partir da revisão de literatura, vimos a constituição de uma profissão caracterizada pela presença de mulheres de classes diversas, trabalhadoras, negras e de outras religiões. Quando analisamos a assistência social no país, notamos uma vinculação histórica entre as

mulheres e a responsabilidade com os problemas sociais e práticas de caridade e ajuda. A assistência social, como um espaço de atuação, possibilitou às mulheres uma alternativa à sua vida doméstica e familiar, o que mantém os papéis de gênero e estrutura a divisão sexual do trabalho, sendo particular a inscrição feminina na profissão do Serviço Social.

A marca feminina da profissão, compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, vem acompanhada da trilogia: educar, cuidar e assistir, sendo tolerável à mulher dedicar-se profissionalmente aos campos da educação, saúde e serviços sociais.

Assim, o Serviço Social, sendo uma profissão predominantemente feminina, traz em si o estatuto da subalternidade delegado às profissões consideradas para mulheres (há trabalho de homens e há trabalho de mulheres – princípio da separação), o que resulta na desvalorização do trabalho realizado (o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher – princípio da hierarquização), baixo prestígio social, baixos salários, além do estigma de ser uma profissão auxiliar, de assistência tanto aos setores da população quanto a outros profissionais, conforme sinalizado por Montañó (2009).

Após essas reflexões, observamos como a temática gênero, classe e raça estão presentes no interior da profissão, no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, na formação profissional, nas diretrizes curriculares, no projeto ético-político, como também nos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPS), principalmente no GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.

A partir das entrevistas, pudemos constatar que, no que se refere à formação acadêmica, os(as) entrevistados(as) pontuaram diversas formas de contato do debate sobre gênero. Este esteve presente na discussão com os colegas, em eventos que discutiam o tema, conversas informais, no centro acadêmico, por meio de uma disciplina, projetos de pesquisa, trabalho de conclusão de curso e/ou campos de estágio. As modalidades que possibilitaram essa discussão deram-se de modo mais informal, menos organizado e pontual, ou seja, não havia uma preocupação central em aprofundar o tema no currículo, sendo que o mesmo aparecia conforme interesse do(a) docente.

As falas foram unânimes quanto à importância do debate, uma vez que ele está em consonância com o Código de Ética do(a) Assistente Social, com o projeto ético-político; é um tema difundido na sociedade e uma discussão essencial para a profissão, visto que permeia as demandas apresentadas e o público usuário atendido, isto é, o cotidiano de intervenção dos(as) assistentes sociais é atravessado por tais questões e até mesmo a categoria profissional constituída de forma geral por mulheres, daí - e não somente por isso - a relevância da discussão.

Questionados(as) como o debate deveria estar na formação acadêmica e no currículo do curso de graduação em Serviço Social, os(as) entrevistados(as) apontaram para uma discussão transversal com um eixo estruturante, uma disciplina específica que dialogasse com as demais, articulada com temas atuais e mais próxima dos campos de atuação profissional e do fazer profissional. As estratégias para que isso fosse possível e citadas pelos(as) profissionais estão no debate em projetos de pesquisa e extensão, eventos e campos de estágio como formas de preparar o(a) discente para as futuras demandas que são postas pelo entrecruzamento complexo das estruturas classe, raça e gênero.

As desigualdades de gênero no cotidiano profissional do(a) assistente social são caracterizadas pelo público usuário da política de assistência social e as demandas por ele colocadas. O perfil traçado pelos(as) profissionais indica um público usuário constituído, em sua maioria, por mulheres, negras, chefes de família, mães solas, com baixa escolaridade, inseridas no mercado informal de trabalho e sobrecarregadas pelo trabalho doméstico familiar, o trabalho de cuidados e as questões em torno da família. Esse público apresenta demandas relacionadas à sobrevivência, agravadas devido à pandemia, violência, desproteções e violações de direitos.

O atendimento às demandas dá-se de forma unipessoal, em contatos pessoais com as mulheres sob a forma de escuta, orientação, encaminhamentos e por meio da realização de trabalhos em grupo (este interrompido considerando o isolamento social da pandemia Covid-19). Um aspecto relevante é que a demanda por sobrevivência era imediata na busca pelos benefícios ofertados pelo CRAS, mas que, no decorrer dos atendimentos, outras demandas eram apresentadas pelas usuárias, o que demonstra que a acolhida e a escuta qualificada são pontos fundamentais na intervenção desses(as) profissionais.

O debate de gênero, raça/etnia e classe no âmbito da Política de Assistência Social em Londrina é descrito pelos(as) assistentes sociais como informal, pontual, frágil, discutido de forma “doméstica” com a equipe, em reuniões e eventos, mas sem um eixo estruturante. Para alguns dos(as) entrevistados(as), essa discussão não se consolida e não se articula com as demais políticas sociais, assim como o próprio trabalho em rede é incipiente, colocam que há tentativas de construção de um trabalho intersetorial para enfrentar as demandas, mas que, por ser falho, tende a segmentar, fragmentar e focalizar as ações da política.

As relações no âmbito profissional são colocadas pelos(as) respondentes de modo que evidenciam as desigualdades de gênero expressas, seja pelo tratamento diferente que recebem, a reprodução de papéis sociais, a divisão sexual do trabalho, a suposta diferença das chefias realizadas por mulheres e/ou discriminação de gênero. Constatamos que as mulheres

entrevistadas, constantemente, precisam reafirmar suas decisões profissionais e justificá-las pelo fato de serem mulheres. Apesar disso, algumas delas não identificam as desigualdades de gênero com a equipe profissional, situação esta fundamentada por ser um ambiente ocupado de forma dominante por mulheres, com a presença de poucos homens na equipe, o que tende a “diminuir” as situações de conflito.

Os principais desafios colocados estão na fomentação de uma política com maior investimento, maior número de profissionais e que esses sejam continuamente qualificados, que os equipamentos tenham uma melhor estrutura física, que haja o desenvolvimento de ações comunitárias, alinhado a uma melhor compreensão do que é política e seus processos de burocratização. As ações que poderiam ser executadas como forma de enfrentamento desses desafios consistem em considerar a importância dessa discussão, ampliando-a, no conhecimento das famílias usuárias, na oferta de ações que estejam em concordância com os seus desejos, junto à articulação com as políticas setoriais para o atendimento integral às demandas e um planejamento adequado das ações.

Nesse contexto, concluímos que é preciso fomentar e fortalecer a discussão dos sistemas classe, raça e gênero, desde a formação profissional até os campos de atuação do(a) assistente social. Para além da academia, o debate dos sistemas permeia a intervenção desses(as) profissionais. Portanto, cabe ampliá-lo, aprofundá-lo, intensificá-lo para que seja possível atentar-se aos entrecruzamentos existentes e ao sistema de dominação-exploração-opressão, caracterizado pelas relações sociais de sexo; é preciso desnaturalizar o que é construído socialmente. Para esse fim, as condições de trabalho devem possibilitar momentos de reflexão, diálogo, construção de diretrizes e planejamento para lidar com essas questões.

Constatamos, a cada entrevista realizada, a importância da atuação do(a) assistente social no acesso aos direitos dos(as) usuários(as), da postura diagnóstica às formas éticas de escutar as narrativas complexas e múltiplas. Observamos um certo cuidado quanto a não culpabilização das famílias e em seu núcleo e as mulheres pelas condições de vulnerabilidade, desproteções e ciclos que se repetem de pobreza e violência.

Observamos, também, o quanto do atendimento das usuárias se materializa na concessão de benefícios e encaminhamentos, como forma de resposta às demandas apresentadas que, por vezes, são diversas e esbarram nas limitações que são próprias da política de assistência social. Além disso, há uma dificuldade em romper com a ideia da política de assistência social enquanto provedora dos mínimos, quando, na verdade, há um trabalho de proteção e atendimento integral à família.

Acreditamos que é por meio dos serviços da proteção social básica exercidos nos CRAS que o trabalho dos(as) assistentes sociais com as mulheres pode contribuir para a reflexão e contestação das atribuições que lhes são socialmente impostas.

Constatamos que uma fala recorrente dos(as) entrevistados(as) aponta para a importância dessa pesquisa, o que nos leva a refletir o quanto a abordagem das relações de gênero e patriarcais é superficial (conforme descrito nas falas) e necessita de um maior aprofundamento, pois perpassa o cotidiano de atuação/intervenção dos(as) assistentes sociais.

Percebemos, assim, que há poucos espaços que discutem essas questões e como, no cotidiano, entender a intersecção das relações de classe, raça e gênero é um exercício laborioso, pois requer olhar para a totalidade além das demandas imediatas, requer a existência de condições de trabalho que concedam tais reflexões, requer compreender o sistema de opressão ao qual as mulheres são exploradas e como tal determina suas escolhas e, por vezes, tolhe suas potencialidades, requer que, cotidianamente, possamos rever e reavaliar nossos pré-conceitos, assim como dismantelar os preconceitos ainda existentes. Também é necessário que estejamos em consonância com nosso Código de Ética e Projeto Ético Político, que preveem um exercício profissional sem ser discriminado(a) ou discriminar, livres de preconceito. À vista disso, acreditamos que esta pesquisa possa suscitar reflexões e discussões acerca das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, enquanto um passo de uma longa caminhada.

## REFERÊNCIAS

- ABESS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/noticias/confiraosrelatoriosdosgruposdetrabalhodepesquisa\(gtp\)daa-bepss-100](http://www.abepss.org.br/noticias/confiraosrelatoriosdosgruposdetrabalhodepesquisa(gtp)daa-bepss-100). Acesso em: 22 abr. 2021.
- ABESS. **Relatório e Planejamento**: Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades. Disponível em: [encr.pw/aUHAH](http://www.abepss.org.br/encr.pw/aUHAH). Acesso em: 10 jun. 2021.
- ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8nov. 1996). In: **Caderno Especial**: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez, São Paulo: 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-\(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf). Acesso em: 22 abr. 2021.
- ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate. In: **Caderno Especial**: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez, São Paulo: 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n7-proposta-basica-para-o-processo-de-formacao-201702011414494824610.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional (documento ABESS/CEDEPSS nov., 1995). **Revista Serviço Social e Sociedade - O serviço social no século XXI**, São Paulo, ano XVII. n. 50., p. 143- 171. 1996.
- AQUINO, Luseni; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (orgs.). A importância de olhar para os autores envolvidos na aplicação da Lei Maria da Penha aos casos de violência doméstica. **A Aplicação da Lei Maria da Penha em Cena**: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/211207\\_iv\\_aplicacoes\\_lei\\_maria\\_da\\_penha\\_book.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/211207_iv_aplicacoes_lei_maria_da_penha_book.pdf). Acesso em: 23 fev. 2022.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, ed. 23, p. 35-58, jan. 2015.
- ÁVILA, Maria Betânia. Nas veredas do feminismo materialista. In: **Teorias em Movimento**. Reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul. Ed. SOS Corpo, 2019, p. 177-209.
- ÁVILA, Maria Betânia. Notas sobre o Trabalho Doméstico. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife, ano I, n. 0, p. 38-53, dez. 2007.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: **Os desafios do Feminismo Marxista na atualidade**. MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). 1. ed. Chapecó, Coleção Marxismo21, 2020, p. 111-128. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Os-desafios-do-feminismo-marxista-na-atualidade-2020-marxismo21-2.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BARBOSA, Marina. **Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres.** Estado de Minas, 16 de fev. de 2020. Disponível em: [encr.pw/2o9GH](http://encr.pw/2o9GH). Acesso em: 18 jun. 2021.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 577-586, mar./abr. 2009. Disponível em: [11nq.com/NbRSU](http://11nq.com/NbRSU). Acesso em: 28 fev. 2022.

Benefícios ao cidadão. **Portal da transparência**, 2020. Disponível em: [11nk.dev/pbOtf](http://11nk.dev/pbOtf). Acesso em: 06 mar. 2022.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**. v. 26, n. 52, p. 31-68, ago./dez. 2018.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BIROLI, Flávia. Cuidado e responsabilidade. In: **Gênero e desigualdades: os limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho. In: **Gênero e desigualdades: os limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. (2021). Divisão Sexual Do Trabalho, Separação e Hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**, 1 ed., n.53, p. 72–89. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CAMARGO, Sophia. Família precisa cumprir regras para receber Auxílio Brasil. **R7**. s/p, 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/familia-precisa-cumprir-regras-para-receber-auxilio-brasil-saiba-quais-22112022>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CARLOTO, Cássia Maria. Políticas familistas sobrecarregam as mulheres e fortalecem a desigualdade de gênero. **CRESS-PR-11ª Região-PR**. Disponível em: <<https://www.cresspr.org.br/site/politicas-familistas-sobrecarregam-as-mulheres-e-fortalecem-a-desigualdade-de-genero-no-brasil/>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

CARLOTO, Cássia Maria; NOGUEIRA, Bárbara Weinert Ferreira. Família, gênero e proteção social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro. 2º semestre de 2018, n. 42, v. 16, p. 49-64.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa, B. (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. (orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia**

feminista. São Paulo: SOF, 2003. 10p. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. **El trabajo de cuidados: Historia, teoría y políticas** (Economía crítica y ecologismo social). Spanish Edition. Los Libros de La Catarata, Madrid: 2011. p. 223-249.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

\_\_\_\_\_. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. Recife, 2004.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima B. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 7, n. 1-2. Florianópolis: UFSC, 1999.

DALY, Mary; LEWIS, Jane. El concepto de ‘social care’ y el análisis de los Estados de Bienestar contemporáneos. In: CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. **El trabajo de cuidados: Historia, teoría y políticas** (Economía crítica y ecologismo social). Spanish Edition. Los Libros de La Catarata, Madrid: 2011. p. 223-249.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2016 [1944]. Disponível em: [encr.pw/NCKm6](http://encr.pw/NCKm6). Acesso em: 04 dez. 2020.

DELPHY, Cristine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FREITAS, Rita de Cássia; et al. Construindo uma profissão: o caso da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 97, p. 57-84, jan./mar., 2009.

GARCIA, Sandra Maria. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARRILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (orgs.), **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo, ECOS, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa, B. (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa, B. (org.). **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. 400p.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do Poder e Ideia de Natureza. In: FERREIRA, Veronica; et al. **O patriarcado Desvendado**, teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 65-100.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009. Disponível em: [11nq.com/Mh4tO](http://11nq.com/Mh4tO). Acesso em: 02 fev. 2020.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª ed.; São Paulo: Cortez, 2006.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2019). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: [acesse.one/rXeDX](https://acesse.one/rXeDX). Acesso em: 21 fev. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

IZQUIERDO, Maria Jesús. **Bases materiais do sistema sexo/gênero**. Tradução livre SOF – São Paulo, 1990, p.1-5.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo. n. 86, p. 93-103, 2010.

\_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini; et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [acesse.one/4s4zI](https://acesse.one/4s4zI). Acesso em: 26 fev. 2022.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, jan./mar. 2014. Disponível em: [encr.pw/HcDWX](http://encr.pw/HcDWX). Acesso em: 22 abr. 2021.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katalysis**. Florianópolis: UFSC. v. 13, n. 1, jan./jun., 2010.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa, B. (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacyra L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V, R. (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MAGNO, Alan. Bolsa Família é oficialmente extinto, entenda o que muda. **O POVO**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2021/08/10/novo-bolsa-familia-auxilio-brasil-regras-cadastro-inscricoes-pagamento.html>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini; et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 3, setembro-dezembro/2009.

MDS. Saúde e Educação, mais do que compromissos das famílias, um direito de todos! **Informe Controle Social Bolsa Família**. n. 09, dezembro de 2007. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/informe\\_controle\\_social/Informe%2009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%2009.pdf). Acesso em: 06 mar. 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: [11nq.com/K40kZ](http://11nq.com/K40kZ). Acesso em: 03 fev. 2021.

MEDEIROS, Juliana. Os desafios da intersetorialidade no âmbito do SUAS. **Blog do GESUAS**. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/intersectorialidade-suas/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, v. 40, n. 40, 2018.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um Ensaio Sobre sua Gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. 2ª ed.; São Paulo, Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Serviço Social e sociedade**, n. 30. São Paulo, Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. ano 2, n. 3, Brasília: ABEPPS, Grafile, 2001.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed.; São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, v. 1, 2006.

PATRIARCHA, Taynara Fitz. **Debata sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina). 114f. Londrina, 2018.

PEREZ, Adriana Medalha; PAIVA, Ariane Rego de; CAMPOS, Daniel de Souza; PASSOS, Rachel Gouveia. Matricialidade sociofamiliar: tensões e contradições na assistência social brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. Número Especial, v. 22. São Luís: EDFUMA, p. 1665-1682, setembro, 2018. Disponível em: [11nq.com/mvttc](http://11nq.com/mvttc). Acesso em: 14 nov.2022.

Pesquisa CNM - Covid-19 - Edição 21 (09 a 12/08/2021). **Estudo Técnico**. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Relato%CC%81rio\\_pesquisa\\_Relampago\\_Ed\\_21.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Relato%CC%81rio_pesquisa_Relampago_Ed_21.pdf). Acesso em: 21 fev. 2022.

ROSSI, Cristina; et al. Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Londrina. In: MARIANO, Silvana Aparecida; GALVÃO, Elaine; CARLOTO, Cássia Maria (orgs.). **Gestão de políticas públicas com perspectiva de gênero: uma experiência de formação de gestores/as locais**. Londrina: [s.n.], 2014.

SAFFIOTI, Heleieth, I, B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina e BRUSHINNI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHEFFER, Graziela. **Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional**. Serv. Soc. Soc. n. 127, p. 476-495, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.081>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SILVA, Maria Angélica Pedrosa de Lima; FREIRE, Laura Sophie de Andrade; LIMA, Rennan Araújo de. As primeiras assistentes sociais de Pernambuco e o início da formação profissional no Estado (1940-1950). In: SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino; et al (orgs.). **Serviço social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. Curitiba: CVR, p. 185-201, 2020. Disponível em: [acesse.one/mLXX1](https://acesse.one/mLXX1). Acesso em: 14 jul. 2020.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres Negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; et al (orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. **Boletim de Análise Político-Institucional**. n. 26, março/2021. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: [acesse.one/WFZ0H](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em: 26 fev. 2022.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social**: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOKARSKI, Carolina.; PINHEIRO, Luana. Trabalho doméstico remunerado e Covid-19: aprofundamento das vulnerabilidades em uma ocupação precarizada. **Boletim de Análise Político-Institucional**. n. 26, março/2021. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: [acesse.one/MhL6t](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em: 26 fev. 2022.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Serviço social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos 1940 aos 1980. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 77-96, set/2008.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisal. (org.). **Masculinidades**. São Paulo, Boitempo, 2004.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa, B. (org.). **Pensamento Feminista, Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 95, p. 5-32, set/2008

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### **A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PATRIARCAIS NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

Prezado(a) Assistente Social do CRAS:

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa **A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PATRIARCAIS NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS**, a ser realizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Londrina – PR.

O objetivo primário da pesquisa é analisar como as relações de gênero e patriarcais são abordadas na formação e no exercício profissional dos (as) assistentes sociais.

Se desdobrando em objetivos secundários: verificar, a partir de pesquisa documental, se a discussão de gênero e patriarcado é um componente das grades curriculares nas universidades estaduais do Paraná e como se dá a inserção, caso ocorra, deste conteúdo; contextualizar, a partir de revisão bibliográfica, a presença das mulheres e as marcas do gênero no desenvolvimento da profissão; identificar, a partir de pesquisa documental nos sites do CFESS/CRESS, como tem se dado o debate sobre as relações de dominação e exploração das mulheres: a incorporação do debate sobre gênero e patriarcado; analisar, a partir de entrevistas, como no cotidiano profissional os (as) assistentes sociais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Londrina – PR, incorporam as categorias gênero e patriarcado para orientar suas ações.

Sua participação é muito importante e ela se daria por meio da entrevista semiestruturada que combina um roteiro com questões previamente formuladas, e, outras abertas, a ser realizada presencialmente em local e horário de sua escolha, podendo ser gravada se você assim permitir.

Existe um risco mínimo aos participantes, como constrangimento, desconforto ou descontentamento, podendo também envolver algum outro tipo de mal-estar ou cansaço ao responder às questões. Na ocorrência dessas, a entrevistadora compromete-se a cessar a entrevista imediatamente e prestar o apoio de acordo com a circunstância.

Além disso, considerando o contexto pandêmico provocado pela COVID-19, no processo de coleta de dados, serão seguidas todas as orientações das autoridades sanitárias competentes, em relação ao fornecimento e uso dos equipamentos individuais de proteção, e distanciamento social, bem como se

realizará em conformidade com os decretos estadual, municipal, e as normativas da instituição que compõem o universo da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e publicações que dela derivarem, sendo tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os dados serão armazenados até a conclusão da pesquisa, e ao término desta, serão imediatamente destruídos.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são: potencializar a discussão gênero e patriarcado nos espaços de formação, fomentar a discussão sobre a temática no âmbito da produção de conhecimento em Serviço Social, contribuir com os processos de trabalho desenvolvidos pelos assistentes sociais nesses espaços, identificar as potencialidades e desafios desses profissionais quanto a incorporação das categorias gênero e patriarcado na orientação de suas ações.

Segundo o site do CEP: “O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde (Resolução 466/2012 e Resolução 510/2016) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde (Normal Operacional CNS 001/2013). Em 2019, o CEP-UEL passou por avaliação e foi aprovada a sua Renovação de Registro que é válida até junho de 2022 conforme Carta nº 231/2019 - CONEP/SECNS/MS.”

Caso você tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos poderá nos contatar: Suelen Lopes dos Santos, telefone (43) 99947-2807, e-mail: suelenlsantos@gmail.com; ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**Suelen Lopes dos Santos**  
RG:103539609 SSP – PR

Eu, \_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### Roteiro para entrevista semi-estruturada

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL  
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social  
 Projeto de Mestrado: **A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PATRIARCAIS NA  
 FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**  
 Pesquisadora: Suelen Lopes dos Santos

#### Roteiro para entrevista semiestruturada – Assistentes Sociais

##### Perfil

1. Nome \_\_\_\_\_
2. Idade ( ) 20 a 30 ( ) 31 a 40 ( ) 41 a 50 ( ) 51 a 60 ( ) 61 ou mais
3. Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro \_\_\_\_\_
4. Escolaridade ( ) graduação ( ) especialização lato sensu ( ) mestrado ( ) doutorado ( ) pós-doutorado
5. Universidade/ano em que se formou \_\_\_\_\_
6. Trabalha ou já trabalhou como docente universitário? ( ) Sim ( ) Não
7. Há quanto tempo atua como assistente social? \_\_\_\_\_
8. Há quanto tempo trabalha na SMAS? \_\_\_\_\_

#### EIXO 1 – O debate na formação acadêmica

**1 Nos últimos anos o debate sobre as desigualdades de gênero cada estão cada vez mais presentes no Serviço Social. Como analisa isso?**

**2 Você teve esse debate na sua formação acadêmica? De que maneira?**

- ( ) Nas disciplinas
- ( ) No Estágio
- ( ) Em eventos
- ( ) Em debates e questões trazidas por docentes
- ( ) Em grupos de pesquisa
- ( ) No Centro Acadêmico
- ( ) Nas conversas com colegas de curso
- ( ) Outros? Quais? \_\_\_\_\_

**3 Como esse debate foi abordado?**

- Qual o enfoque teórico utilizado?
- Você acha que o debate feito foi importante para sua formação profissional? Porque?
- Forneceu elementos técnicos-operativos para sua intervenção profissional? Quais, que tipo?

**4 Qual a sua posição sobre esse debate? Acha necessário para a formação profissional?**

- Como deveria entrar no currículo?

- Que temas e conteúdos deveriam entrar a partir de sua concepção?
- Quais estratégias possíveis para pensar essas perspectivas na formação profissional?

## **EIXO 2 – As desigualdades de gênero no cotidiano profissional**

**1 Como se manifestam as desigualdades de gênero com o público usuário em seu cotidiano? Demandas, questões, dificuldades.**

**2 Como se manifestam as desigualdades de gênero com a equipe profissional em seu cotidiano? Demandas, questões, dificuldades.**

**3 Acredita que gênero, classe e raça-etnia determinam os problemas e dificuldades enfrentadas pelas usuárias dos serviços?**

**4 Esse debate e seus desafios são discutidos no âmbito da Política de Assistência Social? De que maneira?**

- Há um planejamento de ações para enfrentar essa demanda? Quais atividades são realizadas?
- Existe um trabalho intersetorial para o tratamento dessas demandas? De que maneira?
- Considera que o/a assistente social deve desenvolver essas ações, que deve fazer parte de suas atribuições?

**5 Quais os principais desafios para o trabalho de enfrentamento das desigualdades de gênero, classe e raça etnia na política de assistência social?**

- Como devem ser enfrentados?
- Que tipo de ações poderia ser executadas?
- Como deveriam ser organizadas?

**6 Gostaria de fazer mais algum comentário?**